UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

ANTONIO VOGACIANO BARBOSA MOTA FILHO

That's my man!

Subimperialismo e dependência no governo Lula (2003-2010)

Versão Corrigida

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

That is my man!

Subimperialismo e dependência no governo Lula (2003-2010)

Versão Corrigida

ANTONIO VOGACIANO BARBOSA MOTA FILHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

MM917t Mota Filho, Antonio Vogaciano Barbosa
That's my man! Subimperialismo e dependência no
governo Lula (2003-2010) / Antonio Vogaciano Barbosa
Mota Filho ; orientador Everaldo de Oliveira
Andrade. - São Paulo, 2017.
144 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. História Econômica. 2. História da América
Latina. 3. Economia Política. I. Andrade, Everaldo de
Oliveira , orient. II. Título.

Nome: MOTA F., Antonio Vogaciano Barbosa

Título: “That is my man!” Subimperialismo e dependência no governo Lula (2003-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Sons, palavras, são navalhas
E eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém*

Belchior

*Por que eu sempre torno a me lançar aos perigos e
pavores de situações novas, onde o “Eu” se perde por não
conseguir se afirmar diante do belicoso mundo exterior?*

Rosa Luxemburgo

AGRADECIMENTOS

Tarefa tão dura quando redigir esta dissertação que o leitor tem em mãos é agradecer a todos que contribuíram nessa longa jornada em que ruminei esse texto.

Inicialmente, agradeço à Capes pela ajuda financeira que facilitou a consecução dessa pesquisa.

À Profa. Dra. Maria Isabel de Araújo Furtado minha querida amiga e orientadora de monografia de graduação na Universidade Federal do Ceará. Sem dúvida minha grande referência da relação sensível e dedicada que deveria ser aquela entre orientador e orientando.

Ao Prof. Dr. Fabio Maia Sobral, cuja camaradagem, erudição e sensibilidade são um exemplo. Rer seu precioso livro após alguns anos despertou o mesmo impacto que tive na primeira leitura, particularmente seu breve comentário sobre a “produção científica (mesmo que solitária)”.

Ao Prof. Dr. Michael Löwy pelas longas e profícuas conversas sobre a Política Operária (POLOP) e por ter me introduzido no marxismo herético benjaminiano.

Ao Prof. Dr. Jaime Osorio Urbina, pelas longas e elaboradas correspondências trocadas.

Ao Prof. Dr. João Machado Borges Neto que, além de ter acompanhado a maturação desse trabalho e feito precisos comentários no exame de qualificação, é uma importante referência militante na dura construção do necessário Partido Socialismo e Liberdade.

Ao Prof. Dr. Jean François Germain Tible por aceitar participar da banca de mestrado.

À Profa. Dra. Rosa Maria Marques pelo convite para compor o Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano da PUC-SP.

A Paulo de Tarso Santini Tonon que me tem ajudado a conviver com meus demônios pessoais.

A todos(as) que marcaram meu caminho e, com isso, marcam quem sou. Agradeço particularmente a Luis Fernando Custodio Farcetta e a Rita Maria Mota Pinto.

Ao Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade pela confiança no desenvolvimento desse trabalho.

RESUMO

MOTA, A.V. B. **“That is my man!”: Subimperialismo e dependência no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Resumo: No período de 2003 a 2010 a economia brasileira passou por importantes transformações, registrando um maior dinamismo do mercado interno, crescimento econômico e melhoria de alguns indicadores sociais. Segundo alguns autores, essas mudanças não se teriam restringido exclusivamente a aspectos internos, mas também se manifestariam na política externa, que teria adotado uma postura mais independente das posições dos países do centro do capitalismo. Dessa forma, o trabalho ora proposto propõe como objetivo analisar a dinâmica recente da economia brasileira (2003 a 2010) a partir da categoria “padrão de reprodução de capital” que leva em consideração não somente aspectos econômicos, políticos e espaciais, como as relações contraditórias que se estabelecem entre esses aspectos eles, quando analisados o lugar dos países na nova divisão social do trabalho internacional. A hipótese de trabalho a ser investigada é a de que as relações econômicas internacionais desenvolvidas no atual padrão de reprodução do capital apresentam tendências contraditórias no tocante ao Brasil: de um lado as relações com os centros capitalistas aprofundam uma certa “especialização regressiva”, de outro, as relações do país com o resto da América do Sul apresentariam traços subimperialistas.

Palavras-chave: Subimperialismo, Padrão de Reprodução do Capital, Teoria da Dependência

ABSTRACT

MOTA, A.V. B. "That is my man!": Subimperialismo e dependência no governo Lula (2003-2010). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

In the period 2003 to 2010, the Brazilian economy underwent important transformations, registering a greater dynamism of the internal market, economic growth and improvement of some social indicators. According to some authors, these changes would not have been restricted exclusively to internal aspects, but would also manifest themselves in foreign policy, which would have adopted a position more independent of the positions of the countries of the center of capitalism. Thus, the work proposed here aims to analyze the recent dynamics of the Brazilian economy (2003 to 2010) from the category of "pattern of capital reproduction" that takes into account not only economic, political and spatial aspects, such as contradictory relations That establish themselves between these aspects them, when analyzed the place of the countries in the new social division of the international work. The hypothesis of work to be investigated is that the international economic relations developed in the current pattern of reproduction of capital present contradictory tendencies regarding Brazil: on the one hand relations with the capitalist centers deepen a certain "regressive specialization" on the other , The relations of the country with the rest of South America would present subimperialist traits.

Keywords: Subimperialism, Capital Reproduction Pattern, Dependency Theory

LISTA DE SIGLAS

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre-Comércio

ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações

CCR – Convênio de Crédito Recíproco

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

COSIPLAN – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento

IBAS – Fórum de diálogo Brasil, Índia, África do Sul

IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

MRE – Ministério das Relações Internacionais

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA – Acordo de Livre-Comércio Norte-Americano

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos

TMD – Teoria Marxista da Dependência

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Modelo de Metrópole – Periferia de André Gunder Frank	32
FIGURA 02 – Campanha de promoção das exportações realizada pela CACEX	101

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Periodização dos padrões de reprodução do capital	45
TABELA 02 – Passivos externos da economia brasileira (US\$), 1992-2000	75
TABELA 03 – Coeficientes de penetração (M/P) e abertura (X/P) por intensidade de fator (%), 1990-1998	76
TABELA 04 – Recursos destinados à amortização e juros da dívida e ao Programa Bolsa Família, 2004-2015.	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A Teoria Marxista da Dependência	14
1.1 O paradigma do progresso	18
1.1.1 As teorias do desenvolvimento econômico e a CEPAL	19
1.1.2 O PCB e a revolução democrático-burguesa	26
1.3 Os limites do paradigma do progresso e a Teoria Marxista da Dependência	29
1.3.1 O padrão de reprodução do capital	38
2. O padrão exportador e a finança	52
2.1 O fim da “Era de Ouro”: finança, Estado e neoliberalismo	56
2.1.1 O neoliberalismo e a finança	63
2.1.2 O Estado burguês e o neoliberalismo	67
2.2 O avanço do neoliberalismo e a montagem da “plataforma de valorização financeira”	73
2.3 Os governos do Partido dos Trabalhadores: ensaio “desenvolvimentista” e a síntese impossível com a finança	79
2.4 Conclusão	89
3. “That’s my man”. O subimperialismo brasileiro no governo Lula	92
3.1 O contexto de formulação do subimperialismo brasileiro	94
3.2 O conceito de subimperialismo	99
3.3 O subimperialismo no governo Lula	114
3.4 O subimperialismo para além do Itamaraty	126
3.4.1 BNDES	126
3.4.2 PETROBRAS	128
3.4.3 Secretaria de Assuntos Estratégicos	130
CONCLUSÃO	132
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

No momento em que este trabalho está sendo escrito, o país passa por uma crise econômica e uma grave crise política que interrompeu o ciclo histórico iniciado em 2002, com a primeira eleição de Lula.

A gravidade do momento pelo qual passamos exige, por um lado, um grande esforço do pesquisador engajado de analisar a história recente de forma a encontrar o fio que permita desembaraçar a miríade de acontecimentos que, *a priori*, parecem apartados. Por outro, exige do historiador a humildade de saber que qualquer contribuição sua é pequena frente à complexidade do momento que vivemos e de dispor-se francamente a rever seu trabalho frente a novas evidências.

O objeto de nossa pesquisa é a dinâmica recente da economia brasileira (2003 – 2010), particularmente sua interface na projeção econômica internacional na América do Sul. Ou seja, buscamos compreender alguns pontos da economia brasileira e como eles conformam uma determinada relação econômica – a nosso ver subimperialista – no contexto regional sul-americano.

No primeiro capítulo abordaremos alguns elementos teóricos mais amplos relacionados à economia brasileira contemporânea, particularmente as formulações da teoria marxista da dependência (TMD) e de alguns “dependentistas” como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos e a importante ruptura teórico-metodológica que ela estabeleceu com outras interpretações como a do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

No segundo capítulo analisaremos a dinâmica da economia brasileira a partir do avanço do neoliberalismo de forma a compreender como a dependência brasileira se aprofundou no período. Além disso, analisaremos a eleição de Lula e a política econômica dos seus governos buscando apontar suas rupturas e continuidades. A conclusão apontada é que o governo do Partidos dos Trabalhadores buscou realizar uma “síntese impossível” entre a finança e um certo desenvolvimentismo.

Por fim, no último capítulo analisaremos propriamente o subimperialismo. Recuperaremos o contexto de formulação da categoria por Ruy Mauro Marini e como esse fenômeno foi se atualizando frente às transformações ocorridas na economia mundial e no Brasil.

1. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

*Com dinheiro inglês comprei café na porta das fazendas desesperadas.
De posse de segredos governamentais, joguei duro e certo no café-papel!
Amontoei ruínas de um lado e ouro do outro!
Mas, há o trabalho construtivo, a indústria...
Calculei ante a regressão parcial que a crise provocou...
Descobri e incentivei a regressão, a volta à vela... sob o signo do capital americano.*

O Rei da Vela

Oswald de Andrade

A relação econômica entre os Estados-nação tem sido um tema recorrente nas ciências econômicas¹. Diferentes teorias foram desenvolvidas com a finalidade de descrever e explicar as economias nacionais e sua relação com os demais países.

Parte expressiva dessas teorias parte de um substrato teórico próprio do liberalismo, em que os diferentes países cumprem um papel análogo àquele dos indivíduos racionais na teoria microeconômica: países independentes buscam maximizar seu bem-estar a partir das trocas mercantis. Aqui é importante notar que tais teorias assumem o aspecto jurídico das relações capitalistas como sendo idêntico à realidade do funcionamento do modo de produção capitalista. No entanto, há que se perceber que, sobre a igualdade jurídica dos diferentes países, erige-se uma rígida hierarquia em que, num extremo, temos os países que veem sua dinâmica social ditada integralmente alhures e, no outro, o país que dita o “tempo mundo”. Com isso, não é difícil notarmos que independência jurídica e dependência econômica são os dois pólos de uma contradição estrutural do capitalismo periférico.

Dentro do marxismo tal constatação está presente em diferentes textos desde o Manifesto Comunista. No entanto, não é possível afirmar que exista uma única perspectiva teórica do marxismo sobre a relação econômica entre os países, principalmente quanto à forma como se daria a superação dessa contradição estrutural a que nos referimos anteriormente. No Manifesto Comunista de 1848, há a famosa afirmação de que “*A burguesia desempenhou na história um papel iminentemente*

¹“... as controvérsias sobre economia e política econômica ganham enorme espaço, nos séculos XVI e XVIII. A unificação dos espaços nacionais e a consolidação do poder central, bem como o crescimento do comércio e das relações internacionais, trouxeram à tona questões relevantes à prática comercial, às finanças do soberano e ao progresso das nações” (COUTINHO, 1991, pág. 20).

revolucionário” (MARX, ENGELS, 2007b, pág. 42). Uma das revoluções econômicas da burguesia teria sido a criação de um “mercado mundial”:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria a sua base nacional. (...) No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto refere tanto à produção material quanto à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal (MARX, ENGELS, 2007b, pág. 42).

Nesse trecho, podemos notar que Marx e Engels assumem a defesa do livre-comércio e veem nele um meio que permite a “interdependência” entre as nações. À essa altura, ambos os autores apontavam que o desenvolvimento do capitalismo cumpriria certo papel “progressista” pois possibilitaria o surgimento e desenvolvimento do proletariado, a classe universal. Dessa forma, ganha sentido a ideia de que o capitalismo “cria seu próprio coveiro”: um maior desenvolvimento do capitalismo significaria um aumento do proletariado o que levaria à revolução socialista.

Dentro dessa interpretação, quanto maior o desenvolvimento do capital, mais próxima estaria a revolução socialista. É importante notarmos que essa ideia não fica restrita aos escritos iniciais de Marx e Engels. No prefácio à primeira edição d’*O Capital*, Marx afirma que: “*O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido*” (MARX, 2008, pág. 16).

Frente a esses comentários, poderíamos ter a impressão de que Marx teria realmente desenvolvido uma teoria linear da sucessão dos modos de produção e que seria pautada pelo economicismo. É essa interpretação que afirma Ferreira (2009):

Enquanto herdeiros das tradições iluministas e adeptos da modernidade ocidental, Marx e Engels apreciavam positivamente a formação de um mercado mundial, o desenvolvimento da grande indústria e seu corolário histórico, o advento de uma história universal (*Weltgeschichte*) (FERREIRA, 2009, pág. 62).

A perspectiva que buscaremos desenvolver em nosso trabalho é bem outra. Acreditamos que essa interpretação do marxismo é consequência de uma leitura dogmática que assume uma separação rígida entre a “base” (determinante) e a “superestrutura” (determinado): o desenvolvimento da base econômica se processaria da mesma forma

em todos os países, o que geraria superestruturas semelhantes e, fatalmente, a revolução socialista mundial.

Não podemos ignorar que o conteúdo de parte da obra de Marx e Engels é marcado por certo “otimismo” quanto ao papel “civilizador” do capitalismo. Após a experiência do desenvolvimento econômico do século XX, tanto nos países centrais quanto periféricos do capitalismo e mesmo nos países que passaram pelo “socialismo real”, não nos parece ser possível validar esse “otimismo” marcado pelo economicismo. Nossa crítica se centra em dois aspectos. Primeiramente, as experiências revolucionárias anticapitalistas do século XX partiram de países em que as “condições objetivas” não eram as mais desenvolvidas, mas houve formulações políticas adequadas para tomada de poder. Nesse mesmo sentido, o rápido desenvolvimento econômico pelo qual alguns países periféricos passaram não significou um fortalecimento direto da classe trabalhadora ou uma maior proximidade do socialismo.

Em segundo lugar, não podemos reduzir o conjunto do pensamento de Marx a seus escritos economicistas. Com isso acabamos por desprezar parte expressiva de sua obra que se concentra precisamente na crítica ao “progresso”. De acordo com Löwy:

Na realidade, Marx e Engels denunciaram repetidamente a apresentação mistificadora, profundamente enraizada na cultura eurocentrista própria de sua época e na ideologia imperialista, das conquistas coloniais como “missões civilizadoras”. Eles consideravam o capitalismo como um sistema que “transforma todo progresso econômico em uma calamidade social”. Eles estavam fascinados com a expansão do capitalismo em escala mundial, mas, simultaneamente, denunciavam as modalidades bárbaras e violentas de realização desse processo (LÖWY, 2000, pág. 32).

Também nos parece contraditória essa interpretação do marxismo que postula o socialismo como um modo de produção para o qual todas as sociedades convergem e que as homogeneizará. Nesse ponto estamos de total acordo com Marx quando afirma que o socialismo será o modo de produção onde predominará a diversidade e em que “*a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades’*” (MARX, 2012, pág. 32). Ou ainda, que a sociedade comunista será aquela

onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico (MARX, 2007a, pág. 38).

Voltando à questão da relação entre os países centrais e periféricos, há diversos outros escritos de Marx que apontam que o autor parece assumir uma postura oposta ao “economicismo”. Um desses escritos são os esboços que Marx elaborou em resposta à correspondência da revolucionária russa Vera Zasulich. Ali Marx afirma que:

Ao tratar da gênese da produção capitalista, eu disse que, no fundo, ela é a “separação radical entre o produtor e seus meios de produção” e que “a base de toda essa evolução é a *expropriação dos agricultores*. Ela só se realizou de um modo radical na Inglaterra [...]. Mas *todos os outros países da Europa Ocidental* percorre o mesmo processo”. Portanto, restringi expressamente a “fatalidade histórica” desse movimento aos países da Europa Ocidental (MARX, 2013, pág. 88-89).

Quando vistas da periferia do sistema, as interpretações marxistas “dogmáticas” revelam-se impregnadas de eurocentrismo. O colonialismo é aceito como um momento do desenvolvimento do capitalismo e acaba sendo justificado por essas interpretações “dogmáticas” do marxismo, pois acabaria lançando as bases para o desenvolvimento do capitalismo e do surgimento do proletariado. Partindo dessa lógica, acaba-se justificando o extermínio dos povos originários e sua aculturação, uma vez que para assumirem o papel de “sujeito revolucionário” necessariamente precisariam assumir a forma de “proletariado”, analogamente ao que ocorrera em parte da Europa Ocidental. Ou seja, dentro do dogmatismo só há espaço para a passividade, ou como ironicamente formulam Blomström e Hettne: “*O Terceiro Mundo descansava pacífica e insuspeitamente como a Bela Adormecida, esperando pelo Príncipe Encantado do mundo ocidental despertar o processo de desenvolvimento, se não por um beijo, então por um espada*” (BLOMSTRÖM, HETTNE, 1984, pág. 28. Tradução livre)².

Se somarmos à essa questão de cunho mais “antropológico” a questão ecológica logo perceberemos que o desenvolvimento do capitalista fez-se – e ainda se faz – gerando a destruição da natureza. De acordo com Acosta: “*O desenvolvimento, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos ‘subdesenvolvidos’*” (ACOSTA, 2015, pág. 50). Acrescentaríamos que esse “desconhecimento” que menciona Acosta não é exclusivo aos povos “subdesenvolvidos”, mas a todos os povos.

²No original: “*The Third World rested, peacefully and unsuspectingly like a sleeping beauty, waiting for the Western world’s Prince Charming to awaken the process of development, if not by a kiss, then by a sword*”.

Não podemos ignorar que esse paradigma do “desenvolvimento/desenvolvimentismo”³ assentou fortes bases no imaginário latino-americano a partir da metade do século XX. Esse conteúdo esperançoso no “progresso” assumiu duas principais formas na região: as teorias do desenvolvimento (particularmente o estruturalismo cepalino) e o marxismo dogmático dos partidos comunistas. Para que possamos compreender a Teoria Marxista da Dependência devemos primeiramente analisar o contexto político ideológico em que ela foi desenvolvida e os embates teóricos que travou com o que chamamos de “paradigma do progresso”.

1.1 O paradigma do progresso

Nessa seção exporemos brevemente os grandes ramos que sintetizam o “paradigma do progresso”. Decidimos adotar essa denominação porque, ainda que houvesse diferenças quanto ao conteúdo político de ambas teorias, elas convergiam quanto aos seus objetivos no campo econômico: criar na região um capitalismo autônomo a partir da industrialização impulsionada pelo Estado. Não se pode falar de uma convergência total, pois, *“é difícil, no caso dos socialistas, falar em teoria econômica subjacente às análises”* (BIELSCHOWSKY, 2016, pág. 182). Outra diferença entre ambas era a classe a quem se dirigiam: *“las tesis de los partidos comunistas correspondían, o pretendían corresponder, al pensamiento hegemónico en la clase obrera y la CEPAL al de la burguesía industrial nacional latinoamericana”* (BAMBIRRA, 1978, pág. 16). No entanto,

pese a las divergencias epistemológicas y teóricas entre los dos paradigmas más significativos de las ciencias sociales de la época en consideración (y, en el caso del marxismo “ortodoxo”, hasta bastante decenios antes), comparten una visión eufórica acerca de la posibilidad del desarrollo, por más que los partidos comunistas impulsaban luchas de verdaderas o supuestas masas contra las condiciones del capitalismo “atrasado” (con énfasis en el adjetivo) y por más que el cepalismo intentaba superarlas, esto es: por más que ambas corrientes estaban bien lejos de aceptar acriticamente la realidad tal cual era y de ser apologías más o menos refinadas del *status quo*. La visión eufórica se manifestaba, en un caso, en la convicción de que era posible alcanzar el objetivo de una sociedad capitalista desarrollada a imagen y semejanza del capitalismo en los países occidentales. En el

3De acordo com o clássico estudo de Bielschowsky, o desenvolvimentismo é “a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente” (BIELSCHOWKY, 2016, pág. 7).

otro, se evidenciaba en la creencia que una revolución democrático-burguesa pudiera echar las bases de un capitalismo “nacional” capaz de generar el futuro la revolución socialista.

La razón de esta coincidencia, a primera vista curiosa, estriba en el pensamiento social moderno “tiene su punto de partida en la interpretación de la historia como progreso” (SONNTAG, 1988, pág. 50-51).

A seguir analisaremos rapidamente a origem desse paradigma nos concentrando nas teorias do desenvolvimento econômico (particularmente a cepalina), das ideias econômicas do Partido Comunista Brasileiro e, por fim, alguns elementos empíricos para que possamos compreender as transformações ocorridas na economia brasileira enquanto o paradigma do progresso foi hegemônico, até o início dos anos 1980.

Escolhemos analisar a *origem* desse paradigma primeiramente porque acreditamos que ali já estava posto o núcleo da discussão acerca da possibilidade da superação do “subdesenvolvimento” latino-americano a partir da industrialização e da intervenção do Estado, ou seja, a partir de medidas que gerassem mais desenvolvimento. É preciso deixar claro que não se tratou de um paradigma monolítico. Ao longo das décadas houve nuances no paradigma do progresso, particularmente quanto à teoria cepalina. Dado o escopo desse trabalho, não poderíamos trabalhar à exaustão essas minúcias.

1.1.1 As teorias do desenvolvimento econômico e a CEPAL

O surgimento das teorias do desenvolvimento econômico está intimamente associado à situação história do pós-guerra. Bastos e Britto (2010) elencam e explicam alguns desses elementos que marcam o contexto do surgimento dessas teorias.

Em primeiro lugar, um elemento central é o declínio do liberalismo seja como ideologia ou como política. A Primeira Guerra Mundial marca o fim do modelo de civilização do século XIX. Terminada a guerra, o liberalismo, que havia marcado as práticas políticas e, de alguma forma, as econômicas, entra em crise. A Europa passou por um período de grande instabilidade política, que se combinou a problemas econômicos, como a crescente inflação em diferentes países. Esse foi o cenário que pavimentou a ascensão dos diferentes regimes de direita anti-liberais surgidos na Europa.

Em segundo lugar, o processo de planificação econômica iniciado na Rússia soviética. A “técnica” do planejamento econômico dava mostras de que o “progresso material” das sociedades poderia ser planejado detalhadamente pelo Estado e não precisaria ser uma consequência das “forças” de mercado. No campo da relação econômica entre os países,

particularmente o comércio exterior, isso abriu espaço para a crítica à teoria das “vantagens comparativas”, presente na obra do economista clássico inglês David Ricardo.

Por fim, os movimentos de libertação colonial na África e Ásia colocaram em evidência a necessidade de que novas interpretações econômicas fossem desenvolvidas. Era preciso compreender (e transformar) a economia desses novos países, o que só poderia ocorrer com a formulação de teorias e políticas econômicas voltadas para as especificidades da periferia do capitalismo.

Junto a esses elementos elencados por Bastos e Britto, não podemos esquecer o contexto político da Guerra Fria. O capitalismo deveria mostrar-se como uma alternativa aos países “subdesenvolvidos”, sob pena de ver o socialismo se difundir ainda mais entre esses países. Uma das formas que o capitalismo adotou para garantir sua influência sob o “Terceiro Mundo” foi, além da guerra, o “desenvolvimento”. Isso já é perceptível no contexto da Segunda Guerra Mundial, em que os “aliados” iniciam a formatação do capitalismo mundial para o pós-guerra. Na chamada “Carta do Atlântico” assinada em 1941 pelo presidente americano Franklin Delano Roosevelt e pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill, lê-se o seguinte trecho no seu quinto parágrafo: *“Desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre todas as nações, com o fim de conseguir, para todos, melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social”*⁴.

A mesma ideia fica presente no discurso de posse do presidente Harry Truman, em que formula seus “quatro pontos”. O quarto ponto diz respeito precisamente ao “desenvolvimento”⁵. Aqui cabe ressaltarmos a ambiguidade que reside no discurso da promoção do “desenvolvimento”. Se por um lado os Estados Unidos realmente toleraram uma maior intervenção dos Estados na reconstrução das economias europeias

4Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html>>. Acessado em 06/10/2016.

5 “We must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas”. Disponível em: <<http://www.bartleby.com/124/pres53.html>>. Acessado em 06/10/2016

e japonesa⁶, por outro buscaram manter sua histórica zona de influência – a América Latina – sob o mais restrito controle, como abordaremos mais adiante.

É nesse contexto que surgem as chamadas Teorias do Desenvolvimento Econômico. Nessa seção, buscaremos apresentar rapidamente um ramo dessa teoria: aquele formulado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)⁷.

A CEPAL foi criada em 1948 por uma solicitação do governo chileno junto à recém criada Organização das Nações Unidas. Algumas outras Comissões Econômicas foram criadas como a Europeia (1947), que teve como primeiro secretário-executivo o famoso economista sueco Gunnar Myrdal, a Asiática (1947) e a Africana (1958). O mandato inicial da CEPAL era de temporário e deveria ser reavaliado em três anos.

A CEPAL cumpriu um papel relevante para a região, pois forneceu um fundamento teórico que justificava as políticas de industrialização que alguns governos da região tiveram que improvisar como resposta à crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial. De acordo com Bielschowsky:

As mensagens era inovadoras, e o campo para sua divulgação era fértil. No plano da conveniência histórica, a ideologia cepalina caía como uma luva nos projetos políticos de vários governos continentais. No plano analítico, a mensagem geral estava plenamente sintonizada com o coração da nova “teoria do desenvolvimento”: os países subdesenvolvidos mereciam uma formulação teórica independente ou pelo menos adaptada, porque em aspectos relevantes funcionavam de forma diferente dos desenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 2000, pág. 25).

Um aspecto que merece atenção é que, ao contrário das outras duas comissões até então existentes ela não tinha como raio de ação todo o continente: restringia-se à América Latina, o que significava excluir o Caribe, Canadá e os Estados Unidos, o que era algo muito simbólico. A diplomacia americana não escondeu sua contrariedade com isso e na conferência de 1951 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, órgão a que a CEPAL estava subordinada, desenvolveu uma ofensiva contra a continuidade da comissão (FURTADO, 1985, pág. 113).

⁶“em meio a uma paisagem de pós-guerra muito mais devastada, onde uma grande insurreição trabalhista tinha de ser esmagada, Washington não criou nenhuma dificuldade em relação a um modelo de desenvolvimento baseado em um alto grau de proteção e de intervenção do Estado de facto, em notável desacordo com a ordem econômica liberal imposta em outros lugares. O dirigismo era um pequeno preço a pagar pela imunidade à revolução” (ANDERSON, 2015, pág. 59).

⁷De acordo com Bielschowsky, a teoria cepalina “seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira ‘ideológica’ da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento” (BIELCHOWSKY, 2000, pág. 24).

Isso revela que os Estados Unidos não estavam dispostos a tolerar as tentativas da periferia do capitalismo, nem mesmo as teóricas, que pudessem levantar questionamentos mais profundos seja à divisão internacional do trabalho vigente, que reservava à periferia papel, se não idêntico, pouco diferente do que havia predominado até o momento⁸.

Em sua introdução para uma coletânea de textos em homenagem aos “Cinquenta anos de pensamento na Cepal”, Ricardo Bielschowsky apresenta uma divisão em cinco fases na obra da CEPAL:

- a) Origens e anos 1950: industrialização;
- b) anos 1960: “reformas para desobstruir a industrialização”;
- c) anos 1970: reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na industrialização da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora;
- d) anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuda com crescimento”;
- e) anos 1990: transformação produtiva com equidade (BIELSCHOWSKY, 2000, pág. 18).

Para nosso trabalho, nos concentraremos na primeira “fase”, a que mais diretamente está relacionada ao surgimento da teoria da dependência que abordaremos mais adiante. Essa “safra inaugural” se inicia com o famoso “Manifesto latino-americano”, o “*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*”, escrito pelo economista argentino Raul Prebisch em 1949.

Nesse texto, é formulada a famosa tese da “deterioração dos termos de troca”⁹ que seria uma peça central na interpretação cepalina acerca da especificidade do desenvolvimento “periférico”, em oposição ao desenvolvimento “cêntrico”¹⁰. O argumento central cepalino estava baseado na consideração de que o “progresso técnico” não se distribuía uniformemente entre os países. Dentre os elementos presentes na explicação, há a

8“*O Mundo Livre era compatível com a ditadura: a liberdade que o definia não era a liberdade do cidadão, mas a do capital – o denominador comum de suas regiões ricas e pobres, independentes e coloniais, temperadas e tropicais. O que era incompatível com ele não era a ausência de parlamentos ou dos direitos de reunião, mas a revogação da propriedade privada dos meios de produção. Desses perigos, porém, havia abundância. Em sociedades atrasadas, havia não só o espectro do comunismo no exterior. Na tentativa de superar o subdesenvolvimento, o próprio nacionalismo estava sujeito a tentações estatizantes – confiscos arbitrários e situações afins, o que destruiu dos investidores estrangeiros – às quais também se devia manter atenção*” (ANDERSON, 2015, pág. 69-70).

9 Os termos de troca são a razão entre o valor das exportações e o valor das importações.

10“*Prebisch já utilizava a expressão ‘países periféricos’ bem antes de ingressar na CEPAL. A categoria servia-lhe até então para salientar a vulnerabilidade latino-americana aos ciclos econômicos, resultando em processo inflacionários com um forte componente exógeno e tendências a contrações cíclicas internas que, politicamente, potencializavam soluções macroeconômicas pouco recomendáveis*” (BIELSCHOWSKY, 2000, pág. 27).

consideração de que o avanço técnico das economias centrais substituíra os insumos primários das economias periféricas por produtos sintéticos e que a elasticidade-renda da demanda de primários seria menor do que a elasticidade-renda da demanda de produtos industrializados. Isso explicaria os recorrentes déficits em transações correntes dos países latino-americanos.

A tese da deterioração era uma dura crítica à teoria ricardiana das vantagens comparativas. A solução proposta era uma ampla industrialização das economias latino-americanas, realizada sob planejamento econômico. Prebisch não ignorava o problema da debilidade de poupança interna dos países latino-americanos, mas propunha que os capitais externos poderiam complementar a poupança doméstica no financiamento da industrialização.

A própria CEPAL assumia que o processo de industrialização não seria um processo simples. Na realidade, havia a percepção de que à medida que a industrialização avançasse, as crises de balanço de pagamentos poderiam se aprofundar, pois aumentaria a demanda por produtos mais intensos em capital e, portanto, mais caros.

O chamado “estrangulamento do balanço de pagamentos” também era um elemento importante para compreender a inflação dos países latino-americanos. Uma vez que a industrialização diminuía no curto prazo a capacidade de importação, os bens importados se tornavam mais caros. Dado que eles eram insumos essenciais em diversas indústrias, o aumento dos preços se difundia por toda a economia.

Para além desses pontos, é importante também ressaltarmos que a CEPAL apontava que uma forma de contornar esses estrangulamentos no balanço de pagamentos seria realizar uma profunda integração comercial dos países latino-americanos. A própria CEPAL já havia formulado em 1954 a importância de uma política comercial concertada para a região que garantisse a viabilidade da industrialização substitutiva, mas que seria temporária¹¹. A proteção comercial garantiria que a industrialização periférica pudesse se aprofundar ainda que possuísse uma produtividade menor que a dos países centrais.

11 “[A] necessidade de proteção é ineludível numa criteriosa política de desenvolvimento e não prejudica de forma alguma o comércio internacional, sempre que se mantenha dentro dos limites exigidos pelo mesmo desenvolvimento. Dentro de tais limites, que explicaremos posteriormente, a proteção não diminui as importações de um país em desenvolvimento, mas simplesmente lhe muda a composição, de acordo com as transformações estruturais da economia nacional. Os direitos aduaneiros diminuem ou eliminam algumas importações que são substituídas por produção interna, e isso dá lugar ao aumento de outras importações de procura muito elástica, a [sic] medida que aumenta a renda por habitante” (CEPAL, 1954, pág. 73-74. Grifo nosso).

Para a CEPAL, a proteção não significava uma defesa da autarquia, uma crítica comum ao pensamento cepalino, mas pouco consistente.

Também em 1954, Prebisch publica seu artigo “*A política comercial nos países insuficientemente desenvolvidos, do ponto de vista dos latino-americanos*”, onde menciona a necessidade da criação de um “mercado comum” latino-americano, que surge como um mercado complementar aos mercados nacionais¹², considerados restritos por Prebisch, e uma forma de reduzir a vulnerabilidade externa dos países da região¹³. Nesse ponto, a atenção se volta particularmente para a situação externa dos países mais desenvolvidos da região, caso do Brasil:

Paradoxalmente, os países latino-americanos mais avançados tendem a ser mais vulneráveis no exterior, dada a forma neles assumida pela industrialização. No processo de substituição de importações, acentuado por condições comerciais adversas, eles reduziram suas aquisições no exterior a alguns produtos absolutamente essenciais para manter e desenvolver sua economia, e perderam a margem com que contavam para restringir suas importações, quando estas consistiam em bens de consumo. Assim é que uma oscilação desfavorável das exportações tende a ter consequências críticas para o desenvolvimento econômico, muito mais graves do que quando a vulnerabilidade se encontrava mais do lado da demanda. O mercado comum ao diversificar o comércio dentro da área, poderá corrigir aos poucos essa situação, sem prejuízo das possibilidades de desenvolver as exportações industriais em países alheios à região, exportações estas que o mercado comum poderá favorecer, graças à redução dos custos industriais (PREBISCH, 2011, pág. 337-338)

A partir da metade da década de 1950, a questão da integração regional ganhou mais força dentro da CEPAL. Em 1957 foi criado o Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-americano. As discussões no Grupo de Trabalho estavam concentradas na constatação de que o comércio entre os alguns países da região havia regredido. O comércio regional era baseado principalmente em produtos primários. Logo percebeu-se que os diferentes processos de industrialização pelos quais passavam os países da região deveriam convergir em algum tipo de cooperação regional. De acordo com Braga: “*Abria-se assim o caminho para a consolidação da proposta de planejamento*

12“*A solução seria ampliar os mercados nacionais, por meio da instituição gradual de um mercado comum*” (PREBISCH, 2011, pág. 337).

13De acordo com Braga (2012) a primeira vez que a questão da integração teria surgido num documento da CEPAL teria sido em 1952 com o documento *Integración y reciprocidad económica en Centroamérica*, um estudo preparado pela comissão por solicitação dos presidentes dos cinco países da América Central (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica e Honduras) com sugestões para o desenvolvimento agrícola, industrial e para a infraestrutura dos países (BRAGA, 2012, pág. 77). Ainda de acordo com Braga: “*Havia grande cautela em relação a uma integração mais ampla que considerasse uma liberalização ampla e irrestrita, o que explica a utilização, pelo documento, do termo ‘integração limitada’*” (BRAGA, 2012, pág. 79).

industrial regional que poderia trazer maior eficiência ao processo de substituição de importações” (BRAGA, 2012, pág. 81).

As discussões no Grupo de Trabalho avançaram de forma que em 1959 foi publicado o documento “*O mercado comum latino-americano*”. O documento apontava três pontos principais para esse processo de integração: a) uma maior racionalidade para o processo de substituição de importações; b) necessidade de um planejamento regional que possibilitasse um desenvolvimento comercial e industrial com “equidade” e c) a adoção de uma política comercial regional adequada às novas relações econômicas internacionais (como o surgimento do Mercado Comum Europeu).

O desdobramento político da iniciativa da CEPAL pela integração regional foi a criação da Associação Latino Americana para Livre Comércio (ALALC) estabelecida em 1960 pelo Tratado de Montevideu. Em breve iremos analisar as relações econômicas do Brasil com os demais países latino-americanos, particularmente os sul-americanos, mas por ora basta mencionarmos que os esforços de integração acabaram criando uma situação que privilegiou a economia brasileira, a maior e mais desenvolvida.

Tendo em mente esse período inicial da CEPAL é possível realizarmos duas considerações acerca da sua teoria do desenvolvimento: primeiramente, nos parece inquestionável que as teorias cepalinas contribuíram para a formulação de políticas econômicas que tinham como objetivo a industrialização da região e a superação das contradições do capitalismo dependente a partir de um maior desenvolvimento. Em segundo lugar, essas políticas realmente alteraram a situação econômica da região, o que não significa que as contradições tenham sido superadas.

Ao final da década de 1950, o rápido crescimento pelo qual passaram alguns países da região logo se torna uma aguda crise econômica que exigiria uma revisão do próprio pensamento cepalino. Bielschowsky aponta três elementos que marcariam essa crise da primeira safra de ideias da CEPAL: os desequilíbrios macroeconômicos, principalmente o aumento da inflação e uma menor capacidade de importação; a crescente urbanização que acabou gerando empobrecimento e “favelização” e, por fim, a Revolução Cubana de 1959 que teria grande repercussão sobre a atitude norte-americana frente às movimentações populares da região (BIELSCHOWSKY, 2000, pág. 37).

Se, por um lado, a década de 1950 representou o auge das ideias originais da CEPAL, por outro, também marcou seu declínio. Retomaremos os elementos dessa crise do

“desenvolvimentismo” cepalino mais adiante, quando analisarmos as críticas ao “paradigma do progresso” e seus efeitos na economia e na sociedade brasileira.

1.1.2 O PCB e a revolução democrático-burguesa

O Partido Comunista Brasileiro, ainda que tenha sido fundado na década de 1920, um período, de acordo com Michael Löwy “*particularmente favorável a um marxismo ‘aberto’*” (LÖWY, 2012, pág. 13), não conseguiu produzir em seus primeiros anos grandes formulações teóricas acerca da realidade brasileira.

Partindo de uma interpretação deformada do materialismo histórico – a saber, a combinação mecânica entre o economicismo “objetivista” e a ideia do partido “infalível” (KONDER, 2009) – o PCB vai formular somente a partir dos 1940 sua estratégia para a revolução socialista no Brasil. A forma que possibilitou essa curiosa síntese foi o *etapismo*: “*a cristalização do processo do processo histórico em ‘etapas’*. Cada ‘etapa’ era concebida em termos inevitavelmente meios estáticos e a intervenção criativa do sujeito cabe apenas nos interstícios de transição, da passagem de uma etapa à outra” (KONDER, 2009, pág. 91).

A estratégia do PCB partiu de formulações de Lênin, como seu livro *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (original de 1905), e da III Internacional, fundada em 1919.

A partir dessa base teórica inicial que a partir de 1945, ano em que o partido voltava à legalidade, que as formulações do PCB acerca da revolução democrático-burguesa ganham maior consistência. Junto com o caráter anti-imperialista essa “etapa” também deveria ser “anti-latifúndio”, interpretado pelo PCB como um resquício feudal. Ou seja, a revolução democrático-burguesa deveria uma revolução “anti-imperialista” e “anti-feudal”. De certa forma, esses dois adjetivos marcam o programa urbano e agrário do PCB, respectivamente. Dado que o imperialismo era um entrave para o desenvolvimento dos países “atrasados”, o PCB acreditava que deveria haver um setor da burguesia cujos interesses de desenvolver sua produção seriam antagônicos aos das burguesias imperialistas. Isso tornaria a burguesia “nacional”, como era caracterizada essa burguesia, um setor progressista com quem a classe trabalhadora deveria adotar a tática de “frente única”. Por sua vez, os resquícios “feudais” eram um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Tratava-se, portanto, de “*um modelo de*

desenvolvimento político e econômico que implicava na consolidação e no crescimento do capitalismo nacional” (IANNI, 1984, pág. 47).

Vemos aqui se delinear de forma mais nítida a convergência entre propostas da CEPAL e do PCB, o que constitui, em nossa interpretação, uma evidência da força daquilo que denominamos “paradigma do progresso”. Interessava ao PCB desenvolver o capitalismo no país: acelerar o desenvolvimento da “base material” do capitalismo seria acelerar a própria passagem para o socialismo. Bielschowsky distingue quatro períodos nas formulações econômicas do PCB. O primeiro deles se inicia com a legalização do PCB, em 1945, e vai até a cassação do seu registro. De acordo com Bielschowsky:

No bojo do movimento geral de democratização do imediato pós-guerra, o PCB transformou-se da noite para o dia num partido de massas, que contava com cerca de 200 mil membros e alcançava cerca de 10% do eleitorado nacional. Manteve então o diagnóstico da etapa histórica de “revolução democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista”, mas adotou a via pacífica, simbolizada pela expressão “união nacional”. Adotava, nesses anos, a palavra de ordem da luta pela plenitude da democracia burguesa e, além disso, pela política de “desenvolvimento pacífico” com que Stalin orientou a posição soviética entre 1945 e 1947. A política internacional pacifista da Rússia tinha, desse modo, uma perfeita contrapartida na plataforma interna do PCB, aliado incondicional do PCUS (BIELSCHOWSKY, 2016, pág. 185)

O segundo período seria o que vai de 1948 a 1954, quando o PCB assume uma “política sectária” que acabou por isolá-lo. Um documento que sintetiza bem essa inflexão político do PCB é o chamado “Manifesto de Agosto de 1950”, publicado no jornal *Voz Operária* no dia 5 de agosto de 1950 pelo Comitê Central do PCB. O documento deixa insinuada a defesa de uma revolução armada, uma vez que defende a formação de um Exército Popular de Libertação Nacional e afirma que *“a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros – a solução revolucionária – que pode e há de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente”*¹⁴. No entanto, o programa não fala abertamente em “socialismo” e dentre as medidas apresentadas não aparece a extinção da propriedade privada.

Ainda de acordo com a periodização de Bielschowsky, o terceiro período é o que vai de 1954 a 1958 e que abre o caminho para a moderação de 1958. Ao contrário da postura adotada na campanha de Vargas de 1950, em que chamou voto branco, o PCB se empenhou na eleição de JK. Se tivermos em mente que 1956 ocorre o famoso XX Congresso do PCUS – em que há a denúncia dos crimes de Stalin e do stalinismo – é de

¹⁴Disponível em: <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=89:o-manifesto-de-agosto&catid=1:historia-do-pcb>. Acessado em 30/08/2016.

se imaginar que houvesse uma grande pressão sobre o partido para que realizasse mudanças na sua linha política. A direção do partido abre a discussão sobre os novos caminhos da agremiação em outubro de 1956 (SANTANA, SILVA, 2007, pág. 122).

Por fim, o último período se inicia com a divulgação da Declaração de 1958 e segue até o golpe de 1964. Nesse período se acentua o apoio do PCB ao desenvolvimento econômico do Brasil, o que fica evidente no subtítulo da declaração: *Pelo desenvolvimento econômico capitalista no Brasil*. A declaração reafirmava a tese da revolução democrático-burguesa e das duas contradições fundamentais da economia brasileira: o imperialismo e os resquícios feudais. A contradição entre burguesia e proletariado também é mencionada, no entanto, de acordo com o PCB, “*esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde ao interesse do proletariado e de todo o povo*” (LÖWY, 2012, pág. 228). Na sua apaixonada defesa do desenvolvimento capitalista como forma de transcender o imperialismo, o PCB acabava por ignorar que o desenvolvimento brasileiro não era necessariamente antagônico ao imperialismo.

Escapou àquela formulação do PCB as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente, ou seja, faltou-lhe uma análise que levasse em consideração os aspectos *qualitativos* do desenvolvimento capitalista. Ao articular seu programa político em torno de uma interpretação estritamente *quantitativa*, tudo se passava como se a cada “ponto” a mais no crescimento do PIB, a revolução estivesse mais próxima. A dimensão política do desenvolvimento econômico ficava rigidamente subordinada ao desenvolvimento da “base material” o que fez com que o PCB superestimasse, por exemplo, a existência da “burguesia nacional” brasileira e seu caráter “progressista”.

O golpe de 1964 tornou evidente para a sociedade que o caminho do “progresso” não seria um caminho simples em que o “desenvolvimento econômico” via industrialização e uma maior ação do Estado garantiria a calma passagem do “subdesenvolvimento” para o “desenvolvimento”. O desfecho do governo Jango levantou questões que tiveram de ser incorporadas à reflexão teórica da esquerda, tais como: a inexistência dessa “burguesia nacional” progressista; a consideração de que a industrialização não implica necessariamente em maior coesão social e que o Estado não é uma simples “instituição” neutra, mas que possui um papel político fundamental na reprodução do capitalismo.

De certa forma, a ditadura civil-militar também se apoiou na sua própria versão do “paradigma do progresso”. Mantendo o “desenvolvimento” como seu objetivo final, a ditadura realizou um conjunto de contrarreformas que potencializou a acumulação de capital sob às custas da classe trabalhadora. Na seção a seguir analisaremos a principal resposta teórica à crise do “paradigma do progresso”, a saber, a Teoria Marxista da Dependência.

1.3 Os limites do paradigma do progresso e a Teoria Marxista da Dependência

É no contexto da crise do paradigma do progresso que foi desenvolvida a teoria marxista da dependência, uma das principais contribuições teóricas da América Latina para o marxismo. Destacaram-se na formulação desse novo ramo teórico autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambira, Jaime Osório, Adrián Sotelo Valencia dentre outros(as).

A TMD representou uma ruptura teórica com o “paradigma do progresso” que a antecederia (SONNTAG, 1988, pág. 54). É possível localizar o desenvolvimento dessa teoria dentro do fio teórico que se inicia nas teorias do imperialismo, particularmente a de Rosa Luxemburgo e Lênin, na teoria do desenvolvimento desigual e combinado¹⁵. No entanto, não podemos reduzir a TMD a um ramo dessas teorias. Trata-se de uma teoria que rompeu a interpretação eurocêntrica do marxismo que predominava entre os partidos comunistas da região. Logo, era uma teoria que, implicitamente, trazia a proposta de marxismo aberto, compreendido como em permanente elaboração teórica e prática. Essa proposta de transcender os rígidos cânones do marxismo-leninismo muito irritou – e segue irritando – a intelectuais e militantes que imaginam o marxismo como

¹⁵Em seu livro *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, Vânia Bambira elenca as seguintes influências teóricas e políticas da teoria da dependência: “*Son pues sus antecedentes teóricos y políticos los análisis de Marx y Engels sobre la situación colonial; la polémica de los socialdemócratas rusos y de Lenin en particular en contra de los narodniki-populistas; la teoría del imperialismo y sus alcances en la situación colonial elaborada por Hilferding, Bujarin, Rosa Luxemburgo y particularmente por Lenin; la polémica sobre la revolución colonial llevada a cabo en el II Congreso de la Comintern que culmina con la elaboración de las tesis sobre las cuestiones nacional y colonial por Lenin; las consideraciones posteriores hechas por Lenin mismo, de carácter disperso pero de todos modos muy significativas; la aplicación creadora del marxismo-leninismo expuesta por Mao Tse-tung en varias de sus obras; y, finalmente, el intento de aplicación del método de análisis marxista para la comprensión del fenómeno del “subdesarrollo” realizado por Paul Baran en los años cincuenta*” (BAMBIRRA, 1978, pág. 15-16). Já o sociólogo mexicano Adrián Sotelo Valencia agrega mais um elemento que teria influenciado a teoria da dependência: “*Acrescenta-se outro elemento em função do debate com o marxismo endogenista e com as teses da CEPAL por grupos de jovens intelectuais e militantes da esquerda revolucionária, identificada com as formulações da Revolução cubana e com os ideais libertários e justiceiros do socialismo*” (VALENCIA, 2008, pág. 150).

um projeto acabado e que consideram que toda a verdade está contida nos escritos de Marx, Lênin ou Trotsky. Como afirma Osório:

As categorias e as relações daquela obra [*O Capital*] constituem o ponto e partida para analisar a organização das unidades de análise menos abstratas (ou mais concretas), *mas não as esgotam*. Daí a necessidade de novas categorias para abordar a análise do sistema capitalista mundial, os padrões da reprodução de capital, as formações econômico-sociais e a conjuntura (OSÓRIO, 2009, pág. 171).

Essa perspectiva fica evidente nos escritos do próprio período de “auge” da TMD. É o que podemos perceber no livro Bambilra, *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, quando a autora afirma que: “*Ser marxista es ser creador, no un mero repetidor de textos; es saber utilizar el método dialéctico para hacer un análisis concreto de una situación concreta*” (BAMBIRRA, 1978, pág. 69). Isso também é evidente quando Theotônio dos Santos afirma que:

El estudio del desarrollo del capitalismo en los centros hegemónicos originó la teoría del colonialismo y el imperialismo. El estudio del desarrollo de nuestros países debe dar origen a la teoría de la dependencia. Por ello, debemos considerar limitados los enfoques de los autores de la teoría del imperialismo. Lenin, Bujarin, Rosa Luxemburgo y los principales teóricos marxistas de la teoría del imperialismo (...) no enfocaron el tema del imperialismo desde el punto de vista de los países dependientes. Pese a que la dependencia debe ser situada en el contexto global de la teoría del imperialismo, ella tiene su propia realidad, que constituye una legalidad concreta dentro del proceso global y actúa sobre él de esa manera concreta. Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa, no solo ampliar la teoría del imperialismo, sino también contribuir a su reformulación (DOS SANTOS, 1973, pág. 38).

Há três autores latino-americanos que influenciaram decisivamente o surgimento da teoria da dependência: Mariátegui¹⁶, Caio Prado Júnior¹⁷ e Sergio Bagú. Os três podem ser identificados com um marxismo “heterodoxo” e que, portanto, divergiam da linha “oficial” do “marxismo-leninismo”. Os três criticavam a teoria dos “resquícios feudais” na América Latina e da existência de uma “burguesia nacional” progressista.

16“*Marini, no seu livro Dialética da dependência, apresenta uma interseção com a produção teórica de Caio Prado Júnior e de Sérgio Bagú, ambos representantes de um estilo de pensamento responsável pela integração filosófica da América Latina*” (MUNTEAL, 2009, pág. 318). Essa influência do pensamento de CPJ na formulação da teoria da dependência também é levantada por Coutinho: “*ocorreu também uma curiosa convergência objetiva entre o Caio Prado tardio e os teóricos do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’, como André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini*” (COUTINHO, 2011, pág. 217).

17“*Desde os anos 1970, muitos autores como Marco Ingrosso, Rubén Jiménez Ricardéz, Cristóbal Kay e Ruy Mauro Marini, até mais recentemente Carlos Eduardo Martins têm comentado que a obra do intelectual peruano haveria antecipado algumas questões do que viria a ser conhecido nos anos 1960 como teoria da dependência*” (SEABRA, 2016, pág. 25).

A nosso ver, o marco inicial da teoria marxista da dependência é o artigo seminal de André Gunder Frank de 1966, *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, em que o autor levanta duras críticas tanto às teses dos partidos comunistas da região (particularmente a dos “resquícios feudais”) e do dualismo cepalino. Em termos de contribuição teórica, Frank propõe nesse trabalho um modelo teórico em que o mundo estaria dividido em metrópoles e satélites. De acordo com Martins:

O modelo de Frank se desenvolve por um sistema complexo de relações no qual as nações são constituídas por metrópoles internas que sugam os excedentes de seus satélites, mas que podem estar submetidas a metrópoles exteriores que as descapitalizam, como é o caso das nações latino-americanas (MARTINS, 2011, pág. 238).

Numa extremidade do modelo de Frank está a metrópole mundial que recebe excedente econômico de todos os satélites e na outra diversos países que, teoricamente, remeteriam todo seu excedente econômico para fora. Entre essas duas extremidades teríamos uma situação *dual*: cada região funciona tanto como metrópole, quando recebe excedente econômico oriundo de algum satélite, quanto satélite ao remeter excedente remete para uma metrópole superior.

Com isso, o modelo de Frank nos permite compreender a luta encarniçada que se dá no plano internacional por quanto de excedente permanecerá naquela região e quanto será remetido para fora. Não se trata exclusivamente de “desenvolvimento econômico”, mas de uma disputa de mais-valia em que economia e política são igualmente importantes¹⁸.

¹⁸Como afirma Rosa Luxemburgo: “a violência política é apenas o veículo do processo econômico” (LUXEMBURGO, 1985, pág. 309)

FIGURA 01 – Modelo de Metrópole – Periferia de André Gunder Frank

Legenda

M – metrópole do mundo
m – metrópole
s – satélite

Fonte: Blomström & Hettne (1984)

Os momentos em que os satélites conseguem se desenvolver e ascender na teia de relações de metrópoles-satélites são aqueles de crise econômica mundial. Aí os condicionantes políticos e econômicos são relaxados e os satélites conseguem manter uma parcela maior da mais-valia e impulsionar um desenvolvimento mais autônomo. No entanto, uma vez que a situação econômica mundial se tenha regularizado, a brecha para um desenvolvimento autônomo mingua novamente. Assim, para Frank, essa rede de metrópoles e satélites, o que poderíamos considerar como o sistema mundial do capitalismo, age como um condicionante para o desenvolvimento de cada um de seus integrantes. Ou seja, o desenvolvimento de cada uma dessas metrópoles e satélites não é algo completamente endógeno, mas está intimamente relacionada com sua posição no capitalismo mundial. Podemos notar que, do ponto de vista metodológico, a interpretação de Frank contém um componente dialético fundamental: só se pode compreender o desenvolvimento de uma determinada região (o particular) a partir da sua relação com seus condicionantes gerais (o universal). Assim, o desenvolvimento “interno” (nacional) de uma região se faz condicionado pelos elementos “externos” (internacional) e na tentativa de superá-los.

Essa perspectiva, que de alguma forma será incorporada por todos(as) dependentistas, proporciona maior complexidade à análise do desenvolvimento: já não se trata simplesmente de tomar os países “subdesenvolvidos” como a Branca de Neve esperando pelo beijo do príncipe dos países “desenvolvidos” para despertar para o desenvolvimento, como Blomström e Hettne mencionam. Os “subdesenvolvidos” possuem estruturas internas e classes que também são fundamentais na sua dinâmica econômica. Portanto, não são passivos no processo de desenvolvimento. Tampouco se trata de assumir uma lógica voluntarista, segundo a qual para uma região ser desenvolvida bastaria querer.

A teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” de Frank é oposta à da CEPAL e dos PC’s. Não se trata de hipostasiar o Estado burguês, que entra como no esquema cepalino como uma entidade onisciente que planificará a economia capitalista de forma a rearranjar os parâmetros da sociedade com o objetivo de garantir a difusão do progresso técnico. Tampouco se trata de tentar reproduzir uma teoria pronta em diferentes contextos particulares, como era o caso da teoria da revolução democrático-burguesa. Até mesmo as categorias formuladas pela III Internacional eram acriticamente reproduzidas para o contexto latino-americano e brasileiro. É o caso, por exemplo, da

chamada burguesia “compradora”, categoria formulada por Mao Tse-Tung nos anos 1920 para se referir aos ingleses que dominavam o comércio chinês e que simplesmente tratavam de importar os produtos britânicos e revendê-los na China¹⁹.

Junto com Frank, devemos destacar as obras de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Os três eram fundadores da organização socialista brasileira *Política Operária*, POLOP²⁰, criada em 1961, e também eram professores da Universidade de Brasília.

Com o golpe no Brasil, os três intelectuais militantes a que nos referimos são sumariamente demitidos da UnB e logo iniciaram seu exílio. Ruy Mauro seguirá primeiramente para o México, onde permanecerá até 1969, quando será convidado a se retirar do país e segue para o Chile, onde se encontra com Theotônio e Vânia, que moravam ali desde 1966 e eram pesquisadores do Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO), órgão da Faculdade de Economia da Universidade do Chile.

É relevante ressaltar a militância política desses autores, pois, como aponta Ouriques, a “*teoria marxista da dependência terá que ser concebida em termos de teoria da transição ao socialismo*” (OURIQUES, 2016, pág. 154). A POLOP surgiu realizando uma dura crítica ao PCB e levantando como horizonte político a revolução socialista. Logo, é possível ver nesses autores e em suas obras – particularmente na teoria marxista da dependência – um elemento revolucionário, o que os coloca numa perspectiva, no mínimo, crítica ao “paradigma do progresso”. Segundo Theotônio:

Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (DOS SANTOS, 2015, pág. 26).

19 O processo de industrialização brasileiro se inicia, ainda que embrionariamente, no início do século XX e segue pelas suas três primeiras décadas. Como afirma Singer: “*tanto o produto total como o industrial cresceram intensamente nos três primeiros decênios do século XX. No primeiro e no segundo, a indústria cresceu mais do que a economia como um todo*” (SINGER, 2000, pág. 90). Logo, não nos parece correto simplesmente afirmar que a burguesia brasileira seja “compradora”, pois ela não se dedicava simplesmente a atividades de comércio exterior, como era o caso chinês.

20 “*A POLOP se voltava para a experiência política contemporânea, particularmente no Terceiro Mundo e na América Latina e se inscrevia claramente no processo gerado pela revolução cubana em curso e pelas tentativas internacionais e locais de detê-la*” (DOS SANTOS, 1996, pág. 22).

Também é de Theotônio a definição mais conhecida de dependência como uma “situação condicionante”. De acordo com o autor: “*La dependencia es una situación donde la economía de cierto grupo de países está condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía, a la cual se somete aquella*” (DOS SANTOS, 1973, pág. 42).

Para Theotônio, essa “situação condicionante” é aquela que determina os limites e possibilidades de ação e comportamento da sociedade. No entanto, esses limites não seriam rígidos ou idênticos para cada sociedade: características específicas das sociedades (estrutura de classes, organização política das classes, aspectos culturais, etc.) também são relevantes. Isso leva o autor a afirmar que a situação de dependência pode se alterar se se alteram as estruturas hegemônicas e as próprias estruturas dependentes. Essas mudanças poderiam ou reorientar a situação de dependência ou rompê-la.

A essas considerações, o autor acrescenta uma segunda consideração fundamental para a TMD: “*la dependencia condiciona cierta estructura interna que la redefine en función de las posibilidades estructurales de las diferentes economías nacionales*” (DOS SANTOS, 1973, pág. 44). Essa observação é fundamental para desfazer um dos grandes mal-entendidos acerca da teoria da dependência de que supostamente a dependência seria um elemento exógeno, ou seja, imposto unilateralmente de fora para dentro pelo tacão de ferro do imperialismo. Essa acusação foi desenvolvida principalmente por dois autores de filiações políticas completamente distintas: o marxista equatoriano Augustín Cueva (1974) e o “cepalino” Octávio Rodríguez (1974). Na realidade, acreditamos que esse tipo de determinismo unilateral poderia ser imputado ao “paradigma do progresso”. Para a CEPAL, romper com o “subdesenvolvimento” envolveria alterar o modelo de desenvolvimento “para fora”, *hacia afuera*, em que a região produzia bens primários para exportação por um modelo de desenvolvimento “para dentro”, *hacia adentro*, em que o mercado interno deveria ser o mais relevante. O corolário dessa proposta é que deveria haver um amplo plano de desenvolvimento assentado na industrialização para realizar essa transição do *hacia afuera* para o *hacia adentro*.

Já para o PCB, tratava-se de impulsionar essa “burguesia nacional” que estaria em oposição ao imperialismo e aos “resquícios feudais”. O corolário da posição do PCB foi sua interpretação de que o golpe de 1964 havia sido uma movimentação direta dos

Estados Unidos a partir da qual “*a burguesia nacional foi relegada a um plano secundário no aparelho de Estado*” (PCB, 1980, pág. 166).

Em ambos os casos os elementos externos (imperialismo, burguesia internacional) aparecem como perniciosos e rigidamente diferenciados dos internos (burguesia nacional, indústria brasileira). O que essa rígida separação não permitia compreender é que “*nem o imperialismo deixou de se interessar pela industrialização do Brasil, nem a burguesia nacional deixou de articular-se e rearticular-se com o imperialismo*” (IANNI, 1984, pág. 51). É isso que Marini explicita em seu livro *Subdesenvolvimento e revolução* ao afirmar que:

Em um mundo caracterizado pela interdependência e, mais que isso, pela integração, ninguém negaria a influência dos fatores internacionais sobre questões internas, principalmente quando se trata de uma economia como a daquelas denominadas *centrais, dominantes* ou *metropolitanas* e de um país periférico, subdesenvolvido. Mas em que medida esta influência é exercida? Qual é sua força diante dos fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua? (MARINI, 2012b, pág. 74).

Para a TMD é fundamental compreender como a dependência se enraíza nas sociedades dependentes e como isso cria laços de dependência ainda mais fortes. Concordamos com Bambirra quando afirma que: “*No se puede aceptar, de ninguna manera, que la teoría de la dependencia haya caracterizado a la dependencia como un fenómeno externo*” (BAMBIRRA, 1978, pág. 80). Isso nos permite compreender como a teoria da dependência consegue articular os condicionantes gerais com as particularidades dos diferentes países. Ou seja, trata-se de compreender como tanto Brasil e Paraguai, por exemplo, possam ser definidos como dependentes ainda que ambos possuam estruturas econômicas e políticas diferentes. E mais, como o Brasil consegue assumir posturas subimperialistas sobre países dependentes.

Essa observação será fundamental mais adiante quando analisarmos a relação do Brasil com os demais países da América do Sul. Aí poderemos notar com detalhes como a burguesia brasileira age para ampliar seus negócios fora do país apoiada pelo Estado e que essa ampliação se dá ora cooperando ora antagonizando com os países centrais.

Por fim, é importante compreendermos que elementos marcariam o núcleo central da TMD. Ou seja, quais são os pressupostos que embasam a formulação da teoria e quais as categorias propostas pela TMD. O sociólogo chileno Jaime Osório elenca quatro pontos que teriam sido os marcos fundadores da teoria da dependência:

- O capitalismo latino-americano é um capitalismo específico e em seu desenvolvimento segue uma legalidade que não é a do capitalismo chamado industrial ou desenvolvido;
- O subdesenvolvimento e os desequilíbrios das sociedades latino-americanas são uma resultante da expansão mundial do capitalismo e da reprodução deste em seu interior;
- O atraso e os desequilíbrios da formação latino-americana são, portanto, o resultado de um capitalismo *sui generis* e não simplesmente um produto de uma insuficiência capitalista;
- Por isso, mais do que alcançar as metas e os níveis das economias industriais, percorre-se um caminho diverso de aprofundamento do subdesenvolvimento, com suas manifestações de opulência e modernizações sobre um mar de miséria e atraso (OSÓRIO, 2016, pág. 114)

Para Osório, ainda que esses pontos sejam fundamentais para caracterizar a TMD, a forma como eles foram articulados em torno de uma *teoria* foi sendo desenvolvida de forma gradual durante a segunda metade da década de 1960 e início da década 1970. A “economia política da dependência” teria se constituído primeiramente como crítica à CEPAL e aos PC’s e somente depois como um conjunto de categorias e formulações que conseguiriam explicar a dependência. Para Osório, essa formalização da economia política da dependência só se daria com o livro *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini.

Em *Dialética da Dependência*, o marxismo latino-americano alcança seu ponto mais alto como formulação das leis e tendências que engendraram e movem o capitalismo *sui generis* chamado dependente. Isso se alcançava após uma década de árduos estudos e discussões sobre o tema (OSÓRIO, 2016, pág. 119).

Nesse livro, Marini formula sua categoria da *superexploração da força de trabalho* que, para ele, é o marco definidor do capitalismo dependente. Para Marini essa superexploração seria a remuneração sistemática da força de trabalho abaixo do seu valor. Parte do excedente produzido nas economias dependentes seria remetido para alhures (por meio da *troca desigual*) o que faria com que essas economias tivessem de operar internamente com um nível menor de excedente. Para garantir a acumulação de capital com um menor nível de excedente, o capital remunera a força de trabalho abaixo do seu valor, o que significa que o capital se apropria não somente do fundo de consumo dos trabalhadores, mas também do seu fundo de vida (OSÓRIO, 2009, pág. 177). De acordo com Amaral e Carcanholo, sob a superexploração da força de trabalho:

a acumulação de capital assume suas próprias características. Em primeiro lugar, ela se distingue por profundas diferenças em nível doméstico, no contexto local de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva. O resultado, do ponto de vista da mais-valia relativa, é uma violenta exploração da força de trabalho, que se dá justamente como consequência do já mencionado

intercâmbio desigual e dos mecanismos de transferência de valor que ele reforça. Ocorre que o resultado imediato desses mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. E a única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho (AMARAL, CARCANHOLO, 2012, pág. 88)

Dado o escopo do nosso trabalho não poderemos nos alongar na discussão acerca da superexploração da força de trabalho. No entanto, duas outras categorias formuladas por Marini são centrais para nossa discussão: o *padrão de reprodução do capital* e o *subimperialismo*.

1.3.1 O padrão de reprodução do capital

Após o golpe de 11 de setembro de 1973, os “dependentistas”, até então instalados no CESO, tem de seguir para um novo exílio. Em meados de outubro, Marini vai para o Panamá onde passou alguns meses e de lá seguiu para uma curta estada na Europa, onde chegou a lecionar no Instituto Max Planck em Munique de 1974 a 1976. Também nesse período Marini era professor visitante da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da UNAM. À essa altura, o autor já era conhecido do meio acadêmico internacional e das esquerdas políticas.

Em 1979, Marini formula uma nova categoria de análise das economias dependentes. Em seu artigo *O ciclo do capital na economia dependente* (MARINI, 2012a), Marini desenvolve os primeiros elementos do *padrão de reprodução do capital*. Seu objetivo era analisar os elementos específicos do ciclo do capital, algo desenvolvido por Marx no volume II de *O Capital*, numa economia dependente. Ou seja, a análise de Marini partia das formulações abstratas de Marx, mas as desenvolvia para em um nível mais concreto, a saber, a dinâmica econômica das economias dependentes daquele momento.

O cuidado em desenvolver uma categoria que desse conta de analisar a dependência fica explicitado por Marini desde o primeiro parágrafo do texto em que define o que entende por “economia dependente”: “*tenho em vista a forma atual que esta assumiu depois que, em seu seio, se conformou um setor de produção para o mercado interno*” (pág. 21). Logo, não se trata de analisar a economia dependente como um “tipo ideal”, mas levando em consideração as transformações socioeconômicas que o desenvolvimento do capitalismo gerou nessas economias. Com o aprofundamento da industrialização na região via substituição de importações, a dinâmica da economia dependente já não era

simplesmente ditado externamente e, portanto, seus elementos internos desempenhavam um papel crescente.

O desenvolvimento mais detalhado da categoria do padrão de reprodução ficou a cargo de um aluno de Marini, o sociólogo chileno Jaime Osório (OSÓRIO, 2012). Osório afirma que o padrão de reprodução do capital:

surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em período históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões do interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (...) assim como as contradições que esses processos geram.

A categoria de padrão de reprodução estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios (OSÓRIO, 2012, pág. 41).

Ainda de acordo com Osório, uma vez que a reprodução do capital assume formas diversas nos diferentes momentos históricos do capitalismo, o padrão de reprodução também permite compreender essas formas específicas e historicizá-las, ou seja, compreender os elementos que permitiram a ascensão e auge de determinado padrão e o declínio de outro e as fases de transição entre eles (OSÓRIO, 2012, pág. 41).

Como afirmamos anteriormente, a referência de Marini são os ciclos do capital de Marx. Marini analisa o ciclo do capital dinheiro, que pode ser resumido pela fórmula:

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

Nesse ciclo é possível analisar como o dinheiro compra e adquire meios de produção e força de trabalho e os põe em funcionamento no processo produtivo. Nesse processo produtivo ocorre a geração de valor novo que repõe o capital variável antecipado pelo capitalista no início do ciclo e um excedente, a mais-valia. Uma vez concluída a produção, as mercadorias são levadas ao mercado para serem vendidas e, assim, realizar o valor contido em si. Logo, o ciclo do capital-dinheiro é composto por um momento inicial de circulação ($D - M$), a produção ($M \dots P \dots M'$) e uma nova circulação ($M' - D'$). Marini desenvolve sua exposição analisando essa ordem de elementos: primeira circulação, fase de acumulação e produção e a segunda circulação (realização).

Na primeira circulação, é fundamental definir a origem do capital dinheiro. Marini define três possíveis origens: capital privado interno; capital estrangeiro e investimento público. O capital privado interno é aquele gerado dentro do país, sendo indiferente se sua propriedade é de nacionais ou não. Ou seja, trata-se do volume de mais-valia acumulada. Nas economias dependentes, o capital estrangeiro tem se mostrado muito relevante. Marini aponta duas formas principais pela qual o capital estrangeiro atua: por meio de investimentos diretos (a propriedade total ou parcial do capital produtivo é estrangeira) ou por investimentos indiretos (financiamento externos, como empréstimos internacionais). A diferença central entre as duas modalidades é o tipo de remuneração que cada capital terá: lucro empresarial, no caso do investimento direto; ou juros e amortizações, no caso do indireto.

Por fim, no caso do investimento público, há que considerar tanto a fonte desses investimentos: se via impostos diretos e indiretos sobre a mais-valia, impostos diretos e indiretos sobre o capital variável ou via se lucra por meio de suas estatais. Marini também aponta que nem todo gasto do Estado é produtivo: *“Os gastos realmente improdutivos (embora cumpram uma função importante na manutenção do sistema em que se opera a valorização) são aqueles que o Estado realiza com sua própria burocracia, tanto civil quanto policial e militar”* (MARINI, 2012a, pág. 24). Entre os gastos considerados produtivos, Marini inclui tanto os investimentos estatais quanto os subsídios e subvenções públicas cujo objetivo é tornar mais rentável o investimento privado e os gastos sociais em educação e saúde *“que contribuem para a reprodução e qualificação da força de trabalho, imprescindíveis para a valorização”* (MARINI, 2012a, pág. 24). Como afirma Osório:

É sabido que, no início da industrialização e até bem avançados os anos 1970, o Estado desempenhou um papel-chave para dar andamento a grandes projetos de infraestrutura e serviços, além de indústrias básicas, como na produção de aço e outros bens, na América Latina (OSÓRIO, 2012, pág. 48).

Na análise dessa primeira fase do ciclo do capital já nos é possível desvendar os limites da interpretação que o “paradigma do progresso” conferia ao Estado burguês: por um lado acertava ao afirmar que o Estado é um poderoso elemento econômico capaz de impulsionar o capitalismo; por outro, equivocava-se ao toma-lo como um ente dotado de racionalidade própria. Dessa forma ignorava-se o caráter classista do Estado (MARINI, 2010, pág. 110).

Ainda sobre essa primeira circulação, o dinheiro adquire força de trabalho e meios de produção. Tendo em mente o contexto das economias dependentes essa força de trabalho, salvo em casos muito específicos, provém da classe trabalhadora nacional. O mesmo já não ocorre com os meios de produção: parte deles pode ter oferta nacional, mas esses são, em sua maioria, produzidos com tecnologia amortecida. Máquinas e equipamentos com tecnologia mais avançada são adquiridos no mercado mundial. Aqui há uma diferença entre as economias dependentes e as economias centrais: nessas a produção industrial de bens de consumo antecedeu e impulsionou a produção de bens de capital, naquelas, a instalação de uma indústria produtora de bens de consumo não redundou numa indústria de bens de capital. Dessa forma, a dependência material de bens de capital por parte da indústria das economias dependentes se transforma em dependência tecnológica.

Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los. Isso incide, por sua vez, na relação financeira com o exterior, dando lugar aos pagamentos na modalidade de *royalties* ou assistência técnica, que constituem outros fatores de transferência de mais-valia, de descapitalização (MARINI, 2012a, pág. 28)

A conclusão de Marini acerca da primeira circulação é que aí já se afirmam duas modalidades de dependência: quanto à origem do dinheiro (investimentos estrangeiros) e quanto aos bens de produção do ponto de vista material e tecnológico.

A segunda fase do ciclo do capital dinheiro é a da produção e da acumulação. A fase anterior condiciona diretamente esta: uma vez que os meios de produção oriundos dos países centrais são mais avançados do ponto de vista tecnológico, isso implica que as empresas estrangeiras, por possuírem maior acesso a esse nível tecnológico superior, terão uma produtividade doméstica maior do que as empresas locais que se utilizam de tecnologia amortizada. Com isso, haverá uma transferência de valor das empresas locais para as estrangeiras, uma vez que essas operam com uma estrutura de custos menor, mas cobram o preço estabelecido pelas empresas menos produtivas.

Aqui reside outro grande problema do “paradigma progresso”: esse lucro extraordinário capturado pelas empresas estrangeiras dificilmente poderá ser anulado pelas empresas locais, uma vez que se trata de um elemento exógeno às economias dependentes. Não se tratou de uma inovação gestada dentro das economias dependentes e que rapidamente se

generalizaria. Com isso as empresas locais sempre se colocam em posição de desvantagem às estrangeiras.

Frente à essa transferência de valor das indústrias locais para as estrangeiras, como aquelas indústrias respondem? Para Marini, elas aprofundam a superexploração da força de trabalho, um fenômeno que já expusemos anteriormente. No entanto, ela não fica restrita apenas às indústrias locais, que a utilizam como contratendência à descapitalização sofrida pelo desnível tecnológico. A superexploração se difunde por toda a economia dependente²¹. De acordo com Marini:

Sendo um recurso que os capitais com menor poder de competição acionam, a superexploração acaba, ao final, favorecendo o capitais monopolistas, posto que ali também se emprega força de trabalho cujo nível de remuneração obedece, em linhas gerais, ao nível médio fixado nas empresas que trabalham em condições médias. Portanto, reduz-se também em termos relativos a massa de salários pagos pelas empresas monopolistas, abatendo-se seu custo de produção (MARINI, 2012a, pág. 30)

Para garantir a superexploração, Marini aponta que são necessários elementos “extraeconômicos”. Aqui, novamente, se faz evidente o papel do Estado no capitalismo dependente. Quando o Estado facilita a penetração de empresas estrangeiras, cujos parâmetros operacionais (composição orgânica do capital, por exemplo) estão estabelecidos de acordo com os países centrais, acaba por gerar um exército industrial de reserva de grandes proporções. Essa seria uma das explicações para a grande massa

²¹Como afirmamos anteriormente, não poderemos desenvolver em detalhes a análise acerca da superexploração da força de trabalho, no entanto nos pareceu relevante apontarmos rapidamente a caracterização feita por Osório acerca da superexploração da força de trabalho. O autor desenvolve elementos que ficaram somente esboçados por Marini em seu primeiro artigo do padrão de reprodução. Ali Marini aponta que a superexploração pode assumir três formas: o aumento da intensidade do trabalho; o prolongamento da jornada de trabalho e o rebaixamento forçado dos níveis salariais, sem que haja um barateamento da força de trabalho (MARINI, 2012a, pág. 30). Quanto à intensidade do trabalho, Osório afirma que ela se eleve “*é necessário que se produzam mudanças tecnológicas e na organização do trabalho que estejam associadas à produtividade. Sobre essas bases, o capital busca transformar todos os ‘tempos mortos’ na produção em tempos de valorização, acelerando os ritmos de produção, exigindo tarefas cada vez maiores de um mesmo trabalhador*” (OSÓRIO, 2012, pág. 57). Sobre o prolongamento da jornada de trabalho: “*nas atuais condições de mundialização, o prolongamento da jornada de trabalho constitui um mecanismo regular nas regiões dependentes, estreitamente associado à presença de salários muito inferiores ao valor da força de trabalho. Uma forma de alcançar uma elevação do salário para os operários passa por prolongar as horas de trabalho. Isso resulta no fato de que de um trabalhador o capital extrai o trabalho de um trabalhador e meio ou de dois trabalhadores, o que repercute em expansão do desemprego e, daí, em pressão por menores salários e maiores jornadas*”. Ainda quanto a essa questão, Osório levanta uma pista que, a nosso ver, insinua uma importante agenda de pesquisa envolvendo questões de saúde e o capitalismo dependente: o aumento da intensidade do trabalho gera doenças nervosas e psicológicas na classe trabalhadora, ao passo que o prolongamento da jornada gera desgastes físicos imediatos e incrementos dos acidentes de trabalhos.

de subempregados que marca a história das economias dependentes. Para Marini, esse exército industrial de reserva *“pode existir sob a forma aberta, do desemprego, ou disfarçada, de subemprego; mas, em qualquer caso, é um exército de reserva que faz minuar a capacidade reivindicativa da classe operária e propicia a superexploração dos trabalhadores”* (MARINI, 2012a, pág. 31).

Além da geração do exército de reserva a partir da penetração de empresas estrangeiras, o Estado burguês agiu diretamente a partir de seus instrumentos jurídicos para desmontar sindicatos e partidos políticos, restringir direito de greves e manifestações, além de alterar as legislações trabalhistas e salariais com o objetivo de comprimir os salários dos trabalhadores e aumentar a acumulação de capitais. É sabido que junto à essa “imaginação reformista” do campo jurídico e institucional do Estado, há que se somar o avanço das medidas repressivas. De acordo com Osório:

Se o capitalismo é um sistema com dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente. Sociedades atravessadas por esses processos geram altos níveis de conflito social, alguns latentes e muitos outros manifestos. A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes.

Assim, a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente (OSÓRIO, 2014, pág. 209)

Um exemplo das contradições que emergem nas economias dependentes é o desenvolvimento de um parque industrial muitas vezes voltado à produção de bens de consumo suntuários, como é o caso da indústria automobilística. Se tomarmos a situação social dos países latino-americanos, é evidente que a instalação e desenvolvimento desse parque industrial contradiz centralmente com a situação de miséria e pobreza da região.

Por fim, Marini analisa a realização do ciclo do capital dinheiro numa economia dependente. Nesse momento, o autor assume a divisão da economia em três departamentos como prevista por Kalecki: o departamento III produz bens de consumo dos trabalhadores; o departamento II produz bens de consumo capitalista e o departamento I produz bens de capital.

Novamente, elementos das fases anteriores aparecem como condicionantes. Como mencionamos anteriormente, o departamento II ocupa grande relevância na dinâmica das economias dependentes. No entanto, isso gera grandes problemas quanto à realização dessas mercadorias. Pelo lado da classe trabalhadora, seu nível de consumo é permanentemente pressionado pela superexploração. Pelo lado dos capitalistas, sabemos que parte de sua mais-valia é remetida para fora do país em forma de lucros, juros, fretes, *royalties* e outros tipos de serviço. Da parte da mais-valia que fica no país, parte dela será acumulada e parte dela será consumida pelos capitalistas. Logo, pode ser que a demanda dos capitalistas também não seja suficiente para garantir a realização da produção (MARINI, 2012a, pág. 33).

A cada nova fase de acumulação, essa atração dos capitais em direção ao departamento II, acaba aprofundando as distorções das economias dependentes. Uma vez que a realização das mercadorias desse departamento depende em grande parte da demanda dos capitalistas a concentração de renda no topo mais rico da sociedade é funcional ao “desenvolvimento” dessas economias. Com isso reafirma-se a separação do capitalismo dependente das necessidades da classe trabalhadora (MARINI, 2012a, pág. 34).

De acordo com Marini, uma possível alternativa para essa insuficiência de mercado é a exportação. Como veremos mais adiante, essa é a base para a teoria do subimperialismo de Ruy Mauro Marini.

A partir dessa análise do ciclo do capital dinheiro, podemos concluir que as economias dependentes carregam em seu desenvolvimento tanto as contradições próprias ao modo de produção capitalista quanto aquelas à sua condição de dependente. Abrem-se possibilidades de graves crises a cada fase desse ciclo. Se a crise se apresenta quando o capital assume o formato dinheiro, ela se apresenta como crise de sobreacumulação relativa de capitais, ou seja, capital que não encontra “novos campos de acumulação”, como afirmou Rosa Luxemburgo. No entanto, se a crise se apresenta com o capital sob forma de mercadorias, ocorre uma crise de realização. Obviamente que à medida que se instaura uma crise de sobreacumulação, isso terá impactos diretos na realização das mercadorias e vice-versa. Como aponta Osório:

O capital, visto em seu sentido social, como a soma dos múltiplos sociais, percorre simultaneamente todas as fases, de modo que, na hora de se produzir uma baixa da taxa de lucro, ficará “preso” em todas elas, seja como capital-dinheiro, seja como capital produtivo ou capital-mercadoria. O ciclo se interrompe fazendo surgir uma crise (OSÓRIO, 2012, pág. 69)

A depender da profundidade da crise, ela pode abrir um período de transição entre padrões de reprodução em que o padrão anterior vai se desagregando e aos poucos um novo vai sendo formatado a partir da nova configuração econômica (surgimento de novos campos de acumulação, condições técnicas, presença de capitais estrangeiros, valores de uso produzidos) e política (maior ou menor regulação de mercados, ampliação ou retirada de direitos sociais e trabalhistas, relação entre as diferentes frações da burguesia e entre a classe trabalhadora e essas burguesias).

O padrão de reprodução também nos auxilia a compreender como o valor se distribui na economia mundial. Se retomarmos a ideia da hierarquia do capitalismo mundial, exposta quando discutimos o modelo de Gunder Frank, as regiões onde predomina a apropriação de valor são as economias imperialistas e aquelas em que predomina a descapitalização de valor, são as economias dependentes. Trata-se obviamente de uma simplificação para fins didáticos, o que significa que o funcionamento real do capitalismo mundial é mais complexo. Uma forma de garantir maior aderência do modelo à realidade é agregarmos uma zona intermediária entre as economias dependentes e as imperialistas. Essa é a zona das economias *subimperialistas*. Isso permite captar que entre os próprios países dependentes existem grandes diferenças (Brasil e Paraguai, por exemplo).

Por fim, há que mencionar a periodização dos padrões de reprodução do capital na América Latina:

TABELA 01 – Periodização dos padrões de reprodução do capital

Padrão de reprodução dominante	Período que abrange
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

Fonte: Osório (2012)

O padrão agromineiro exportador se desenvolve no contexto do pós-independência dos países latino-americanos e é a partir dele que essas nações formalmente independentes serão integradas ao capitalismo mundial. O fim do século XIX já prenuncia sinais de crise desse padrão como o encilhamento (1889-1892) e a chamada “crise Baring” na Argentina em 1890. Alguns anos depois, o esquema de valorização do café no Brasil representou o acirramento das contradições do padrão agromineiro. A crise de 1929 inicia a transição do padrão agromineiro exportador para o industrial.

A montagem do padrão industrial foi impulsionada pelo Estado burguês e representou um curto período em que a burguesia industrial da região buscou estabelecer um desenvolvimento capitalista autônomo. Quanto a esse aspecto, os principais autores da TMD são unânimes (BAMBIRRA, 2013, pág. 91; DOS SANTOS, 2015, pág. 33). Tratou-se de uma experiência efêmera porque o projeto de capitalismo autônomo acabou se chocando com “*a classe latifundiária-mercantil e com os trustes internacionais*” (MARINI, 2012b, pág. 58). A ascensão da burguesia industrial ocorre sem que a burguesia agrária tenha declinado radicalmente. Dessa maneira estabelecer-se-á um

pacto de benefício mútuo entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial ascendente, a despeito de alguns eventuais desajustes em sua relação. O Estado que assim se estabelece é um Estado de compromisso, que reflete a complementariedade objetiva que cimentava suas relações (MARINI, 2012b, pág. 56).

Marini caracterizará essa relação entre as frações agrária e industrial da burguesia como uma *cooperação antagônica*. A agricultura era fundamental para a indústria pois ela que poderia prover o excedente exportável que cobriria, por exemplo, as importações de bens de produção. A questão central é que essa “cooperação” não excluía a existência de conflitos intraburgueses. De acordo com Marini, o expediente que a fração industrial se valeu para se fortalecer perante a fração agrária teria sido o *bonapartismo*.

Fincando-se nas massas populares e urbanas – seduzidas pela fraseologia populista e nacionalista e, mais concretamente, pelas tentativas de redistribuição da renda –, a burguesia procura erigir um novo esquema de poder, e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja capaz de se sobrepor às antigas classes latifundiárias e mercantil (MARINI, 2012b, pág. 58).

À medida que a industrialização avançava, a burguesia industrial era assediada pela burguesia internacional. Basta levarmos em consideração que após a Segunda Guerra Mundial estão postas as bases econômicas e institucionais sobre as quais será erigida a hegemonia estadunidense que permitirá que as grandes corporações americanas saiam

a busca de “novos campos de acumulação” em outras regiões do mundo. Assim, no momento em que as burguesias industriais deveriam iniciar o desenvolvimento do departamento I, são assediadas pelas corporações transnacionais. A reação inicial das burguesias nacionais latino-americanas foi apoiar projetos nacionalistas. De acordo com Bambirra:

os governos de Calles ou Cárdenas no México, o governo de Vargas no Brasil, de Alessandri no Chile, de Battle y Ordóñez no Uruguai, ou, finalmente, de Perón na Argentina (...), todos esses governos expressaram o auge e a consolidação dos interesses das respectivas burguesias industriais nacionais (BAMBIRRA, 2013, pág. 91)

Nesse período algumas empresas familiares nacionais se expandiram fortemente baseadas na atuação do Estado. Foi o caso da Klabin, Votorantim, Villares e a Bardella. Algumas empresas também iniciaram suas operações no período. No setor de material de transporte foi criada a Busscar (1946) e a Marcopolo (1949). Também podemos ressaltar a Tigre (1941) e Brasmotor (1945) (SANTOS, SPOSITO, 2012, pág. 150).

No entanto, esse embrião de desenvolvimento autônomo fracassou e, de acordo com Marini, *“a causa fundamental deste fracasso se deve, em última instância, à impossibilidade da indústria se sobrepor ao condicionamento que o setor externo lhe impunha desde seus primeiros passos”* (MARINI, 2012b, pág. 60). Entre 1950 e 1965, os termos de troca da América Latina caem cerca 40% o que teve impactos significativos no equilíbrio das contas externas da região. Com isso a capacidade de importar se viu drasticamente reduzida exatamente num período em que se inicia a substituição da produção de bens de consumo durável e alguns bens de produção, o que exigia importações de máquinas e equipamentos de alto custo.

Aqui a burguesia industrial realizou seu salto mortal. Havia duas possibilidades em aberto naquele momento: uma que envolvia os riscos de produzir uma mudança qualitativa no capitalismo brasileiro e impulsionar um conjunto de reformas que dinamizassem o mercado interno; e outra que significava manter os parâmetros de funcionamento do capitalismo brasileiro como dependente e aprofundar a relação de cooperação antagônica com a burguesia agrária e abrir espaço para o capital internacional. A primeira envolveria algum tipo de relação dessa burguesia industrial com a classe trabalhadora urbana, mas também com a classe trabalhadora rural, uma vez que a reforma agrária era decisiva. *Grosso modo*, a primeira alternativa correspondia ao “paradigma do progresso”. É desnecessário apontar que prevaleceu a segunda. Dessa

forma, se inicia um período de desenvolvimento capitalista integrado que “*reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas*” (MARINI, 2012b, pág. 62). Consolidava-se a burguesia compósita que, nas palavras de Florestan Fernandes, teria uma costela nacional e outra internacional (FERNANDES, 1985, pág. 66).

Os efeitos do desenvolvimento capitalista integrado fazem-se notar até atualmente. O investimento das transnacionais estabeleceu uma escala de produção muito grande para que a indústria nacional pudesse competir com ela. Trata-se da situação descrita por Ruy Mauro sobre como o diferencial de produtividade acaba por gerar um “lucro extraordinário” para as transnacionais. Com isso: “*o investimento multinacional tendeu a incluir investimentos nacionais sob condições de produção complementar (por exemplo a terceirização) e a excluir investimentos sob condições substitutivas*” (AMSDEN, 2009, pág. 364). No entanto, nos parece importante ressaltar que isso não significou a simples *extinção* de uma burguesia brasileira. Ela tendeu a se concentrar em setores como financeiro e construção civil. Também não significa que ela seja “fraca”. Como afirma Florestan: “*não existe uma burguesia ‘débil’: mas outras classes (ou setores de classe) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável*” (FERNANDES, 2006, pág. 250).

Em importante estudo, Fontes (2010) aprofunda as formulações de Florestan Fernandes sobre o caráter da burguesia brasileira e reforça que se trata de uma classe política envolvida em diversos níveis de contradição devido à sua dupla articulação: de classe dominante nacionalmente e “*integrada de maneira heterogênea*” internacionalmente. Fontes denomina essa burguesia de *brasileira*, denominação que também adotaremos. A seguinte passagem, ainda que longa, nos parece uma descrição muito apurada sobre a burguesia brasileira e as contradições em que se encontra enredada:

Essa burguesia remói, resulta e promove contradições. No ruminar de antigas contradições, atualiza as heranças das formas de dominação pregressas, das quais se instaura como herdeira. Assim, retoma os traços de uma colonização que a independência política jamais intentou seriamente ultrapassar, como as formas persistentes de racismo e a recriação de sua subalternidade no âmbito cultural, permeável e porosa a todas as expressões do lixo cultural internacional (do *fast food* às televisões, onde se destaca o Big Brother), ao lado de uma pujante cultura brasileira, repetidas vezes estropiada e caricaturada. A burguesia brasileira resulta diretamente de outras tantas contradições, a começar pela dupla articulação assinalada por Fernandes, que conecta setores econômicos nativos profundamente desiguais a uma subordinação ao capital-imperialismo. O risco de ver-se fragmentada e reduzida a uma burguesia-tampão reaparece na atualidade sob vários

formatos, como, por exemplo, quando se encontra premida entre a cobiça imediata da associação subalterna, mas lucrativa, na exploração das imensas jazidas de petróleo do pré-sal e o temor de se ver reduzida a mera coadjuvante num país reduzido a exportador de carburante.

Finalmente, promove novas contradições, por levar a um ponto extremo sua ambivalente situação, de impotência prepotente, com enorme crescimento da produção de *commodities* adequadas à posição subalterna, ao lado do estímulo e da expansão de empresas transnacionais, procurando aproximar-se da ponta dominante do capital-imperialismo. *As burguesias brasileiras derivam do leito cavado pelo capital-imperialista e precisam permanentemente a ele adequar-se para manter sua dominação na escala do território nacional* (FONTES, 2010, pág. 312).

A nosso ver, a burguesia brasileira apresenta um caráter dual: apresenta-se como classe forte internamente e frente à burguesia de países dependentes menos desenvolvidos que o Brasil e como débil frente às burguesias dos países centrais. Vemos uma argumentação semelhante em Bambirra quando afirma que:

enquanto se aprofunde a dependência econômica através do domínio do capital estrangeiro nos setores-chave da economia, aprofunda-se também a dependência política, na medida e que as decisões mais cruciais devem ter o capital estrangeiro como ponto de referência básico, devendo ser por ele referendadas. No entanto, é preciso considerar que, se as classes dominantes nacionais aceitam essa situação e nome da preservação do sistema, o imperialismo também tem seus interesses substanciais vinculados a tal preservação. Este fato outorga às classes dominantes nacionais uma margem de manobra frente ao imperialismo e lhes permite implementar, em alguns momentos e em proveito próprio, uma série de políticas com autonomia relativa. Esta autonomia relativa consiste em que, em circunstâncias especiais, as classes dominantes dos países dependentes têm a possibilidade de tornar vigentes alguns dos seus próprios interesses que são contraditórios aos do imperialismo. Isso se dá especialmente nas situações críticas mais agudas do sistema, quando as burguesias dependentes necessitam implementar toda uma série de medidas políticas e de política econômica com o objetivo de superar as crises e expandir e tornar mais efetiva sua dominação (BAMBIRRA, 2013, pág. 146).

Esse elemento de “autonomia parcial” nos parece fundamental para compreendermos as nuances do desenvolvimento do capitalismo dependente. Trata-se, novamente, de compreender que o imperialismo não *define* a dinâmica das economias dependentes e que elas também possuem condicionantes internos que não podem ser desprezados. Esse elemento será muito importante mais adiante quando estudarmos o subimperialismo brasileiro e como ele, do ponto de vista político e econômico, representa um desdobramento da *cooperação antagônica* levada para o nível da relação entre os países no capitalismo mundial.

A consolidação do padrão industrial integrado se deu com o golpe de 1964. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), formulado pelo ministro do planejamento

Roberto Campos, representou um amplo conjunto de contrarreformas sociais. Quanto ao setor externo da economia, alterou a lei de remessas de lucro aprovada no governo Jango permitindo o livre fluxo das remessas, reduziu tarifas de importação e, por fim, criou mecanismos de incentivo à exportação (GUIMARÃES, 1991).

O impacto mais imediato dessas medidas foi a quebra de parte expressiva das empresas nacionais de porte médio que haviam se desenvolvido a partir do Plano de Metas (TAVARES, 1986). Isso abriu espaço para uma maior centralização e concentração de capitais na mão dos capitais estrangeiros. Houve algum protesto contra a suposta “desnacionalização” da economia e em 1967 chegou a ser instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados que deveria investigar esse fenômeno.

Uma das principais contrarreformas do programa foi a salarial²². A justificativa oficiosa seria conter a demanda que pressionava a inflação. No entanto, analisada a partir da transformação do padrão industrial integrado, a mudança na política salarial tinha outro objetivo. Com a retomada dos fluxos de capitais para o Brasil, aprofunda-se novamente a saída de recursos por meio das remessas de lucros e pagamentos de juros e *royalties*. Dessa forma, podemos notar o arrocho salarial tinha como objetivo garantir os compromissos externos sem que isso comprometesse a acumulação de capital. Logo, o fardo da reprodução do capitalismo dependente brasileiro foi jogado nos ombros da classe trabalhadora (MARINI, 2012).

Isso é uma forte evidência de que “*a violência política é apenas o veículo do processo econômico*” (LUXEMBURGO, 1985, pág. 309). E essa foi a violência política necessária para firmar o padrão industrial integrado e garantir a superexploração da força de trabalho.

No entanto, como vimos o padrão de reprodução também envolve a realização da produção. As condições que permitem o desenvolvimento do capitalismo dependente,

22 O texto do PAEG estabelece que os reajustes salariais deveriam anuais “*de modo igualar o salário real médio vigente nos últimos 24 meses, multiplicado a seguir por um coeficiente que traduza o aumento de produtividade estimado para o ano anterior, acrescida da provisão para compensações de resíduo inflacionário*” (BRASIL, 1964, pág. 85). Uma vez que o chamado “resíduo” inflacionário não caiu para menos de 40% em torno o governo Castello Branco é possível compreender como que em tão pouco tempo foi possível achatar o salário mínimo. Também há que se considerar o elemento político: a ditadura interveio em diversos sindicatos e restringiu duramente a liberdade política. As palavras de Roberto Campos são uma expressão desse momento: “*Não havia obviamente nenhuma intenção de destruir os sindicatos. Havia, sim, a intenção de despolitizá-los*” (BIDERMAN, REGO, COZAC 1996, pág. 46).

particularmente a superexploração, geram um problema para a realização. A concentração de renda e os gastos do Estado ajudam a atenuar esse desequilíbrio. Sem embargo, não chegam a resolver o problema. Um outro expediente engendrado para resolver esse desequilíbrio é o *subimperialismo*. Analisaremos os detalhes desse fenômeno no capítulo 3.

Por fim, cabe apontar que o padrão industrial entra em crise no início dos anos 1980 junto com a crise da dívida da América Latina. Abre-se um período de transição em que o neoliberalismo ganha espaço na região e paulatinamente surge um novo padrão de reprodução, chamado por Osório de *exportador*. Esses serão assuntos abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – O PADRÃO EXPORTADOR E A FINANÇA

Nesse capítulo daremos continuidade à discussão sobre o padrão de reprodução do capital atentando para a crise do padrão industrial e o surgimento do padrão “exportador”. Para tanto, também deveremos analisar as transformações ocorridas no capitalismo a partir da década de 1970, particularmente a ascensão do neoliberalismo, a reorganização da finança e seu impacto nos países dependentes. Em seguida, analisaremos a profunda reestruturação econômica ocorrida no Brasil nos anos 1980 e 1990. Por fim, analisaremos a “síntese impossível” entre um ensaio “desenvolvimentista” e a finança durante parte dos governos do Partido dos Trabalhadores.

1. O padrão exportador e a ascensão do neoliberalismo

A crise da dívida marca a crise terminal tanto do padrão industrial quanto do “paradigma do progresso”. A partir de 1982, com a moratória da dívida mexicana, diferentes países da região viram-se obrigados a renegociar suas dívidas externas sob a coordenação do Fundo Monetário Internacional, que condicionava a liberação das parcelas dos acordos ao cumprimento de um conjunto de medidas macroeconômicas e institucionais que visavam gerar excedente na balança comercial que possibilitasse equilibrar as transações correntes. É importante levar em consideração que o episódio da crise da dívida e o posterior período de “ajuste externo” fazem parte da reorganização da finança que se inicia já em fins dos anos 1950. De acordo com Osório:

Nessa *vorágine* transformadora se põe fim ao projeto de industrialização nas economias latino-americanas e se dá início a um novo padrão exportador de reprodução do capital, caracterizado pela especialização produtiva, que apresenta diferenças substanciais em relação ao padrão agromineiro exportador que prevaleceu na região a partir de meados do século XIX até o início do século XX, particularmente devido ao maior grau de elaboração de muitos dos bens exportados. Esse novo padrão exportador, por outro lado, apresenta semelhanças com o anterior, como o peso dos bens agromineiros no total das exportações, aos quais se somam agora alguns bens secundários, seja de produção local, seja de *maquiladoras* (OSÓRIO, 2012, pág. 103).

Para Osório, um elemento muito importante desse novo padrão de reprodução é o papel crescente que desempenha o grande capital estrangeiro. Analisando os dados do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), o autor aponta que a América Latina foi a região “em desenvolvimento” onde o IDE mais teria crescido relativamente nos anos 1990. A justificativa desse crescimento seria o amplo programa de privatização ocorrido na região no período. O capital estrangeiro estaria presente principalmente nos setores

bancário-financeiro, automobilístico, autopeças e eletrônicos. Ainda de acordo com o autor, o grande capital nacional também teria se beneficiado da montagem desse novo padrão de reprodução. Suas atividades estariam concentradas no comércio, na agroindústria, nas indústrias alimentícias, nas telecomunicações e teriam alguma expressividade também na mineração, na eletrônica e na energia elétrica. Já as empresas estatais teriam atuação nas áreas de mineração, petróleo/gás e energia elétrica. (OSORIO, 2012, pág. 111).

Outro elemento do padrão exportador seria sua especialização produtiva. As exportações também estariam mais concentradas em menos produtos. Essa especialização estaria intimamente conectada com o crescente papel do capital estrangeiro já que

Esses novos eixos produtivos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional, que já não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial, ao contrário, o que define que nichos privilegiar e impulsionar nas economias específicas. Nas novas condições, até o imaginário despertado com a industrialização em torno da produção sob direção local e com respostas a necessidades nacionais acabou por ser derrubado (OSORIO, 2012, pág. 113).

Uma vez que as transnacionais ganham mais poder frente às decisões dos Estados nacionais, o autor aponta que a soberania dos Estados latino-americanos torna-se ainda mais débil.

Feita essa breve caracterização do que seriam as principais características do padrão exportador, Osorio realiza uma análise de algumas variáveis macroeconômicas de cinco países da região: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Uma vez que nosso trabalho se concentra na economia brasileira apontaremos rapidamente elementos da análise de Osorio sobre essa economia em particular.

De acordo com Osorio, a economia brasileira seria a que, dentre as estudadas, apresentaria maior equilíbrio quanto aos valores de uso exportados, isto é, sua pauta de exportações combina tanto bens primários quanto industriais. Frente aos dados coletados por Osorio, é possível afirmar que haja essa diversidade da pauta exportadora, mas também é perceptível um avanço das exportações de *commodities* primárias sobre exportações de manufaturados. O aumento dos preços desses produtos a partir do início do século XXI devido ao rápido crescimento de países com Índia e China foi um elemento decisivo na explicação do avanço das exportações das *commodities* sobre os manufaturados. O preço das *commodities* possui claro componente pró-cíclico: a partir

do início do século seus preços aumentam até a crise de 2008, quando caem, mas logo se recuperam e tornam a subir até 2014 quando despencam para os mesmos níveis de 2009.

Em sua descrição do padrão exportador, Osorio também aponta que as condições de trabalho e vida da maioria da população da região tenha assistido a uma drástica precarização. A consequência econômica imediata dessa “drástica precarização” seria a *“perda do poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado interno”* (OSORIO, 2012, pág. 123). Para o autor, o mercado dos assalariados já não constituiria um elemento de maior relevância na dinâmica econômica da região.

Isso porque o salário médio geralmente se encontra bastante longe de permitir o acesso dos bens manufaturados e agropecuários exportáveis e porque a oferta de exportação contempla uma gama ampla de bens de uso industrial, matérias-primas ou energéticos/matérias auxiliares. Em qualquer um dos casos, essa situação favorece uma estrutura produtiva dinâmica que se afasta e se desliga das necessidades da maioria da população (OSORIO, 2012, pág. 123).

Para o autor, a irrelevância do mercado dos assalariados se deve ao fato de que a capacidade de concorrência do padrão exportador reside na deterioração dos salários locais (OSORIO, 2012, pág. 124).

Dessa forma, o padrão exportador conseguiria diminuir a pobreza absoluta, mas seu funcionamento aumenta a concentração de riqueza e renda, o que faz com que as desigualdades sociais na região sejam ampliadas. Por fim, o autor aponta o funcionamento do padrão exportador está para além da política econômica que possa a vir implantada inclusive por governos progressistas.

Esses resultados são comuns e vão além da coloração do governo de ocasião e das alianças políticas que o sustentam. Isso indica tendências profundas que as forças políticas que chegaram ao poder executivo não conseguem reverter, pelo menos nos casos aqui considerados. Pois é na própria lógica do capitalismo latino-americano, em sua atual versão histórica do padrão exportador de especialização produtiva, que opera um núcleo concentrador e simultaneamente pauperizador. Ademais, tudo isso se produz em fórmula estatais mais ou menos autoritárias, seja em formas mais ou menos democráticas. Para aquela lógica, as formas de governo parecem não ter maior incidência e sentidos (OSORIO, 2012, pág. 125).

Se por um lado as formulações de Osorio levantam importantes elementos da dinâmica econômica e social recente da América Latina, por outro acreditamos que existam elementos que merecem uma atenção mais particular, particularmente quando levamos em consideração o caso da economia brasileira.

O núcleo central da argumentação de Osorio é que o padrão exportador combina uma extroversão econômica, especialização regressiva da produção e uma piora nas condições sociais e de vida da maioria da população. Os dados levantados pelo autor apontam para a essa conclusão. No entanto, há que se relativizar o grau de precisão dessas conclusões por três motivos.

Primeiramente, o crescimento recente da economia brasileira foi impulsionado por medidas de estímulo ao mercado interno como a expansão do crédito, valorização do salário mínimo e, em menor medida, pela expansão de gastos do governo. Historicamente, o estímulo à demanda efetiva tem sido um importante impulso à incorporação de valores de uso à cesta de consumo dos trabalhadores. Ou seja, por meio dessas medidas econômicas, bens consumo de capitalistas podem se transformar em bens de consumo da classe trabalhadora. A título de ilustração podemos mencionar a difusão de bens como a televisão, geladeira, dentre outros. Caso o acesso a esses bens ocorra pela via do crédito e não de aumentos de rendimentos, também podemos estar diante de uma forma de dinamizar o mercado interno sem romper com a superexploração. Novamente, nos parece que esse tenha sido o caso recente da economia brasileira (LUCE, 2013).

Em segundo lugar, é bem verdade que a principal característica do capitalismo dependente é a superexploração da força de trabalho e isso fica evidente quando analisamos os níveis salariais predominantes na região, e o caso brasileiro não escapa a isso. No entanto, dessa afirmação não podemos concluir que os níveis salariais não possam subir. Caso analisemos a situação de uma perspectiva dinâmica, podemos concluir que o aumento salarial não necessariamente afeta os lucros. Para tanto, basta que os lucros aumentem numa velocidade maior que a dos salários. Ou seja, é possível conjugar aumentos salariais e superexploração.

Por fim, a análise de Osorio não capta os efeitos da crise de 2008 e das políticas econômicas e sociais que se seguiram a ela. No caso do Brasil, as políticas adotadas em resposta à crise são decisivas para compreendermos os limites dos governos do Partido dos Trabalhadores. Os elementos que se seguiram e que culminaram no *impeachment* de Dilma Rousseff agregam um condicionante à afirmação de Osorio de que “*as formas de governo parecem não ter maior incidência e sentidos*”: isso é válido desde que o governo consiga impor o projeto político e econômico das classes dominantes. Uma vez

que determinada forma de governo já não o consiga, para o capital, é importante substituí-la.

Junto aos elementos apontados por Osorio para explicar a crise do padrão industrial e ascensão do padrão exportador, acreditamos que devemos somar a reorganização da finança, que vinha se processando desde o fim dos anos 1950, mas que ganha grande força com o processo de reciclagem dos petrodólares e, em seguida, no choque do juros promovidos pela Reserva Federal ao fim de 1979. Acreditamos que a finança foi o elemento decisivo para a reestruturação não somente da economia latino-americana, mas também do capitalismo mundial. Mais do que descrever os elementos que marcam o padrão exportador de reprodução do capital, é preciso compreender as mudanças do capitalismo mundial e como elas condicionaram a dinâmica da economia brasileira e moldaram esse novo padrão de reprodução. É preciso analisar principalmente as mudanças ocorridas na ação do Estado na economia. A debilitação das finanças públicas e a diminuição dos investimentos das estatais foram a porta de entrada da sua reestruturação. Com isso, o Estado se desloca da intervenção direta da produção e passa crescentemente a assumir o papel de articulador e garante da finança. Dessa forma, o Estado aparece tanto como pressuposto histórico da organização da finança quanto seu produto, uma vez que a “insaciabilidade da finança” trata de moldar a cada momento as políticas do Estado.

Logo, na próxima seção analisaremos com um mais de detalhe a reorganização da finança, sua íntima conexão com o neoliberalismo e seu impacto nas economias latino-americanas.

2.1. O fim da “Era de Ouro”: finança, Estado e neoliberalismo

Como vimos no capítulo anterior, o chamado “paradigma do progresso” marcou a história recente da América Latina dos anos 1950 até sua crise nos anos 1980. Diferentes governos tiveram como principal objetivo “desenvolver” suas economias nacionais a partir do planejamento e da industrialização substitutiva. Como apontamos, esse programa econômico mostrou-se facilmente adaptável a diferentes contextos políticos como golpes de estados e a montagem de um “Estado contrainsurgente” permanente (OSÓRIO, 2014, pág. 215).

O “paradigma do progresso” esteve intimamente conectado ao momento histórico específico da história do capitalismo, chamado por Hobsbawm de “Era de Ouro”, ou

ainda “fordismo”, que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial e durou até os anos 1970. É por isso que a crise do “paradigma do progresso” e do padrão industrial só podem ser compreendidas plenamente a partir da crise do fordismo e o surgimento do neoliberalismo.

Podemos afirmar que a configuração do capitalismo que surge após o colapso do fordismo é muito diferente daquela que predominara anteriormente. Na realidade, se tomarmos por referência a história do capitalismo, a Era de Ouro é um “ponto fora da curva” na sua *longue durée*. De acordo com Mazzuchelli: “*Por quase três décadas, o capitalismo, em âmbito mundial, conheceu uma combinação virtuosa entre crescimento e estabilidade, seguramente única nos últimos cem anos*” (MAZZUCHELLI, 2013, pág. 122).

Tudo se altera radicalmente com o surgimento do neoliberalismo e a reorganização da finança. Visto a partir dos condicionantes econômicos impostos pela finança, o neoliberalismo pode ser compreendido de forma mais ampla e não simplesmente como um programa que visa o “Estado mínimo”. Como sugerem Dardot e Laval:

O programa político de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, imitado por um grande número de governos e continuado pelas grandes organizações internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, apresenta-se primeiro como um conjunto de *respostas* a uma situação que se considera “ingerível” (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 194).

Uma primeira situação “ingerível” eram os crescentes questionamentos quanto à hegemonia americana e sua dificuldade em arcar com os compromissos assumidos em Bretton Woods, particularmente a manutenção da paridade entre dólar e ouro.

A paridade estabelecida em Bretton Woods significava que: “*Em seu balanço de pagamentos, os Estados Unidos podiam incorrer em déficits de tamanho equivalente ao montante de dólares que os governos e bancos centrais estrangeiros desejavam adquirir*” (EICHENGREEN, 2007, pág. 158). No entanto, essa capacidade de incorrer em déficits não era infinita. Para os governos e bancos centrais só valia a pena acumular reservas em dólar até não haver dúvidas sobre sua conversibilidade em ouro. A partir dos anos 1960 o saldo de dólares no exterior cresceu mais rapidamente que as reservas de ouro dos Estados Unidos. A partir desse momento o colapso do sistema de paridades cambiais de Bretton Woods estava marcado. Ainda de acordo com Eichengreen: “*Tudo isso torna surpreendente a sobrevivência do Sistema de Bretton Woods até 1971*”

(EICHENGREEN, 2007, pág. 168). Esse colapso só não teria ocorrido antes porque o governo americano teriam reforçado, a partir de 1964, seus controles de capital.

Os questionamentos à hegemonia americana e ao papel desempenhado pelo dólar na economia mundial se deram junto à crescente competição que a economia americana passou a sofrer das economias centrais reconstruídas. Os Estados Unidos haviam apoiado fortemente a reconstrução da Europa e do Japão, o que representou um “novo campo de acumulação” para o investimento estrangeiro americano. Assim, a internacionalização produtiva americana cresce fortemente e representou uma alternativa de maiores taxas de lucro para o capital americano que já enfrentava custos domésticos crescentes (BRENNER, 2003, pág. 50). Assim, até o fim de 1950 a reconstrução das economias destruídas pela guerra foi um importante elemento dinamizador da economia americana.

No entanto, a partir de 1959 quando as contas correntes voltam a ser conversíveis, a cooperação entre os Estados Unidos, Europa e Japão se torna uma acirrada competição pela economia mundial e estes dois últimos contavam com vantagens que a economia americana já não dispunha como técnicas avançadas e salários relativamente baixos, cujo resultado prático foi *“reduzir de forma drástica os custos relativos de suas produções em comparação àqueles necessários para produzir os mesmo bens na economia americana”* (BRENNER, 2003, pág. 56).

Também é nos anos 1960 que surge o chamado mercado de “eurodólares” que serviu de primeira base de operação internacional do capital portador de juros e de embrião da reconstituição de um mercado financeiro desregulado (CHESNAIS, 2005, pág. 38).

Essa reconstituição ocorreu graças a condições institucionais precisas, em um dos centros históricos do capital portador de juros, o Reino Unido. Enquanto o controle de câmbio atingia seu máximo, permitiu-se em 1958 a criação como offshore na City de Londres – isto é, com estatuto próprio, próximo ao de um paraíso fiscal – de um mercado interbancário de capitais líquidos registrados em dólares, chamado “mercado de eurodólares”. (...) Grandes empresas ajudaram a sua reconstituição [de mercados financeiros desregulados], ao lado de bancos que aproveitaram para começar a se internacionalizar. Muito antes do “choque do petróleo”, lucros não repatriados e também não reinvestidos na produção são depositados em eurodólares pelas firmas transnacionais norte-americanas. O afluxo de recursos não investidos se acelera no início dos anos 70, à medida que o dinamismo da “idade de ouro” se esgota (CHESNAIS, 2005, pág. 38)

Outro elemento “ingerível” na economia mundial era a *tentativa* de ascensão econômica dos países subdesenvolvidos. Um exemplo da dificuldade americana em assimilar as

aspirações dos subdesenvolvidos por um desenvolvimento autônomo foi o enquadramento das demandas da Conferência de Bandung “*como uma ameaça à ordem mundial da Guerra Fria*” (ARRIGHI, 2009, pág. 332). Para Arrighi, a conquista da plena soberania por parte dos países do “Terceiro Mundo” “*constituía uma ameaça latente e crescente ao poderio mundial norte-americano, potencialmente muito mais séria do que o próprio poder soviético*” (ARRIGHI, 2009, pág. 332). Isso se devia pelo fato de que o padrão tecnológico vigente no pós-guerra ainda era fortemente baseado em insumos básicos disponíveis nos países subdesenvolvidos. A internacionalização produtiva por meio das transnacionais havia ajudado estabelecer um canal de transferência desses recursos da periferia para o centro, o que acabou por gerar um poder oligopsônico dos países centrais o que lhes permitia exigir a “*preservação da máxima flexibilidade, presente e futura, na utilização dos recursos do Terceiro Mundo em prol da nações do Primeiro*” (ARRIGHI, 2007, pág. 333). Logo, era importante que tentativas de pleno controle nacional e disciplinamento das atividades econômicas periféricas fossem sustadas. Novamente podemos notar que, em relação aos países periféricos e dependentes, não se fazem presentes a “cooperação” e a tolerância com o desenvolvimento econômico autônomo.

Outra situação “ingerível” era a onda de protestos de massa ocorridos no fim dos anos 1960, dentre os quais podemos destacar o maio de 1968 parisiense. Para Wallerstein, os acontecimentos de 1968 foram uma *revolução* (WALLERSTEIN, 1989, pág. 431).

A explosão libertária de Paris decorreu da insatisfação em relação aos rumos da “modernização capitalista” e do desprezo pela linha de atuação das forças tradicionais da esquerda (Partido Comunista Francês) – tidas como excessivamente conservadoras ou “reformistas”.

O mesmo surto de protestos ocorreu na Alemanha e na Itália. Os EUA, igualmente, foram palco de uma forte onda de manifestações contra a ordem existente em fins de 1960, com o questionamento às formas de vida propostas pelo establishment (quer no que se referia aos padrões familiares, ao papel da mulher na sociedade ou ao permanente impulso aquisitivo sugerido pelo capitalismo) enlaçando-se com a luta pelos direitos civis e o repúdio à progressão da guerra no Vietnã. A guerra do Vietnã, aliás, foi o grande catalisador – à época – da mobilização das forças críticas ao capitalismo por todo o mundo (MAZZUCHELLI, 2013, pág. 111)

A geração que protestava em 1968 havia nascido durante a Era de Ouro. Logo, havia crescido em meio ao “progresso” econômico e social do período. Provavelmente esse que tenha sido o aspecto mais temido da “revolução” de 1968: o progresso econômico e social já não bastava para controlar o ímpeto revolucionário das massas. Os objetivos

das diversas manifestações, ainda que difusos, apontavam para a crescente valorização de instâncias coletivas e públicas.

Analisando esses elementos de grandes revoltas que chegavam a tomar proporções globais, como foi o caso de 1968, a Comissão Trilateral, criada em 1973, diagnostica a origem desses episódios de questionamento da “ordem” como derivados de um suposto “excesso de democracia” que teria se abatido tanto sobre os Estados Unidos quanto os países da Europa Ocidental (CROZIER, HUNTINGTON, WATANUGI, 1975, pág. 113). Em seu relatório intitulado “*A crise da democracia*”, a Trilateral sugeria abertamente que a democracia deveria ser moderada sob pena de os governos estarem adicionando mais combustível ao incêndio.

Na prática, essa moderação tem duas áreas principais de aplicação. Primeiro, a democracia é somente uma forma de constituir autoridade, e não é necessariamente uma forma universalmente aplicável. Em muitas situações reivindicações de conhecimento, maturidade, experiência e talentos especiais podem sobrepor as reivindicações pela democracia como uma forma de constituir autoridade. (...) As arenas onde os procedimentos democráticos são apropriados são, em resumo, limitadas.

Segundo, a operação efetiva de um sistema de democracia política geralmente requer alguma medida de apatia e não-envolvimento da parte de alguns indivíduos e grupos. (...) Em si, essa marginalidade de parte de alguns grupos é inerentemente antidemocrática, mas também foi um dos fatores que permitiram a democracia funcionar efetivamente. Grupos sociais marginais, como no caso dos negros, estão se tornando participantes plenos do sistema político. O perigo de sobrecarregar o sistema político com demandas que alargam suas funções e minam sua autoridade ainda persiste. Menos marginalidade de parte de alguns grupos precisa ser substituída por uma maior auto-contenção de parte de todos os grupos (CROZIER, HUNTINGTON, WATANUGI, 1975, pág. 113).

O neoliberalismo surgiu como uma forma de enquadrar as sociedades nacionais e a economia mundial dentro de um novo padrão de funcionamento que retomasse a “gerenciabilidade” que parecia escapar entre os dedos dos Estados Unidos e do próprio capitalismo. Esse novo padrão de funcionamento pouco tinha a ver com os elementos que caracterizam o fordismo como a cooperação internacional, forte intervenção econômica do Estado, transferência de ganhos de produtividade para os salários e ampliação de direitos sociais. De acordo com Dardot e Laval:

Na realidade, essas novas formas políticas exigem uma mudança muito maior do que uma simples restauração do “puro” capitalismo de antigamente e do liberalismo tradicional. Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à

globalização e à financeirização do capitalismo. Em uma palavra, só há “grande virada” mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção. Andrew Gamble resumiu esse novo rumo na frase: “Economia livre, Estado forte” (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 190).

Para os autores, “*a nova norma neoliberal instaurada no fim dos anos 1980 erige a concorrência em regra suprema e universal de governo*” (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 197). A primeira demonstração do que seria a nova ordem mundial ocorreu no dia 15 de agosto de 1971, quando Richard Nixon decretou unilateralmente o fim da paridade ouro-dólar sobre que o sistema de Bretton Woods havia sido erigido. De acordo com Mazzucchelli: “*Ao anunciar, com a Nova Política Econômica (NPE), o fim da conversibilidade do dólar no ouro e ao impor uma sobretaxa de 10% sobre as importações, os EUA mostraram a seus aliados que a política de concessões havia terminado*” (MAZZUCHELLI, 2013, pág. 100). Ou ainda, como afirma Anderson: “*A resposta de Nixon foi draconiana. Os princípios do livre-comércio, o livre mercado e a solidariedade do mundo livre não poderiam ficar no caminho do interesse nacional*” (ANDERSON, 2015, pág. 86). O sistema de câmbio flutuante, adotado a partir de 1973, impulsionou a reorganização da finança e aumentou os riscos e incertezas comerciais e industriais do capital (ARRIGHI, 2009, pág. 321).

A desvalorização do dólar prejudicou diretamente a receita de alguns países como, particularmente os exportadores de petróleo. A partir da segunda semana de outubro de 1973 o preço do barril de petróleo aumentaria rapidamente o que inicialmente impactou duramente os países importadores de petróleo e gerou expressivos superávits comerciais para os países exportadores. Houve a proposta de que esse superávit dos países exportadores fosse reciclado pelo FMI, mas essa proposta foi barrada pelos Estados Unidos (BRENNER, 2003, pág. 71)²³.

A etapa seguinte da reestruturação da finança foi exatamente o processo de “reciclagem” dos petrodólares. Os superávits dos países exportadores de petróleo foram depositados em bancos em Londres que logo trataram de oferecê-lo a países latino-americanos. De acordo com Benakouche:

²³De acordo com Belluzzo: “*Houve, por ocasião da primeira crise do petróleo, em 1973, uma tentativa sensata de se constituir um fundo energético, sob a gerência do FMI, destinado a financiar programas de substituição energética e evitar o aprofundamento dos desequilíbrios em conta corrente dos países importadores. Essa solução foi recusada quer pelos detentores de recurso (no caso, os países da OPEP) quer pelo sistema bancário privado que olhava – guloso – para a perspectiva de bons negócios*” (BELLUZZO, 1983, pág. 75).

A massa de petrodólares reciclada principalmente pelos bancos anglo-americanos foi, em parte, emprestada aos países do Terceiro Mundo sob a forma de euro-obrigações ou eurocréditos para fazer frente às suas necessidades, como aumento da fatura do petróleo, a implementação de projeto de desenvolvimento, a complementação da baixa de poupança interna, etc. Nesse processo de empréstimos, os bancos, as corretoras, as seguradoras, os intermediários diversos e os executivos bancários tiveram também seus benefícios (BENAKOUCHE, 2013, pág. 69).

Foi essa a base da chamada “crise da dívida” que se abateu sobre a América Latina. Se comparado com o volume de recursos que circula no mercado financeiro, a transferência de recursos da América Latina para o exterior não era significativa: em 1982, ano em que eclode a crise da dívida, o valor bruto dos eurodólares era US\$1,6 trilhões de dólares, ao passo que a América Latina transferiu cerca de US\$ 20 bilhões no mesmo ano (BELLUZZO, 1984; BENAKOUCHE, 2013). A ruptura de momento histórico que estabelece ali não pode ser resumida aos aspectos quantitativos do problema da dívida. A ruptura em questão está na reorganização das relações econômicas mundiais que passam a ser uma verdadeira “ditadura dos credores”. O “golpe de estado” que marca a ruptura definitiva com o fordismo e o início da montagem do neoliberalismo ocorre em 1979 com o chamado “choque dos juros” promovidos pelo FED e acompanhado pelo Banco da Inglaterra. Esse ato revelou para o mundo que a combalida economia americana não iria aceitar questionamentos à sua hegemonia e iniciou um período de reorganização econômica mundial cuja base é a reafirmação do imperialismo americano (DUMENIL, LEVY, 2005).

a elevação das taxas de juros levaram à crise do endividamento dos países latino-americanos, em particular do México, em 1982, dando ocasião para que o FMI impusesse, e troa da negociação das condições de pagamento, planos de ajuste estrutural que pressupunham reformas profundas. O aumento das taxas de juros para o dobro nos Estados Unidos, em 1979, e suas consequências internas e externas vão devolver aos credores certo poder sobre os devedores, exigindo uma remuneração real mais elevada e impondo-lhes condições políticas e sociais muito desfavoráveis. Essa disciplina monetária e orçamentária torna-se a nova norma das políticas anti-inflacionárias no conjunto dos países da OCDE e nos países do Sul, que dependem do crédito do Banco Mundial e do apoio do FMI (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 197).

Dessa forma, o neoliberalismo também pode ser compreendido como um sistema disciplinar mundial (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 197). É preciso vigiar de perto e punir possíveis desvios que possam minar a reprodução do capital. Um exemplo disso eram as missões periódicas que organismos internacionais como FMI e o Banco Mundial enviavam ao Brasil ao longo das décadas de 1980, 1990 e início do século XXI, cuja principal personagem foi por muito tempo a economista chilena Ana Maria

Jul. O objetivo dessas missões era monitorar o avanço das contas públicas, alterações legais que abrissem caminho para privatizações e a abertura produtiva e financeira das economias periféricas. Caso o “ajuste” não fosse executado dentro do cronograma especificado no protocolo de intenções do país com os credores, corria sério risco de não ter liberada a parcela do acordo de empréstimo.

Uma vez realizada essa breve descrição da crise econômica e política que eclode os anos 1970 e que abre espaço para a reorganização da finança, é necessário aprofundarmos nossa análise sobre essa reorganização.

2.1.1 O neoliberalismo e a finança

A finança representa um elemento central no capitalismo contemporâneo, sem o qual não podemos compreendê-lo. A reorganização da finança é uma transformação importante ocorrida no capitalismo a partir dos anos 1970 que alterou profundamente sua configuração. Referimo-nos a uma “reorganização” da finança pois também no fim do século XIX e início do século XIX a finança havia se desenvolvido intensamente. Após a crise de 1929, quando ocorre uma grande destruição de capital fictício, a finança é regulada, mas, como vimos, a partir de fins dos anos 1950, essas regulações vão perdendo eficácia.

Junto com a reorganização da finança, seguiram-se algumas investigações marxistas sobre essa nova configuração do capitalismo. Diversas dessas investigações partem dos escritos de Marx para o Livro III d’*O Capital*, particularmente a seção V.

Ali, Marx expõe categorias muito importantes para a compreensão da dinâmica da finança. Primeiramente, Marx afirma o caráter particular do chamado “capital portador de juros”: o dinheiro também se apresenta como uma “*forma de propriedade capitalista fora de e independente de qualquer processo real de produção*”. Vejamos como isso ocorre.

Marx identifica dois tipos de capitalistas: os chamados capitalistas monetários e os capitalistas industriais. Aqueles possuiriam o poder do dinheiro e esses organizariam a produção da mais-valia. O capitalista industrial, em algum momento, precisa de algum tipo de aporte do capitalista monetário, que o faz sob o acordo de receber certo montante de juros. Dessa forma, o capitalista monetário recebe uma “remuneração” por seu capital mesmo que não tenha ele próprio assumido os riscos inerentes à produção:

recebe remuneração por ter a propriedade do dinheiro e não por tê-lo utilizado como função para produzir.

Dessa forma, o capital portador de juros se apresenta como “fetiche autômato perfeito” uma vez que teria a capacidade de gerar mais dinheiro (D-D’) sem precisar se submeter às adversidades próprias à atividade produtiva. De acordo com Harvey:

o capital monetário parece ter o poder mágico e oculto de criar cada vez mais dinheiro em si e por si. Esse poder tem efeitos reais. Ele “distorce” e “mistifica” (essas são as palavras empregadas por Marx) as leis e movimento do capital com efeitos terríveis e vertiginosos. Assim, o capital corre continuamente o risco de ser vítima de suas próprias formas fetichistas e das compreensões falsas e fictícias que decorrem delas (HARVEY, 2014, pág. 169).

De onde viriam esses juros pagos pelo capitalista industrial ao capitalista monetário? Da mais-valia produzida em sua indústria. Logo, notamos que as frações burguesas disputam entre si o tamanho da parcela do excedente produzido. Junto a isso, também é possível notar que, ainda que o capital portador de juros não se vincule diretamente à produção, ele também está subsumido a ela uma vez que os juros advêm da mais-valia. No entanto, à medida que o capitalista monetário pode determinar taxas de juros e prazos de vencimento de dívidas, ele também consegue influenciar a intensidade da produção de mais-valia (HARVEY, 2013, pág. 344).

Marx desenvolve um pouco mais sua análise e também apresenta a categoria do capital fictício, que é um desdobramento do capital portador de juros. O capital fictício seria o direito de apropriação de uma mais-valia transformado em título transacionável.

Nos estudos mais recentes sobre a finança podemos destacar as contribuições de François Chesnais. Uma vez que nosso trabalho não se propõe a uma exaustiva revisão do tema da finança, tomaremos a obra de Chesnais como referência. Em seu livro mais recente, o autor aponta a seguinte definição de finança: “*a concentração e centralização simultânea e entrelaçada do capital dinheiro, capital industrial e capital mercantil ou comercial como um produto da concentração doméstica e transnacional através de fusões e aquisições*” (CHESNAIS, 2016, pág. 5. Tradução livre)²⁴.

A definição proposta por Chesnais nos parece muito apropriada pois escapa à armadilha de caracterizar a finança como um elemento parasitário que se desenvolve em oposição

²⁴No original: “...I use the term to designate the simultaneous and intertwined concentration and centralisation of money capital, industrial capital and merchant or commercial capital as an outcome of domestic and transnational concentration through mergers and acquisitions”.

ao “setor produtivo”. Vista por essa última perspectiva, a finança seria uma disfunção do capitalismo. O capitalismo “produtivo” seria melhor que o capitalismo “financeirizado” pois aquele “geraria empregos”.

Essa interpretação ignora que a reorganização da finança se iniciou ainda no período da “Era de Ouro”. E mais, essa reorganização não se deu apesar da “Era de Ouro”, mas devido à ela. Como afirma Paulani:

a internacionalização da produção [ocorrida durante a “Era de Ouro”] foi apenas o substrato necessário ao desenvolvimento ulterior da verdadeira cabine de comando do capitalismo contemporâneo; a esfera financeira agora finalmente globalizada (PAULANI, 2008, pág. 89).

A questão a ser notada é que o desenvolvimento do capital engendra formas sociais que adquirem uma dinâmica própria e que já não podem mais ser “reguladas”. É o caso, por exemplo, do sistema de crédito que, de uma fonte de financiamento da produção, se tornou um sistema tão fortemente autônomo frente a ela que ambos já não podem mais ser unidos por meio de uma “regulação” jurídica ou institucional. O laço que os une é precisamente a base produtiva que pode remunerar a finança e é nos momentos de crise que o capital portador de juros autonomizado é trazido de volta ao lastro produtivo.

A produção deve garantir pelo menos o mesmo nível de rentabilidade de aplicações financeiras, sob pena de ser descontinuada. Chesnais aponta que a rentabilidade das aplicações financeiras francesas é de cerca de 15% ao ano e a produção deve se esforçar para alcançar esse patamar. Ainda de acordo com o autor, a lucratividade das empresas estudadas situava-se entre 8% e 9% ao ano (CHESNAIS, 2005, pág. 55).

A reestruturação produtiva e a acumulação “flexível” foram a resposta do capital para a necessidade de alcançarem rentabilidade da finança. Por meio de ambas podemos notar o poder que a finança possui de moldar o sistema produtivo. Novamente cabe ressaltar que não se trata de tomar a finança como um elemento “parasitário”: como aponta Braga *“não é demasiado insistir em que já não se deve considerar que existam empresas não-financeiras dentre as grandes e médio-grandes”* (BRAGA, 2013, pág. 132).

Na periferia, a reestruturação produtiva não significou a superação da superexploração da força de trabalho, mas sua atualização e aprofundamento. É importante notarmos que, assim como ocorrera no período da industrialização e do “paradigma do progresso”, a reestruturação produtiva dos anos 1980 e 1990 funcionaliza elementos

próprios da dependência (por exemplo, a superexploração, o Estado “contrainsurgente”, e a grande pobreza e miséria) e os reproduz (VALENCIA, 2009, p. 184).

Cabe ressaltar que com fim da União Soviética, em 1991, e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio em 2001, forma-se pela primeira vez uma economia capitalista realmente mundial, definida por Chesnais como uma “totalidade hierarquicamente diferenciada” (CHESNAIS, 2016, pág. 12).

Um primeiro elemento dessa “totalidade hierarquicamente diferenciada”, são as grandes corporações transnacionais que ganham ainda maior poder uma vez que são o produto final de um longo processo de concentração e centralização do capital, que como define Chesnais, é a base da finança contemporânea. Parte expressiva da produção mundial do comércio internacional ocorre a partir dessas poucas transnacionais. Outros atores que se destacam são os grandes fundos mútuos, *hedge funds*, e fundos de pensão cujas volumosas operações de finança direta são mais revelantes que as operações intermediadas pelos bancos.

Uma segundo elemento, é a especialização produtiva: o centro do capitalismo se especializa em “*indústrias e setores de ponta como os de tecnologia, telecomunicações, da indústria militar e aeroespacial, engenharia genética e instrumental*”, ao passo que os países dependentes “*se desindustrializam e focam em produções primárias*” (VALENCIA, 2009, pág. 178-179).

No entanto, é importante notar que existem importantes clivagens dentro da periferia. Como já afirmamos anteriormente, não podemos afirmar que as economias de Brasil e Paraguai sejam idênticas por estarem enquadradas dentro da “periferia”. Como aponta Chesnais, a China e a classe dirigente do Partido Comunista Chinês não podem simplesmente ser tomadas, respectivamente como uma “nação oprimida” e uma “burguesia compradora”. Junto ao caso da China, Chesnais também afirma que nem a Índia ou o Brasil possam consideradas “nações oprimidas” (CHESNAIS, 2016, pág. 12). No próximo capítulo detalharemos o papel da economia brasileira dentro dessa “totalidade hierarquicamente diferenciada”, que, dentro do nosso entendimento, é um papel subimperialista.

2.1.2 O Estado burguês e o neoliberalismo

Com isso o próprio papel do Estado burguês na reprodução do capital sofre uma grande mudança. Podemos notar essa mudança em dois aspectos. Primeiramente, na condução da política econômica por parte dos Estados. É algo simplista pensar que os Estados foram um elemento passivo no surgimento e desenvolvimento da finança e do neoliberalismo. Caberia pensarmos nos Estados como essencial nas mudanças políticas e econômicas que operam no capitalismo a partir do fim dos anos 1970. Já não se tratava de manter a “repressão financeira” e as políticas de rápido crescimento, mas de levantar as comportas dos controles de capital e da regulamentação para que o capital pudesse se movimentar. Como afirmam Dardot e Laval: *“foi o Estado que nos anos 1980, por suas reformas de liberalização e privatização, constituiu uma finança de mercado, em vez de uma gestão mais administrada dos financiamentos bancários das empresas e das famílias”* (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 203).

Em segundo lugar, ocorre uma transformação da ação pública, o que torna *“o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas”* (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 272). É dessa forma que podemos compreender o avanço do *management* sobre a ação do Estado: as técnicas de gestão próprias do setor privado seriam igualmente utilizáveis no setor público. No entanto, é importante notar que sob a aparência de uma tentativa de levar critérios de “eficiência, eficácia e economicidade” para a ação do Estado, encontra-se uma tentativa de “conter os excessos” da democracia, particularmente os direitos sociais (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 274).

O próprio vocabulário político se altera, o que serve como indicativo de que o padrão de funcionamento do Estado também se alterou. Em substituição ao “governo” e à “soberania”, tomados como *démodés*, surge a *governança*. Em sua acepção contemporânea, esse termo expressava *“o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle”* (IBGC, 2010, pág. 14). Rapidamente ele foi apropriado por organizações internacionais, como o Banco Mundial, e transformado num elemento político importante dos planos de “reformas estruturais”. Com isso, a “governança” aparece como um elemento organizativo presente na “gestão” das empresas, dos Estados e do mundo.

No âmbito das empresas, a governança aparece como uma ferramenta de subordinação dos administradores-industriais e faz com que assumam em sua gestão “*as prioridades e os códigos de conduta nascidos do poder do mercado bursátil*” (CHESNAIS, 2005, pág. 54). No âmbito dos Estados, ela subordina – e acaba por substituir – a própria ideia de “soberania”, uma vez que: “*Um Estado não deve mais ser julgado por sua capacidade de assegurar sua soberania sobre um território, segundo a concepção ocidental clássica, mas pelo respeito que demonstra às normas jurídicas e às ‘boas práticas’ econômicas da governança*” (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 276). É nesse quesito de “avaliar” a “boa governança” dos Estados que as agências de *rating* se transformaram num elemento muito relevante para as economias nacionais: os países competem entre si para definir qual executa as políticas econômicas neoliberais de forma mais rápida e radical e, com isso, ganhar um *rating* melhor. Trata-se de uma corrida na qual quem não sobe, cai.

Aos poucos podemos perceber que o neoliberalismo não se trata de um simples avanço do mercado sobre o Estado, mas uma profunda alteração que se expressa não somente no campo econômico em que a própria fronteira entre as tarefas do Estado e das corporações não é precisa. Isso leva a Dardot e Laval a concluir que se formou uma “*co-produção público-privada das normas internacionais*” (pág. 277). É o caso, por exemplo, das agências de *rating*, do movimento mundial de padronização de demonstrações contábeis e da própria internet. Em todos esses casos, há grandes empresas que formulam um conjunto de normas ou que são influenciadas pelos Estados ou que são difundidas por eles.

A empresa torna-se um dos fundamentos da organização da “governança” da economia mundial com o apoio dos Estados locais. Hoje são os imperativos, as premências e as lógicas das empresas privadas que comandam diretamente as agendas do Estado. Isso não quer dizer que as empresas multinacionais sejam todopoderosas e organizem unilateralmente o “definhamento do Estado” nem que o Estado seja um simples “instrumento” nas mãos das multinacionais... Isso quer dizer que as políticas macroeconômicas são amplamente o resultado de decisões públicas e privadas, embora o Estado mantenha certa autonomia em outros domínios... (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 278).

Em suma, a transformação que se opera na ação do Estado no neoliberalismo é que se torna *uma empresa a serviço das empresas* (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 288). Dessa forma, o Estado ordena as sociedades nacionais de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais. A questão colocada para a intervenção do

Estado já não é mais integrar cidadãos dentro de uma democracia que abarcaria também direitos sociais amplos.

A política que ainda hoje é chamada de “social” por inércia semântica não se baseia mais em uma lógica de divisão dos ganhos de produtividade destinada a manter um nível de demanda suficiente para garantir o escoamento da produção em massa: ela visa a maximizar a utilidade da população, aumentando sua “empregabilidade” e sua produtividade, e diminuir seus custos, com um novo gênero de política “social” que consiste em enfraquecer o poder de negociação dos sindicatos, degradar o direito trabalhista, baixar o custo do trabalho, diminuir o valor das aposentadorias e a qualidade da proteção social em nome da “adequação à globalização” (DARDOT, LAVAL, 2016, pág. 284).

Após mais de três décadas de avanço do neoliberalismo, é possível notar que, do ponto de vista econômico, seu sucesso foi apenas parcial. As altas taxas de juros que marcam o período, a austeridade fiscal e o avanço da financeirização operam uma cisão entre as taxas de lucro e de acumulação (DUMENIL, LEVY, 2005, pág. 90).

Um aspecto que não pode ser relevado quando tratamos dos aspectos econômicos do neoliberalismo é a criação de uma situação de medo permanente na classe trabalhadora e o tipo de impacto que isso gera nas lutas políticas: as seguidas contrarreformas e o aumento do desemprego e subemprego minaram as pressões da classe trabalhadora por reajustes salariais, direitos sociais e trabalhistas e trataram de acentuar a competição intraclasses. Isso foi explicitamente apresentado como um elemento decisivo na contenção das pressões “inflacionárias” nos Estados Unidos pelo então presidente do FED, Alan Greenspan, ao afirmar que os pequenos aumentos salariais registrados a partir da recessão da 1991 eram consequência da “insegurança dos trabalhadores”²⁵ Logo, o sucesso apenas parcial no campo da economia pode ser contrastado com uma vitória no campo político e ideológico.

Visto desde a América Latina, o resultado político do avanço do neoliberalismo e da “governança” sobre a “soberania” foi o aprofundamento da dependência. Primeiramente, devemos partir da constatação que “*os Estados da região sempre gozaram de uma condição soberana muito limitada*” (OSORIO, 2014, pág. 188). O marco desse aprofundamento é a crise da dívida, mas o golpe no Chile em 1973 e na

²⁵“To be sure, an acceleration in nominal labor compensation, especially its wage component, became evident over the past year. But the rate of pay increase still was markedly less than historical relationships with labor market conditions would have predicted. Atypical restraint on compensation increases has been evident for a few years now and appears to be mainly the consequence of greater worker insecurity”. Disponível em: <<https://www.federalreserve.gov/boarddocs/hh/1997/february/testimony.htm>>. Acessado em 10/11/2016.

Argentina em 1976 já permitiam antever as consequências dos experimentos neoliberais.

No Brasil, já se pode perceber o avanço dessa “lógica normativa” com o início da Nova República, algo também descrito por Paulani como um “*estado de emergência econômico*” (PAULANI, 2010, pág. 115). José Sarney em sua primeira mensagem presidencial enviada ao Congresso em 1986 já falava abertamente na necessidade da privatização: “*Serão privatizados todos os empreendimentos que correspondam a uma ingerência espúria do setor público*” (SARNEY, 1986, pág. 58). Essa lógica atinge seu paroxismo na eleição de Fernando Collor de Mello em 1989. Já no seu discurso de posse dispara seguidas vezes contra o “gigantismo” estatal brasileiro e reafirma sua defesa na economia de mercado como a “*forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado*” (DE MELLO, 1990, pág. 15). Na sua primeira mensagem presidencial enviada ao Congresso o primeiro presidente eleito diretamente após a ditadura vaticinava que: “*Não há alternativa à crescente integração econômica mundial*” (DE MELLO, 1991, pág. XVI).

Ao expressar essa opinião, Collor repetia as palavras da primeira-ministra conservadora Margaret Thatcher que cunhou a sigla *TINA* (“There is no alternative”) num discurso que pronunciara na Convenção do Partido Conservador em 1967. No entanto, a diferença entre Thatcher e Collor era que a primeira falava do alto da hierarquia da economia capitalista mundial.

O governo de Itamar Franco representou uma breve pausa no avanço do neoliberalismo. Na sua primeira mensagem presidencial enviada ao Congresso em 1993, Itamar reafirmava que “*Não há que discutir a liberdade dos mercados*” (FRANCO, 1993, pág. XII), mas se mostrava avesso à privatização total e irrestrita do Estado, o que seria uma “*doação de patrimônio construído com o dinheiro, o trabalho e a inteligência do povo brasileiro, a grupos privados, nacionais ou estrangeiros*” (FRANCO, 1993, pág. XIII). No entanto, ao fim do governo “*o projeto neoliberal se recompôs com FHC no Ministério da Fazenda, a implantação do Plano Real e a vitória de Fernando Henrique Cardoso*” (OLIVA, 1998, pág. 141).

Se a coligação com o PFL já revelava o caminho escolhido pelo recém criado Partido da Social Democracia Brasileira e de seu candidato a presente, o discurso de FHC em sua despedida do Senado no dia 11 de dezembro de 1994 não deixava dúvidas do que seria

sua “filosofia e diretrizes de governo”. Ali, o então presidente eleito elege a Era Vargas e seu legado como principal resquício do “autoritarismo” e que “*ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade*” (CARDOSO, 1994, pág. 10). Ali, FHC reivindicava para si o legado iniciado com Collor e que teria sido mantido devido à “*extraordinária sensibilidade política*” de Itamar Franco.

Sua Excelência conseguiu salvar do naufrágio aquilo que merecia ser salvo: as medidas no sentido da abertura externa e da desestatização da economia; mas sobretudo a manutenção, na agenda política, das reformas fundamentais para um novo modelo de desenvolvimento (CARDOSO, 1994, pág. 11)

Diferentemente do que ocorrera com Collor, FHC detinha ampla base de apoio parlamentar o que lhe permitiu aprovar medidas que aprofundaram o neoliberalismo no Brasil dentre as quase podemos destacar a lei de serviços públicos, que abriu o caminho para o ciclo de privatizações dos governos FHC, a reforma do Estado, que teria criado o “Estado Gerencial”²⁶ em substituição ao “Estado Burocrático”, uma reforma parcial da previdência e diversas alterações infraconstitucionais na legislação trabalhista²⁷.

A eleição de Lula em 2002 abriu a expectativa de que a subordinação à finança seria revertida e que finalmente o país teria um governo “democrático e popular”. Na altura da eleição de Lula, já se sabia que a radicalidade da campanha de 1989 havia sido muito moderada pelas seguidas derrotas eleitorais. A “Carta ao Povo Brasileiro” de 22 de junho de 2002 em que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva afirma que “*Premissa dessa transição [do governo FHC para o do seu sucessor] será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país*” (SILVA, 2002, pág. 3) reduz ainda mais a expectativa do que poderia ser seu governo.

Para Paulani, o que se sucedeu ao longo do governo Lula foi a “*decretação definitiva do estado de emergência econômico*” (PAULANI, 2010, pág. 123). A reforma da

26Não deixa de ser curioso notar como a descrição proposta por Dardot e Laval de que, no neoliberalismo, o Estado deveria se comportar como *uma empresa a serviço das empresas* se encaixa na descrição de Bresser-Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, sobre o que seria seu modelo de Estado Gerencial: “*A solução, portanto, não era substituir o Estado pelo mercado, mas reformar e reconstruí-lo para que pudesse ser um agente efetivo e eficiente de regulação do mercado e de capacitação das empresas no processo competitivo internacional*” (BRESSER-PEREIRA, 2001, pág. 247).

27Para um breve apanhado dessas propostas vide o artigo “Reforma Trabalhista no Governo FHC” de Antônio Augusto de Queiroz. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:reforma-trabalhista-no-governo-fhc&catid=46&Itemid=207>. Acessado em 10/11/2016.

previdência²⁸, a nova lei de falências, o aprofundamento de uma política ultraortodoxa e a blindagem de Henrique Meirelles como presidente do Banco Central²⁹ reforçam a ação do Estado de “*tutela jurídica da renda do capital e da sanção de ganhos financeiros privados, a partir da alocação de garantias estatais ao processo sistêmico de acumulação liderado pelo capital financeiro*” (BERCOVICI, MASSONETTO, 2006, pág. 69). A ação deliberada do Estado brasileiro com o objetivo de fortalecer a finança a partir da condução da política econômica e de medidas jurídicas leva à dependência ao paroxismo, algo caracterizado por Paul Singer como uma “dependência desejada” e por Paulani como uma “servidão financeira” (SINGER, 1998; PAULANI, 2008).

No caso do Brasil, essa submissão [à finança] foi tão completa que mesmo um governo pilotado por um partido operário, nascido de baixo para cima, da árdua luta dos trabalhadores, foi incapaz de escapar dela e teve de decretar o caráter definitivo do estado de emergência econômico (PAULANI, 2010, pág. 134).

Não poderemos nos deter na discussão sobre o que representa esse “definitivo estado de emergência econômico”, mas nos parece que ele possui um duplo movimento: por um lado, avança na montagem do neoliberalismo e, por outro, neutraliza as resistências populares seja pelo processo histórico de burocratização das direções sindicais e de algumas centrais sindicais como setores da Central Única dos Trabalhadores³⁰, seja por algumas políticas públicas criadas pelo governo, como o ProUni, que por certo tempo

28Curiosamente, o ex-presidente FHC, pouco tempo antes do fim do seu mandato afirmara que: “*Eu gostaria de ter feito a reforma da previdência, porque hoje o maior problema da taxa de juros é que o estado é obrigado a gastar mais do que ele arrecada. Principalmente porque nós gastamos R\$ 75 bilhões, que corresponde a 25% do orçamento, pra manter três milhões de pessoas, só de funcionários públicos. Eu tentei muito. Eu lamento não ter conseguido*”. Esse feito seria conseguido pelo governo Lula e regulamentado pelo governo Dilma.

29O banqueiro Henrique Meirelles permaneceu à frente da instituição durante os dois mandatos de Lula. Nem mesmo as acusações de remessa ilegal de divisas levantadas contra Meirelles pelo então Procurador-Geral da República afetaram seu cargo. Temendo possíveis nervosismos do mercado quanto a uma possível mudança no comando do Banco Central, Lula deu ao presidente do BC status de ministro, o que lhe garantia foro privilegiado.

30De acordo com Ruy Braga: “*A partir de 2003, a reorientação do sindicalismo cutista em direção ao diálogo social assumiu um claro protagonismo na tentativa do governo Lula de pacificar as tensões entre o capital e o trabalho criadas pela conservação das bases do modelo de desenvolvimento anterior. A transformação do sindicalismo em linha auxiliar do governo federal amparou-se no argumento da oportunidade histórica de fazer parte de um projeto de governo claramente favorável à participação dos sindicatos. O apoio da CUT a uma agenda política organizada em torno das reformas previdenciária, tributária, sindical e trabalhista coroou a participação da central no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e no fórum Nacional do Trabalho (FNT)*” (BRAGA, 2016, pág. 63). Além da participação nesses fóruns consultivos, o primeiro governo Lula preencheu cerca de 1.305 cargos de direção e assessoramento com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento superior a R\$200 bilhões e 14 dos 64 ministros do período eram sindicalistas. Outra benesse garantida pelo governo à CUT foi a Lei 11.648/08 que garantiu o acesso ao imposto sindical proporcional às centrais sindicais.

reforçaram “a regulação dos conflitos laborais por meio da reprodução de certo consentimento entre os trabalhadores capaz de enfraquecer o sentimento de inquietação com os salários e com as condições de trabalho” (BRAGA, 2016, pág. 66).

Após essa breve exposição sobre a finança e o neoliberalismo, cujo objetivo foi aprofundar elementos que nos parecem equivocados ou pouco formulados na categoria do padrão exportador, na próxima seção exporemos brevemente o processo de transformação econômica e social ocorrido na economia brasileira nos anos 1990 com a abertura financeira e o rápido avanço do neoliberalismo.

2.2 O avanço do neoliberalismo e a montagem da “plataforma de valorização financeira”.

Com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, assume seu vice, Itamar Franco. Em pouco tempo de administração, Itamar substitui três vezes os titulares do Ministério da Fazenda até que em maio de 1993 é nomeado Fernando Henrique Cardoso. Cardoso compôs uma equipe econômica de professores oriundos da PUC-RJ³¹ e que já haviam participado de outros governos, particularmente da elaboração do Plano Cruzado durante o governo Sarney. Nesse momento começa a ser debatido um amplo plano de controle da inflação e de ajuste da economia brasileira, o Plano Real (GOLDENSTEIN, 2000, pág. 214).

O plano era baseado numa estratégia de ancoragem cambial, o que acabou gerar uma valorização cambial nos primeiros anos do Real. A valorização cambial e a abertura comercial eram elementos muito importantes na política de desinflação do Real, pois visava ampliar a penetração de *tradeables* importados e com isso aumentar a concorrência com os produtos nacionais.

Uma vez mantida a abertura comercial³² e a âncora cambial, a solução para o desequilíbrio das transações correntes só pode se dar por duas formas: ou mantendo a economia nacional sob um baixo crescimento, o que desestimularia as importações, ou a

³¹Sobre os economistas envolvidos na equipe econômica responsável pela criação do Plano Real, Arantes expõe a seguinte caracterização, com a qual temos acordo: “O desastre social não se abateu pelas mãos de desclassificados como Menem e Fujimori, mas por um primeiro time de intelectuais e assemelhados. A comissão de frente materialista do refrão ‘não há alternativa’. O buraco negro do pensamento já começa nesse grau zero de imaginação. Não é pouca coisa a chuva de esteriótipos, o realejo de clichês da parte das mais sutis e avançadas inteligências. Do tipo ‘se aumentar o mínimo, quebra a Previdência’, acho que este nos acompanhará até a próxima glaciação” (ARANTES, 2007, pág. 217-218).

³²Com o crescimento do déficit em transações correntes já em 1995, o governo aumenta marginalmente os níveis de proteção tarifária, mas sem recuperar os níveis anteriores à abertura.

partir da absorção de poupança externa. O impacto do câmbio sobrevalorizado foi o aumento explosivo do déficit em transações correntes.

A política de altas taxas de juros era complementar à manutenção do câmbio sobrevalorizado: o câmbio sobrevalorizado deveria ajudar a controlar o preço dos *tradedables* e as altas taxas e juros garantir a absorção de recursos estrangeiros. De acordo com Belluzzo e Almeida: “*a desinflação rápida, forte, a abrupta sobrevalorização da moeda e as taxas de juros muito altas foram todos componentes da mesma estratégia de política econômica*” (BELLUZZO, ALMEIDA, 2002, pág. 372). Podemos notar que o Plano Real esteve fortemente assentado na expectativa de que seria possível manter a absorção de recursos externos. No entanto, o avanço da finança é marcado por uma grande vulnerabilidade sistêmica, uma vez que os pequenos ciclos econômicos do período são assentados em bases frágeis (CHESNAIS, 1998; 2005). As graves crises financeiras que se seguiram ao longo da década de 1990 (México em 1995, Tigres Asiáticos e Rússia em 1998, Brasil em 1999 e a Argentina em 2001) deixaram evidente a fragilidade dos pressupostos do Plano Real.

Do ponto de vista da balança comercial, entre 1994 e 1998, enquanto as exportações brasileiras aumentaram 17% entre 1994 e 1998, as importações cresceram 77%. Ainda para o mesmo período, as importações de bens de capital e de consumo foram as que mais cresceram: 113% e 94%, respectivamente (PINHEIRO, GIAMBIAGI, GOSTKORZEWICZ, 1999, pág. 25). Cabe destacar o papel que os países integrantes da Associação Latino-Americana de Integração tiveram nas exportações brasileiras de manufaturados (AVERBUG, 1999, pág. 50). No capítulo 3 analisaremos com mais detalhe a dinâmica comercial envolvendo o Brasil e os países da América Latina, particularmente os da América do Sul. Além da deterioração da balança comercial, há que mencionar a deterioração também da balança de serviços devido ao aumento dos juros que incidem sobre a dívida e à desvalorização cambial ocorrida em 1999.

A balança de capitais também se deteriora devido a uma maior parcela de capitais de curto prazo, aqueles referentes à dívida externa de curto prazo e os investimentos de portfólio. Em 1997, esses capitais correspondem a 25% de todo o passivo externo brasileiro (CARNEIRO, 2002, pág. 300).

Quanto ao passivo externo brasileiro, também cabe destacar o aumento da dívida externa também de longo prazo: do momento do lançamento do Plano Real, em 1994,

até o ano 2000 essa rubrica aumenta em 72%. Em 1998, a dívida externa atinge seu volume, US\$ 220 bilhões, um aumento de 84% em relação a 1994. Logo, é possível perceber que com o Plano Real se amplia a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

TABELA 02 - Passivos externos da economia brasileira (US\$), 1992-2000

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Dívida externa de longo prazo	110,8	114,3	119,7	129,3	142,1	163,3	220,0	214,1	206,2
Dívida externa de curto prazo	25,1	31,5	28,6	30,0	37,8	36,7	23,1	27,4	30,0
Investimento direto estrangeiro	60,2	62,2	65,9	72,7	85,9	106,4	132,3	164,1	197,7
Porta-fólio	0,0	0,0	10,4	25,2	41,2	53,3	40,8	50,5	46,3
Passivo externo bruto	196,1	208,0	224,6	257,2	307,0	359,7	416,2	456,1	480,2
Reservas Internacionais	23,8	32,2	38,8	51,8	60,1	52,2	44,5	36,3	33,0
Investimentos brasileiros no exterior	3,7	3,8	4,1	4,3	4,2	5,8	9,2	9,4	12,4
Créditos brasileiros ao exterior	6,7	6,4	6,3	6,1	7,6	7,3	12,0	6,7	6,8
Haveres externos dos bancos comerciais	5,8	8,4	15,0	8,9	11,7	9,6	7,4	7,5	6,0
Ativos externos	40,0	50,8	64,2	71,1	83,6	74,9	73,1	59,9	58,2
Passivo externo líquido	156,1	157,2	160,4	186,1	223,4	284,8	343,1	396,2	422,0

Fonte: Adaptado de Carneiro (2002, pág. 301).

De acordo com Carneiro, a combinação da rápida abertura comercial com a valorização cambial foram importantes condicionantes da reestruturação produtiva ocorrida nos anos 1990. De acordo com o autor, a consequência direta dessa reestruturação foi a especialização produtiva. Também há que notar que as importações aumentaram muito mais rapidamente que as exportações, de modo que expectativa de que uma maior demanda oriunda de mercados externos compensasse a perda de demanda doméstica não se efetivou (CARNEIRO, 2002, pág. 315).

As exceções a esse quadro foram o setor de bens duráveis e, parcialmente, o setor de bens de capitais, cujos coeficientes exportados aumentaram, provavelmente devido a uma maior demanda oriunda do Mercosul (CARNEIRO, 2002, pág. 317). No entanto,

trata-se de uma pequena parte do setor industrial que, em geral, teve uma perda particularmente nas indústrias mais dinâmicas, ou seja, aquelas intensivas em tecnologias e capital. Logo, nesse setor da indústria ocorreu um duplo movimento de ajuste: uma pequena fração desse setor se especializou nos segmentos de tecnologia mais avançada e um encolhimento em vários subsetores de bens intermediários. Logo, é possível afirmar que abertura e a valorização cambial suprimiram as empresas mais debilitadas (CARNEIRO, 2002, pág. 324).

O impacto da abertura comercial nas indústrias intensivas em trabalho e recursos naturais foi menos significativo. Esses setores mantiveram-se mais diversificados e conseguiram ampliar moderadamente sua inserção externa, como foi o caso do setor de calçados. Com isso, é possível perceber que desde o início dos anos 1990 ocorre um movimento de especialização produtiva regressiva e que se aprofunda com o Plano Real (CARNEIRO, 2002, pág. 320).

A maior penetração de *tradeables* importados teve duros impactos na indústria nacional. Algumas das grandes empresas nacionais conseguiram se reestruturar, mas parte delas ou foi absorvida por empresas estrangeiras ou fechou. Dessa maneira, um dos elementos da especialização produtiva regressiva é uma nova onda de desnacionalização na economia brasileira (GONÇALVES, 2006, pág. 137).

TABELA 03 - Coeficientes de penetração (M/P) e abertura (X/P) por intensidade de fator (%), 1990-1998

Setores intensivos em:	1990	1994	1998	90/98	90/94	94/98
	Coeficientes de penetração (%)			Variação absoluta (%)		
Tecnologia	9,8	16,8	44,1	34,3	7,0	27,3
Capital	9,9	13,5	24,2	14,3	3,6	10,7
Mão-de-obra	2,0	5,6	11,7	9,7	3,6	6,1
Recursos naturais	3,4	6,0	8,1	4,7	2,6	2,1
	Coeficientes de abertura (%)			Variação absoluta (%)		
Tecnologia	10,0	13,6	23,2	13,2	3,6	9,6
Capital	7,9	9,6	11,4	3,5	1,7	1,8
Mão-de-obra	6,4	9,7	13,3	6,9	3,3	3,6
Recursos naturais	12,7	16,0	18,8	6,1	3,39	2,8

Fonte: Carneiro (2002, p. 319)

Um momento importante na consolidação dessa especialização produtiva regressiva são as privatizações. Ao longo dos dois mandatos de FHC, foram privatizadas cerca de 80 companhias com uma receita de US\$ 73 bilhões. Durante os governos de Collor e Itamar foram privatizadas empresas mais relacionadas à produção e no governo de FHC foram privatizados diversos serviços públicos. A justificativa oficial da política privatizações era a percepção de que as estatais eram ineficientes, geravam prejuízos que deveriam ser cobertos pelo Tesouro e serviam de “cabide” de empregos. Assim, as privatizações melhorariam as contas públicas e aumentariam os investimentos e a produtividade na economia. No entanto,

mesmo com a desestatização, as dívidas internas do governo não diminuíram porque, antes da privatização, o Estado adquiriu dívidas para sanear as empresas, assumiu as obrigações com a demissão e aposentadoria dos funcionários, emprestou dinheiro via BNDES aos consórcios compradores a juros subsidiados, vendeu o patrimônio público em troca de títulos podres comprados pelas empresas, do próprio governo, pela metade do preço etc. (SANTOS, SPOSITO, 2012, pág. 183).

O Plano Real teve impactos adversos sobre as finanças públicas. A consequência imediata das altas taxas de juros brasileiras, que chegam a níveis inimagináveis em 1998 e 1999, num cenário de baixo crescimento, foi o rápido aumento da dívida pública. Assim, o próprio aumento de juros gera um aumento do déficit público, que amplia a necessidade de maior endividamento por parte do Estado, o que torna a ampliar o montante de juros pagos. É perceptível que o sistema da dívida assume uma dinâmica própria e que possui graves efeitos sobre o nível de atividade da economia. A questão que se coloca é que após anos de ajuste e de reestruturação da política econômica para fomentar a finança, as corporações também ajustaram suas operações de forma a ampliar sua inserção como detentores de títulos financeiros. Com isso, se no plano macroeconômico a finança tenta se autonomizar da produção, no plano microeconômico as grandes empresas operam a fusão entre capital produtivo e finança à medida que também se tornam credores.

Em resumo, após duas décadas de ajustes é possível afirmar que dentre os setores da economia, particularmente a indústria foi impactada. Sua participação no PIB caiu de cerca de 45% durante os anos 1980 para menos de 30% nos anos 1990. A queda da participação da indústria no conjunto da economia se fez notar diretamente no aumento do desemprego, subemprego e da pobreza. De acordo com Singer:

Não resta de que a estabilização dos preços melhorou a situação das camadas de menores renda enquanto, no mesmo período, a crise estrutural da produção de bens

comercializáveis destruiu milhões de postos de trabalhos, em sua maioria formais e de remuneração mediana, lançando muitas famílias à base da pirâmide de repartição da renda, constituindo uma *nova pobreza*. Essa nova pobreza não se limita aos desempregados porque um grande número de ex-assalariados acabou se reinserindo à produção social como “terceirizados”, termo genérico que abrange diversos tipos de trabalho precário: trabalhadores subcontratados individualmente, ou como sócios de firmas adrede fundadas para esse fim ou, ainda, falsas cooperativas etc. Esse serviço é prestado por pessoas que não possuem contratos regulares de trabalho e, por isso, os seus “contratantes” se isentam do pagamento de todos os direitos trabalhistas, do descanso semanal remunerado e férias ao FGTS (...), previdência social etc (SINGER, 2001, pág. 119).

Após o lançamento do Plano Real a taxa de desemprego aberto na Região Metropolitana de São Paulo aumenta. A partir de abril de 1997 essa taxa de desemprego supera os 10% e permanece acima dessa marca até janeiro de 2005, já no governo Lula.

Por sua vez, um maior exército industrial pressiona para baixo os salários e tende a ser um empecilho na organização da classe trabalhadora. Isso fortalece a ação do capital contra a classe trabalhadora. Onde a reestruturação produtiva não havia minado a capacidade de ação conjunta da classe trabalhadora, o Estado tratou de fazê-lo. Foi o caso da invasão das refinarias da PETROBRAS pelo Exército em março de 1995 durante a greve dos petroleiros. A mensagem de inflexibilidade transmitida por FHC logo em seus primeiros meses na presidência tranquilizaram a finança e os economistas da equipe econômica que temiam que alguma condescendência com a classe trabalhadora pudesse minar o amplo plano de contrarreformas a que o presidente sociólogo havia se proposto. O professor Armando Castelar Pinheiro, grande entusiasta do papel dos mercados, fez questão de ressaltar que: “*a determinação do governo em enfrentar os bem organizados grupos de interesse contrários, na ausência de um apoio mais explícito da opinião pública, como no caso da Vale, é também digna de registro*” (PINHEIRO, 1999, pág. 149).

Frente a esses elementos, é evidente que o programa neoliberal aplicado intensamente ao longo dos anos 1990 fracassou em recuperar as taxas de crescimento, dinamizar a economia brasileira e gerar empregos. Não se pode falar que ele tenha fracassado para as burguesias nacionais e estrangeiras que se beneficiaram do avanço da finança no país e de medidas como a privatização. A consequência imediata desse fracasso foi o fechamento do ciclo político sob a hegemonia do PSDB, que havia se iniciado ainda no governo Itamar com a escolha de FHC para o Ministério da Fazenda. No entanto, seu

legado marcou profundamente a sociedade brasileira e condicionou as políticas adotadas pelo governo Lula. De acordo com Sader:

Os dois mandatos de FHC terminaram em derrota eleitoral. Contudo conseguiu mudar a agenda nacional, incorporando temas como a estabilidade monetária na agenda consensual, além de contribuir para acentuar os elementos pertinentes ao novo modelo: o modo de vida norte-americano, com seu centro no consumo, o individualismo correspondente, a desqualificação da organização social e política, dos partidos e da esfera estatal. Ao final da década neoliberal, o Brasil era outro (SADER, 2010, pág. 26)

Em 2002, Lula é eleito com uma plataforma de governo muito mais moderada do que a de 1989. No lugar da crítica ao capitalismo e uma proposta de construção do socialismo, há uma crítica ao neoliberalismo e uma proposta de incentivar o “capitalismo produtivo” em oposição ao “rentismo”. Não por acaso um “empresário produtivo” é escolhido como vice de Lula. De acordo com Iasi:

As mudanças que se verificaram não se operam aleatoriamente, mas no sentido de recolocar a consciência que se emancipava de volta nos trilhos. Não é, em absoluto, casual que certas palavras-chave vão substituindo, pouco a pouco, alguns dos termos centrais das formulações: ruptura revolucionária por rupturas, depois por democratização radical, depois por democratização e finalmente chegamos ao “alargamento das esferas de consenso”; socialismo por socialismo democrático, depois por democracia sem socialismo; socialização dos meios de produção por controle social do mercado; classe trabalhadora, por trabalhadores, por povo, cidadãos; e eis que palavras como revolução, socialismo, capitalismo, classes vão dando lugar cada vez mais marcante para democracia, liberdade, igualdade, justiça, cidadania, desenvolvimento com distribuição de renda (IASI, 2012, pág. 535).

Na próxima seção veremos alguns elementos da política econômica adotada pelo governo de forma a verificar como se deu a continuidade do padrão exportador no governo Lula e captar as clivagens ocorridas na condução da economia.

2.3 Os governos do Partido dos Trabalhadores: ensaio “desenvolvimentista” e a síntese impossível com a finança

Como podemos perceber, o longo período de avanço do neoliberalismo ampliou a dependência econômica tornando o país mais vulnerável às crises financeiras, aumentou o desemprego e exclusão social, promoveu uma inserção passiva dos países da região na fase financeirizada do capitalismo, desmontou serviços públicos por meio da privatização e retirou direitos sociais e trabalhistas. No entanto, não é correto compreender a história a partir de uma perspectiva unívoca: se o neoliberalismo certamente representou um avanço da burguesia sobre a classe trabalhadora latino-americana, também impulsionou a resistência popular. Com isso, jovens, estudantes,

sem-terra, funcionários públicos, intelectuais, indígenas e outros setores se destacaram no combate ao neoliberalismo.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de Presidente da República, em outubro de 2002, possui um caráter simbólico inegável. Após a vitória eleitoral, Lula da Silva tomou posse na Presidência da República em Janeiro de 2003, e iniciou o governo declarando que surpreenderia fundamentalmente tanto a direita quanto a esquerda (AB'SABER, 2011).

Devido ao passado de grandes mobilizações sociais, o governo Lula representava a esperança por mudanças significativas em relação ao modelo econômico estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) baseado nas reformas do “Consenso de Washington”.

Após três derrotas eleitorais consecutivas, a direção política da campanha de Lula procurou procurar moderar o discurso por mudanças a ponto de emitir um comunicado formal por meio da denominada “Carta ao povo brasileiro”. O documento, datado de 22 de Junho de 2002, sinalizava claramente um conjunto de compromissos junto à grande finança e setores das classes dominantes brasileiras e internacionais. Na Carta, o candidato Lula se comprometia a manter o superávit primário, com o ordenamento e o controle das contas públicas, manutenção das metas de inflação e o próprio câmbio flutuante.

A condução da política econômica recebeu especial atenção no governo de Lula. Os ministérios que compõem a chamada “equipe econômica” do governo tiveram poucas substituições, ao contrário do que ocorreria com os diversos outros ministérios, que recorrentemente serviram como instrumento de barganha do governo com sua base aliada. O Ministério da Fazenda teve somente uma alteração: a queda de Antonio Palocci – médico que havia sido militante da famosa organização Liberdade e Luta (Libelu) – e a ascensão de Guido Mantega; o do Planejamento, duas: a substituição de Guido Mantega – que assumira a presidência do BNDES antes de assumir a Fazenda – por Nelson Machado e sua troca por Paulo Bernardo. Já o Banco Central não teve nenhuma mudança: do primeiro ao último dia de seu mandato, Lula manteve Henrique Meirelles na presidência do Banco Central.

O governo também contornou a luta de classes ao internalizar os conflitos sociais no aparelho de Estado, alocando nos ministérios tanto os representantes do capital, como representantes do trabalho (BRAGA, 2016).

As primeiras medidas do governo trataram rapidamente de afirmar que os termos apresentados na Carta ao Povo Brasileiro eram críveis. Uma das primeiras propostas de emenda constitucional remetida pelo governo ao Congresso dizia respeito à reforma da previdência dos servidores públicos federais e uma importante mudança na Lei de Falências, uma proposta importante da chamada “segunda geração” de reformas do Consenso de Washington que previam mudanças microeconômicas, que privilegiava o pagamento de credores e postergava o pagamento de direitos trabalhistas das empresas em processo de falência.

Para além dessas reformas, o ministro Antonio Palocci tratou de aprofundar o “tripé macroeconômico” herdado do governo FHC: em 2003, sua meta passou de 3,75% do PIB para 4,25% e, em 2004, para 4,5%. A política monetária também seguiu alinhada ao tripé, com a elevação da taxa de juros logo nos primeiros meses do governo.

Uma importante fonte de demanda para a economia brasileira, principalmente seu setor de commodities, foi o crescimento acelerado da China que em 2009 se torna o principal parceiro comercial do Brasil. Se por um lado o crescente comércio sino-brasileiro contribuiu para aumentar as reservas internacionais, também fez com que as exportações brasileiras passassem a se concentrar em produtos primários, o que aprofunda a vulnerabilidade externa da economia (GONÇALVES, 2013, pág. 93). Essa conjuntura internacional favorável possibilitou algum espaço para a flexibilização da política econômica ultraortodoxa praticada no início do governo Lula.

Ainda em 2003 se iniciam as discussões sobre uma política industrial do governo. Em março de 2004 é lançada a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). O conjunto de medidas sugeridas na PITCE entrava em flagrante contradição com a linha geral da política macroeconômica ultraortodoxa. Até o final do primeiro mandato de Lula algumas das medidas foram implementadas como abertura de linhas de crédito do BNDES para aquisição de máquinas, algumas isenções fiscais e o avanço de aspectos institucionais como a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e a elaboração de um marco regulatório para a inovação. No entanto, a PITCE não conseguiu influenciar

investimentos ou reverter problemas estruturais (CANO, SILVA, 2010, pág. 187-190). Em 2008 é lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) que envolve mais setores da economia e mais instrumentos de incentivo que a PITCE. No entanto, a crise de 2008 frustrou os objetivos da PDP e em pouco tempo havia a percepção de que as metas para 2010 não seriam atingidas.

O salário mínimo teve uma queda em seu valor real em 2003, mas já em 2004 apresenta uma tímida valorização de 3,7% e, em 2005, uma valorização de 7%. A política de valorização do salário mínimo foi uma importante marca dos governos do Partido dos Trabalhadores. Um aspecto da valorização do salário mínimo é que ele também valoriza benefícios sociais, bem como outras formas de rendimento que o tomam por base. No entanto, mesmo com a ampla valorização somente em 2008 o salário mínimo real conseguiu recuperar seu nível médio dos anos 1980. Também a partir de 2004 o crédito para pessoas físicas e jurídicas começa a se expandir (BARBOSA, SOUZA, 2010, pág. 65).

Em 2007 é lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que representou uma reorganização, centralização e expansão das políticas federais de infraestrutura (BARBOSA, SOUZA, 2010, pág. 75). A então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, esteve diretamente envolvida no planejamento e controle do PAC. Numa entrevista concedida a Emir Sader, Jorge Mattoso e Marco Aurélio Garcia, Dilma afirma que

Quando começamos a colocar na ordem do dia o investimento, mudamos a política e dissemos “agora é a hora e a vez do investimento” - e ousamos fazer, em 2007, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – estávamos mudando a lógica anterior. Antes disso não havia condições (SADER, GARCIA, 2010, pág. 181).

A política econômica sofreria uma alteração maior no contexto da crise de 2008, quando o governo brasileiro desenvolveu uma política anti-cíclica, mas ainda sem romper com o tripé macroeconômico. A política econômica, por meio da redução de impostos, centra-se ainda mais na ampliação da demanda por bens de consumo duráveis: automóveis (redução de IPI para carros populares e motos); utensílios da chamada “linha branca”. Também é lançado o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que impacta na geração de empregos seja diretamente (na construção civil) ou indiretamente em setores que lhe fornecem insumos.

Cabe menção também à expansão do papel desempenhado pelo BNDES como financiador da concentração e centralização de capitais nos grandes grupos nacionais

por meio da sua política de promoção das “campeãs nacionais” (FILGUEIRAS et al, 2010, pág. 49; TAUTZ et al, 2010, pág. 249). Os desembolsos BNDES concentraram-se nos setores de mineração e siderurgia, etanol, papel e celulose, petróleo e gás, hidroelétrico e da agropecuária que receberam, somente no período Lula, cerca de meio trilhão de reais (TAUTZ et al, 2010, pág. 250).

A relação entre crédito e PIB, um importante indicador do volume de operações de crédito, subiu de 22% em 2002 para 58,9% em 2014. Esse aumento de 167% do crédito contratado é um dos elementos que ajudam a compreender o ciclo de crescimento econômico ocorrido nos governos do Partido dos Trabalhadores. Isso nos leva a apontar que a estratégia de crescimento montada durante o período pós-crise está fortemente baseada no endividamento.

A partir da crise econômica de mundial e as mudanças na política econômica, o país obtém um rápido crescimento econômico em 2010 e serviu como um indicativo de que o país havia achado o caminho para conjugar rápido crescimento, baixo desemprego, valorização salarial e diminuição da pobreza. Chegou-se inclusive a afirmar que estaria ocorrendo “*a elaboração e execução de um projeto nacional de desenvolvimento econômico*” (SPOSITO, SANTOS, 2012, pág. 193).

Se somarmos a isso a nomeação do país como sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpico de 2016 temos um panorama do clima de euforia que predominava no país. A aprovação do governo Lula chegou a 92% ao fim do seu mandato.

Com a nomeação de Mantega para o Ministério da Fazenda e, principalmente, a partir da crise de 2008, começou-se a falar de que o governo Lula teria adotado uma política “neodesenvolvimentista”. Na realidade, a tentativa de afirmar o governo Lula como uma retomada do legado desenvolvimentista não ocorre somente no campo econômico e parece ter sido incorporada por intelectuais abertamente vinculados ao Partido dos Trabalhadores. É o caso, por exemplo, de Emir Sader que afirma que:

O governo Lula representava uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio Vargas e de João Goulart seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas, que assumiram projetos de unidade e desenvolvimento nacional, com intenso enfoque nas políticas sociais (...). O povo brasileiro mudou, o campo popular também, e o próprio Brasil é outro. Mas há uma linha de continuidade que permite dizer: a luta de hoje é, essencialmente, a mesma iniciada há oito décadas, quando o Brasil contemporâneo começou a ser construído (SADER, 2010, pág. 28).

O termo “neodesenvolvimentista” não é exatamente novo e já em 1978, Ruy Mauro Marini levantava essa categoria contra Fernando Henrique Cardoso e José Serra (MARINI, 1978). Em sua versão mais contemporânea, as origens do “neodesenvolvimentismo” remontam a uma publicação de 2005 organizada pelos professores João Sicsú e Michel Renault, que se tornariam, respectivamente, diretor e vice-diretor da Diretoria de Macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O economista argentino Claudio Katz levanta cinco propostas que sintetizam o que seria o “neodesenvolvimentismo” (KATZ, 2016, pág. 160-161). Primeiramente, há a necessidade de intensificar a intervenção do Estado. Isso não quer dizer que os mentores do neodesenvolvimentismo o concebiam como uma forma de substituir o mercado. O mercado desempenha um papel importante dentro desse modelo econômico, mas a questão colocada é que, para os autores, não há mercados “fortes” ou “fracos”: o mercado é simplesmente o conjunto de transações de compra e venda. O mesmo já não pode ser dito dos Estados: sabidamente há aqueles que são fracos e aqueles que são fortes. Visto dessa forma, o neodesenvolvimentismo defende o fortalecimento do Estado.

O segundo ponto é o objetivo da política econômica. Como vimos, a partir dos anos 1980 com a crise da dívida, a política econômica assume uma dinâmica de curto prazo e que atua principalmente em ajustes conjunturais. Para o neodesenvolvimentismo, a política econômica deveria voltar a ter uma perspectiva de longo prazo de forma a atuar como uma política de crescimento econômico sustentado. Elementos próprios da condução econômica do neoliberalismo, como a manutenção de baixos déficits fiscais, são compreendidos como uma forma de garantir uma queda das taxas de juros o que evitaria a valorização cambial. Assim, haveria maior espaço de manobra dos instrumentos de política econômica (taxas de juros e câmbio, principalmente) para impulsionar o crescimento e evitar a chamada “doença holandesa” (BRESSER-PEREIRA, 2007)..

O terceiro objetivo do neodesenvolvimentismo seria retomar a industrialização de modo a multiplicar o emprego urbano. O quarto ponto seria reduzir a defasagem tecnológica e a quinta, imitar o avanço exportador do Sudeste Asiático.

Feita essa breve exposição do que seria o neodesenvolvimentismo³³ é importante levantarmos as contradições inerentes a esse programa. Katz aponta que a questão do “fortalecimento do Estado” é uma falsa diferença entre neodesenvolvimentismo e neoliberalismo, uma vez que *“todos recorrem a uma forte presença do setor público quando lhes cabe administrar”* (KATZ, 2016, pág. 164). Na realidade há um fio de continuidade entre ambos que seria o favorecimento dos grandes grupos capitalistas, o que fica evidente na *“prioridade atribuída à taxa de câmbio competitivo com baixa inflação e reduzido déficit fiscal ilustra o apoio aos poderosos”* (KATZ, 2016, pág. 165). Além disso, o neodesenvolvimentismo abre mão do conjunto de reformas relacionados ao desenvolvimentismo como a reforma agrária. Na realidade, há aberto apoio ao agronegócio.

Katz também aponta a recorrência com que setores das burocracias do Estado ou mesmo da classe dominante se voltam para o Estado exigindo políticas expansionistas e mesmo industrializantes. Para Katz, esse é um fenômeno de economias semiperiféricas. Como afirma, o neodesenvolvimentismo *“não é um programa em debate nos Estados Unidos ou Honduras; ele irrompe ciclicamente no cenário político do Brasil, México ou Argentina”* (KATZ, 2016, pág. 209). Os surtos neodesenvolvimentistas via de regra se dão após graves crises econômicas surgidas em decorrência de políticas neoliberais que potencializam a vulnerabilidade externa dos países semiperiféricos e que envolvem um tipo de ajuste recessivo.

O caso do Brasil é paradigmático: como mencionamos anteriormente, ao fim do governo FHC – marcado por altas taxas de juros, dívida externa crescente, seguidas crises financeiras, recessão e alto desemprego – surge um discurso que identificava no “capital financeiro” a origem das moléstias econômicas do período. Esse tipo de capital teria se fortalecido com o neoliberalismo às expensas do “capital produtivo”, que geraria empregos e faria a economias crescer. Surge um anti-neoliberalismo, que envolveu amplos setores da sociedades (da FIESP ao próprio PT) e que abriu espaço para a vitória de Lula em 2002. O vice de Lula com suas duras críticas às altas taxas de juros seria o exemplo do burguês “neodesenvolvimentista”. No entanto, tão logo apareçam sinais de crise econômica (o que ocorreu no governo de Dilma Rousseff a partir de 2013) e ressurgir a questão de sobre quem recairão seus impactos, os mesmos burgueses que

³³É importante ressaltar que o neodesenvolvimentismo não é um programa homogêneo. Dentro dessa categoria podemos destacar formulações específicas como o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. Para uma diferenciação dessas diferentes correntes, vide Costa (2012) e Katz (2016)

outrora se beneficiaram da nova política econômica se voltam contra ela e começam a criticar a excessiva intervenção do Estado e o excesso de burocracias e direitos sociais que encarecem o “custo Brasil”. Como afirma Katz:

Essa oscilação histórica tem se repetido em numerosas oportunidades e, por esta razão, o neodesenvolvimentismo atual reitera frustrações já conhecidas. Mas como persiste o desequilíbrio estrutural que estimula retomar à tentativa, nenhuma decepção elimina a tendência de trilhar, várias vezes, os mesmos passos (KATZ, 2016, pág. 210).

É possível notar um forte componente economicista no neodesenvolvimentismo. Bastaria garantir que variáveis macroeconômicas como taxa de câmbio, taxa de juros, investimentos, taxa de inflação, investimentos e níveis de déficit público para que o desenvolvimento econômico fosse desbloqueado e se iniciasse uma ampla mudança social. Com isso, fica evidente mais uma contradição do neodesenvolvimentismo: com a mundialização financeira e a abertura comercial, a possibilidade dos Estados definirem essas variáveis sem levar em consideração a economia mundial foi radicalmente reduzida, principalmente no caso dos países periféricos (DOS SANTOS, 2016, pág. 45). Ou seja, há um traço idealista no neodesenvolvimentismo uma vez que sua teoria parece tomar uma o capitalismo como sendo “livre de contradições”: a mundialização passaria a ter somente aspectos positivos; o Estado conseguiria definir os parâmetros macroeconômicos; as crises seriam facilmente contornáveis por medidas anti-cíclicas, etc.

Essa concepção mostra-se, no mínimo, anacrônica. Parece ignorar a profunda ocorrência no capitalismo a partir da reorganização da finança. Visto dessa forma o neodesenvolvimentismo não busca uma superação da finança, mas apenas combiná-la com um maior crescimento econômico baseado numa estratégia de expansão do consumo por meio do endividamento das famílias e fortalecimento de algumas grandes empresas nacionais, particularmente aquelas que sobreviveram à reestruturação produtiva dos anos 1990 e cujas atividades concentram-se principalmente na exploração de recursos naturais, produção de baixa tecnologia ou construção civil.

Além disso, o neodesenvolvimentismo mina a autonomia da classe trabalhadora, uma vez que subordina seus interesses ao crescimento econômico e, conseqüentemente, às necessidades da classes dominante (KATZ, 2010, pág. 64). E isso é abertamente declarado por dirigentes do próprio Partido dos Trabalhadores que afirmam o governo deve ser “*não tão devagar que pareça medo, não tão rápido que pareça provocação*”

(POMAR, 2013, pág. 15). Ou seja, as demandas mais radicais devem ser contidas e postas em consonância com a estratégia de avançar lentamente. O corolário desse avanço “nem tão lento, nem tão rápido” é que “*só é possível superar o capitalismo, em alguma medida desenvolvendo-o*” (POMAR, 2013, pág. 30). Com isso, o velho etapismo presente nas formulações do PCB sobre a revolução democrático-burguesa reaparecem no âmbito do Partido dos Trabalhadores. E assim como àquela época, quando representou uma crítica avassaladora ao etapismo, a teoria da dependência, atualizada para o contexto do capitalismo contemporâneo, pode cumprir um papel muito importante na crítica ao neodesenvolvimentismo.

Se o paradigma do progresso não conseguiu superar o capitalismo dependente quando a capacidade de planejamento econômico e social do Estado era muito maior e a finança ainda não representava um constrangimento tão intenso, como essa superação poderia se dar no atual momento histórico em que a soberania dos países periféricos é ainda mais reduzida e diversos dos instrumentos de ação do Estado já foram desmontados? Parafraseando Marx, se o paradigma do progresso foi uma farsa, o neodesenvolvimentismo é a tragédia.

A avaliação do governo do Partido dos Trabalhadores era de que, com a política econômica correta, seria possível operar a expansão das finanças junto a um maior crescimento econômico. Comentando sobre as clivagens ocorridas na condução da política econômica do governo Lula, Dilma Rousseff comenta que

No segundo mandato, com a ampliação do investimento produtivo e a aceleração do Produto Interno Bruto (PIB), foi relativizada a importância do capital financeiro no jogo econômico. Sabemos que não se muda a importância do capital financeiro apenas no discurso. Foi o próprio centro dinâmico da economia que se deslocou do setor financeiro para o produtivo (SADER, GARCIA, 2010, pág. 181).

A fala de Rousseff é parcialmente verdadeira e evidencia a profunda desconexão entre a retórica do neodesenvolvimentismo e sua prática. Por um lado, a gestão de Guido Mantega representou mudanças na condução da política econômica, particularmente no que diz respeito ao incremento do investimento público. No entanto, não é lícito afirmar que “*foi relativizada a importância do capital financeiro no jogo econômico*”. O país seguiu praticando as taxas de juros reais mais altas do mundo e o montante de recursos do orçamento da União destinado ao pagamento de amortização e juros da dívida aumentou consideravelmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Caso comparemos o volume de recursos destinado ao pagamento de amortização e juros da

dívida pública com o volume de recursos destinado ao programa Bolsa Família, logo podemos notar que não houve “relativização” do papel do “capital financeiro” durante as gestões dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Dois outros episódios que também contradizem o argumento de que “*foi relativizada a importância do capital financeiro no jogo econômico*”. Ainda que Rousseff aponte o PAC como uma mostra da mudança da política econômica, o montante de recursos destinados a ele esteve subordinado à garantia de que os compromissos com o superávit primário não seriam prejudicados. De acordo com Paulani:

O PAC não traz nenhuma medida que seja capaz de minorar a força desse empecilho estrutural [a autora se refere à finança] ao desenvolvimento econômico. Esse entrave está engastado na atual configuração do poder, a qual encontra num governo tímido perante o vigor da dominância financeira um aliado de extrema importância (PAULANI, 2008, pág. 145).

O segundo episódio ocorreu em junho de 2013, quando o neodesenvolvimentismo dava sinais de esgotamento. Frente às massivas manifestações que tomaram as ruas do país, o governo responde com uma proposta de cinco pactos nacionais, cujo primeiro era a “responsabilidade fiscal e o controle da inflação”. A mensagem evidente era de que a manutenção da finança seguia sendo prioritária para o governo.

TABELA 04 - Recursos destinados à amortização e juros da dívida pública e ao Programa Bolsa Família, 2004-2015

	Amortização e Juros da Dívida	Varição Anual	Bolsa Família	Varição Anual
2004	R\$ 509.140.713.512,79	-	R\$ 5.533.257.937,91	-
2005	R\$ 636.804.746.610,41	25%	R\$ 6.873.978.415,00	24%
2006	R\$ 648.546.210.711,01	2%	R\$ 8.145.378.044,07	18%
2007	R\$ 611.818.042.183,76	-6%	R\$ 9.222.092.911,00	13%
2008	R\$ 559.030.230.104,78	-9%	R\$ 10.811.168.987,00	17%
2009	R\$ 641.839.146.481,79	15%	R\$ 12.417.041.638,00	15%
2010	R\$ 598.968.638.860,04	-7%	R\$ 14.366.015.610,00	16%
2011	R\$ 708.142.636.125,93	18%	R\$ 17.283.104.720,00	20%
2012	R\$ 753.246.932.087,21	6%	R\$ 20.288.877.787,33	17%
2013	R\$ 718.822.143.294,27	-5%	R\$ 24.890.107.091,00	23%
2014	R\$ 978.673.195.583,85	36%	R\$ 27.189.725.615,00	9%
2015	R\$ 962.233.306.763,02	-2%	R\$ 27.650.301.339,00	2%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal da Transparência

Com o esgotamento o ciclo de crescimento impulsionado pelo consumo doméstico e com o aprofundamento dos efeitos da crise internacional sobre o país, o espaço para a execução de uma política econômica expansionista também minguava. A tentativa fracassada do governo Rouseff de impulsionar um novo ciclo de crescimento a partir de um maior ativismo do Estado burguês esbarra nos limites estruturais do capitalismo dependente e financeirizado, em que a autocracia das classes dominantes nacionais combina-se com as exigências de ajuste fiscal permanente do grande capital internacional. Para superar os impasses inerentes a uma economia dependente na atual conjuntura do capitalismo teria sido necessário um processo de ruptura radical com as classes dominantes nacionais e internacionais e o fortalecimento da classe trabalhadora. Seria necessário, portanto, que o governo assumisse o lado da classe trabalhadora contra as burguesias. No entanto, a estratégia dos governos petistas seria a da conciliação de classes fortalecendo aspectos da ação estatal que pudessem soldar essa conciliação.

Enquanto houve algum crescimento econômico, foi possível para o Estado estabelecer uma espécie de conciliação entre capital e trabalho em que ambos obtiveram ganhos. No entanto, é importante ressaltar que esses ganhos se deram dentro de um marco estrutural definido: a submissão aos marcos do capitalismo financeirizado e da democracia burguesa. Transcender esses limites já não fazia parte do horizonte político do governo.

2.4 Conclusão

O avanço do neoliberalismo a partir do governo Collor gerou um “curto circuito” no “paradigma do progresso”. Tanto o antigo PCB quanto o desenvolvimentismo cepalino foram duramente atingidos pelas mudanças ocorridas mundial e nacionalmente a partir de fim dos anos 1980. O antigo PCB tornou-se, por meio de um congresso partidário questionável, o atual PPS. Os “desenvolvimentistas” viram-se acuados pelo rápido avanço do neoliberalismo, que levou consigo parte expressiva de autores que por algum momento estiveram próximos ao desenvolvimentismo. Isso não significou que o desenvolvimentismo tenha desaparecido. Ricardo Bielschowsky define o que seria o desenvolvimentismo antes e depois do neoliberalismo: *“Até 1980: projeto de industrialização integral como via de superação do subdesenvolvimento, conduzido pelo Estado. Depois de 1980: a) antineoliberalismo; e b) ensaios sobre estratégias e políticas nas novas condições institucionais e macroeconômicas”* (BIELSCHOWSKY, 2011, pág. 15).

Os parâmetros de funcionamento do capitalismo financeirizado minaram o “paradigma do progresso” por duas extremidades: seus pressupostos e objetivos. Nos pressupostos, como vimos, o neoliberalismo retira a noção de “soberania” – já débil na periferia do sistema – e em seu lugar coloca a “governança”, com isso a possibilidade de definir parâmetros nacionais de “crescimento econômico”, níveis de investimento, taxa de juros, câmbio, tributação fica ainda mais restringida. Também nos pressupostos, o neoliberalismo altera radicalmente o funcionamento do Estado e implode a visão desenvolvimentista que o tomava como “situado acima da sociedade” e enfatiza seu caráter de classe. Nos seus objetivos, a finança subordina o “desenvolvimento econômico” à remuneração do capital portador de juros, enquanto o “paradigma do progresso” via o “desenvolvimento” como um elemento central para a superação do “subdesenvolvimento”.

Em um de seus últimos livros, Celso Furtado expressa precisamente o choque entre dois “mundos”: o do neoliberalismo, competição, privatização, individualismo exacerbado e austeridade e o do desenvolvimentismo. Para Furtado, no neoliberalismo *“A inovação está em que a recessão deixa de ser vista como um mal para ser considerada o objetivo a ser seguido”* (FURTADO, 1999, pág. 30). Implícito nesse comentário de Furtado há um elemento nostálgico de que o “desenvolvimento” econômico deveria voltar a ser o objetivo a ser seguido e com isso podemos captar os limites do desenvolvimentismo no período de hegemonia da finança. Por um lado, o que restou do desenvolvimentismo parece criar uma figura idílica do passado em que realmente estaríamos no caminho da ascensão ao “Primeiro Mundo”. Sem embargo, não podemos desprezar que o resultado do desenvolvimentismo no Brasil foi o aprofundamento da dependência e que os períodos em que o desenvolvimento econômico foi o objetivo, também foram, em sua maioria, períodos de exceção democrática. Cabe levantar a questão de que se a ruptura com o subdesenvolvimento não se deu quando o Estado burguês detinha mais instrumentos de intervenção na sociedade, como conseguiria após o avanço do neoliberalismo. Caberia aos governos do Partidos dos Trabalhadores, após a crise de 2008, resgatar o projeto “desenvolvimentista” e tentar equilibrá-lo junto com a finança.

Fracassado também esse ensaio “neodesenvolvimentista”, a constatação dramática que pouco a pouco emerge desse novo período é que *“a questão de saber se somos ou não ‘viáveis’ [como nação] não faz mais o menor sentido”* (ARANTES, 2007, pág. 223). Ou seja, o neoliberalismo é a reafirmação sonora de que, nos marcos do capitalismo, os

países dependentes não chegarão a se constituírem como “nação”. A questão ganha contornos dramáticos uma vez que o naufrágio do lulismo parece levar consigo setores que se mantiveram na oposição de esquerda aos governos do Partido dos Trabalhadores.

No próximo capítulo exporemos o lado externo dessa “síntese impossível” praticada pelos governos do Partido dos Trabalhadores, particularmente durante o governo Lula. Analisaremos como o lado externo desse ensaio desenvolvimentista foi a retomada do subimperialismo brasileiro na América do Sul.

CAPÍTULO III – “*That’s my man*”. O subimperialismo brasileiro no governo Lula

*Eu tenho feito apelos e mais apelos
para os empresários brasileiros que investem nos países africanos.
Que tenham um comportamento diferenciado,
para o Brasil não ser tratado como um país imperialista.*

Luiz Inácio Lula da Silva

Nos dois capítulos anteriores deslindamos primeiramente a teoria da dependência, algumas de suas principais categorias e contribuições para o marxismo dos anos 1960 a 1980. Abordamos particularmente a categoria do padrão de reprodução do capital formulada inicialmente por Ruy Mauro Marini e aprofundada por Jaime Osorio. No segundo capítulo analisamos elementos do padrão exportador de reprodução do capital, cuja montagem se inicia com a crise do padrão industrial. Pudemos notar que somente as formulações de Osorio não incorporam um elemento central do funcionamento do capitalismo contemporâneo, a saber, a finança. Por fim, vimos como os diferentes governos até o de Lula não romperam com a finança e trataram mesmo de aprofundar seu papel na economia brasileira. Com isso, abordamos alguns aspectos do funcionamento interno da economia brasileira. Nesse capítulo, analisaremos a face externa que do capitalismo dependente assumiu no Brasil, o subimperialismo. Para tanto, também utilizaremos elementos das teorias das relações internacionais que nos permitam captar a íntima relação entre a política interna e externa do país.

A nosso ver, a articulação entre a política interna e externa acrescenta complexidade à compreensão do funcionamento da economia brasileira e evita o risco de interpretações simplistas ou que reproduzam os argumentos dos próprios formuladores das políticas públicas e do governo. Dessa forma, há que ir mais além dos rótulos cunhados pelos governos para suas políticas de modo a compreender os elementos mais profundos da ação do Estado.

Esse é o caso do governo Lula e, de forma mais ampla, dos governos do Partido dos Trabalhadores. O chanceler Celso Amorim denominou a política externa do governo Lula de uma política “ativa e altiva” (AMORIM, 2013, pág. 11). No entanto, como mencionamos acima, isso representa *um* dos elementos a serem analisados sobre a política externa. No outro extremo temos a opinião de Antonio Saize Roia, moçambicano e líder de uma comunidade que teve de ser reassentada para que a mina

de Moatize operada pela Vale desde 2007 entrasse em operação: “*esse desenvolvimento que tira daqui de Moçambique é para levar para o Brasil, para vocês viverem melhor lá. Então, os moçambicanos [devem] viver mal. É isso? É bom isso?*” (ROSSI, 2015, pág. 31).

Os acontecimentos mais recentes do país, a saber, a derrubada do governo Dilma Rousseff, e a reversão dos avanços que houve em termos da política exterior – mas não restritas somente a ela – acentuou uma interpretação acrítica do que teriam sido os governos do Partido dos Trabalhadores e da própria “política ativa e ativa” (MARINGONI, 2016, pág. 77). Cabe não perder de vista que olhar para os setores “de baixo” e que não aparecem no discurso oficial é importante missão do historiador que se vincula ao materialismo histórico. Dentro dessa perspectiva, as palavras de Walter Benjamin seguem sendo uma lufada de ar fresco:

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 2012, pág. 70).

Difícilmente conseguiremos formular uma interpretação à altura do período que vivemos caso nos mantenhemos atados ao simplismo. Resta saber se cruzaremos o Rubicão.

A hipótese levantada é que o “neodesenvolvimentismo” e sua política exterior “ativa e ativa” implicaram numa retomada do subimperialismo brasileiro sobre a América do Sul, definido aqui como uma das estratégias de acomodação do capitalismo dependente à economia mundial. O subimperialismo possui, portanto, tanto elementos ofensivos (expansão de mercados externos) quanto defensivos (evitar perder espaço na economia mundial).

A teoria do subimperialismo foi enunciada inicialmente por Ruy Mauro Marini em 1965 para interpretar a política externa do governo Castello Branco e logo foi incorporada por outros *dependentistas* como Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Vivian Trías, Immanuel Wallerstein, Mário Pedrosa³⁴ e alguns outros intérpretes da realidade brasileira como Milton Santos.

³⁴ Comentando sobre a política econômica da ditadura, Pedrosa comenta em seu livro *A Opção Brasileira*: “A ditadura militar, burguesa e subimperialista, tenta adiar ou postegar os efeitos mais imediatos do estrangulamento externo, enquanto mantém a mesma configuração do mercado, tanto o setorial quanto o regional” (PEDROSA, 1966, pág. 248).

Organizamos esse capítulo em três seções: o contexto de formulação do conceito do subimperialismo; o conceito de subimperialismo e, por fim, o subimperialismo no governo Lula.

3.1 O contexto de formulação do subimperialismo brasileiro

As suspeições dos vizinhos hispânicos com o caráter “latino-americano” do Brasil são antigas (CAPELATO, 2000). Ao longo do tempo, a política exterior brasileira oscilou muito quanto às suas posições em relação à América Latina e ao seu nível de alinhamento com os Estados Unidos. A seguir vamos ver rapidamente o contexto das relações exterior brasileiras a partir dos anos 1960, período em que começam a surgir os primeiros indícios do subimperialismo brasileiro. Isso nos ajudará a contextualizar as formulações dependentistas quanto ao subimperialismo.

Ainda na campanha presidencial de 1960, Jânio Quadros afirma que, caso eleito, seu governo assumiria uma *política externa independente* (PEI). Essa denominação marcou a política externa formulada por Quadros e seu chanceler, o senador udenista Afonso Arinos. Amardo Cervo e Clodoaldo Bueno em seu importante livro sobre a história da política exterior do Brasil definem a PEI como “*o apogeu do populismo*” (CERVO, BUENO, 2015, pág. 331). A PEI teria três objetivos principais: “*contribuir com a política nacional de desenvolvimento econômico e social, diversificar os laços internacionais do país, de maneira amigável e contribuir para a paz mundial*” (DORATIOTO, VIDIGAL, 2014, pág. 82).

Sem ferir a tradição diplomática do país ou propor uma ruptura com os Estados Unidos, a PEI representou uma atualização da política externa brasileira, uma vez que aprofundou a temática das relações Norte-Sul (países desenvolvidos e países dependentes) e não somente as relação entre Leste-Oeste (socialismo e capitalismo). Com isso, o aspecto pragmático das relações internacionais era enfatizado, uma vez que o interesse econômico nacional ganhava maior espaço na política exterior. Logo a questão militar estratégica da Guerra Fria foi matizada, o que é evidente pela retomada das relações diplomáticas com a União Soviética. Além disso, a política exterior brasileira ganhou maior projeção mundial e se pronunciou sobre importantes temas, como o desarmamento internacional, a defesa da autodeterminação e não-intervenção, particularmente quanto a Cuba e o reconhecimento dos países recém-independentes.

A PEI também representou uma maior aproximação com a América Latina. Em 1960 foi assinado o Tratado de Montevideu que criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a que fizemos menção anteriormente, que visava ampliar o comércio intrarregional. Em abril de 1961, ocorre a famosa reunião de Uruguiana entre Jânio Quadros e Arturo Frondizi que aprofundou a aproximação iniciada por JK.

Durante a vigência da PEI, as relações com os Estados Unidos foram esfriaram novamente. Washington via com desconfiança a aproximação do Brasil com os países socialistas e seus elementos “terceiro mundistas”. No governo Jango as relações bilaterais pioraram com a encampação da ITT e da AMFORP pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizolla, e a aprovação da Lei de Remessa de Lucros. Havia por parte dos Estados Unidos um aparente desdém quanto à nova diretriz da política exterior brasileira. De acordo com Doratioto e Vidigal:

Autoridades norte-americanas, com certo tom de ironia, parabenizaram o Brasil pela adoção de uma política exterior independente, o que eles não conseguiam ter, considerando-se a interdependência entre os países. A autonomia real, consistente, efetiva das nações, não depende tanto do discurso diplomático e sim dos recursos de poder à disposição do Estado. (...) Qual a autonomia de um país que precisou buscar recursos financeiros junto ao governo de Washington e cujo golpe militar contou com o aval da Casa Branca? (DORATIOTO, VIDIGAL, 2014, pág. 84).

A íntima vinculação entre a política interna de impulsionar a industrialização condiciona a política externa. Uma vez que o país enfrentava problemas em financiar os déficits em transações correntes, era importante ampliar as exportações, buscar novos investimentos estrangeiros e renegociar sua dívida. Duas questões tonavam ainda mais relevantes os aspectos econômicos da política externa: os investimentos americanos minguaram e a deterioração dos termos de troca erodia o valor das exportações.

Jânio Quadro estabeleceu uma reforma cambial que visava implantar o “realismo cambial” por meio da Instrução 204 da SUMOC. No entanto, há outra instrução que reflete uma inflexão quanto à política econômica externa: a Instrução 215 de 25/9/1961, que estabelecia um incentivo às exportações de bens de capital e de consumo durável. Essa instrução determinava que a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) “*poderia licenciar, financiar e refinanciar a exportação desses bens, para pagamento a médio e longo prazos, em moeda de livre conversibilidade*” (DOELLINGER et al., 1973, pág. 29). O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado para o início do governo presidencialista de Jango também expressa a necessidade de ampliar as exportações de

manufaturados, particularmente para a ALALC (BRASIL, 1962, pág. 70). A Instrução 263, de fevereiro de 1964, aprofundava a tentativa de expandir as exportações de manufaturados (DOELLINGER et al., 1973, pág. 30).

Ainda que os resultados práticos dessas instruções sejam de difíceis de mensurar, uma vez que o cenário macroeconômico e político nacional era conturbado, elas representam uma mudança importante da política econômica brasileira. Ao promover a exportação de manufaturas, implicitamente o governo reconhece que precisa exportar produtos de maior valor e menos suscetíveis a bruscas variações de preço, como é o caso das *commodities*. Reconhece-se com isso que a “cooperação antagônica” que caracterizara boa parte da industrialização substitutiva já não era mais capaz de sustentar o desenvolvimento nacional. Assim, junto à substituição de importações começava a ser articulada também a substituição de exportações: de bens primários para manufaturados de baixa e média tecnologia. De acordo com Silva: “*Esse novo Modelo converteu-se no eixo fundamental do vínculo comércio exterior/desenvolvimento e vigorou, com pequenas variações, de 1961 a 1989*” (SILVA, 2003, pág. 53).

Uma vez que a industrialização tinha avançado mais no Brasil do que nos outros países da América Latina, era o único país que conseguiria organizar uma estratégia exportadora de manufaturados. Os potenciais mercados para as manufaturas brasileiras seriam principalmente países também dependentes com um menor nível de industrialização.

Dessa forma, os aspectos econômicos da PEI ficam mais evidentes e percebe-se a relação entre a política interna e externa. Distanciando-se parcialmente de Washington, o país conseguiria expandir mercados para seus produtos e fortalecer-se econômica e politicamente, principalmente entre os dependentes. Aqui se nota que, ainda que o país não fosse plenamente autônomo de Washington, havia uma certa margem de manobra para a política exterior que o país tratou de alargar por vias políticas e econômicas.

Ainda que a conjuntura política que segue à renúncia política de Jânio seja marcada por crescente instabilidade política, a PEI seguiu sendo a base da política externa do período parlamentarista e do período presidencialista de Jango. No entanto, com o golpe de 1964 e o governo Castello Branco, ela é duramente atacada e substituída por uma política de alinhamento com os Estados Unidos.

No governo de Castello Branco vão ganhar força novamente as formulações da Escola Superior de Guerra (ESG), que já haviam sido testadas no governo Café Filho. Particularmente influente nesse período é o general Golbery do Couto e Silva e suas formulações sobre “geopolítica brasileira”. Em seu livro *Aspectos geopolíticos do Brasil*, original de 1952, Golbery partia do pressuposto de que o país devia se preparar para o conflito inevitável que ocorreria entre o “imperialismo socialista” e a “democracia”. Com isso, a temática da segurança nacional entra nas formulações do Exército articulando-a com o desenvolvimento. Como afirma Golbery:

A segurança estrutura-se, pois não pode deixar de estruturar-se, sobre uma base irredutível de bem-estar econômico e social, nível abaixo do qual se ofenderá a própria capacidade de luta e de resistência da nação, incapacitando-a, afinal, para o esforço continuado e violento que dela a guerra exigirá (SILVA, 1967, pág. 14).

Golbery formulara a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo havia sido marcado pela “integração” - *“processo solucionador por excelência de todos os antagonismos”* (SILVA, 1967, pág. 21). Dessa forma, *“os países fortes tornam-se cada vez mais fortes e os fracos, dia a dia, mais fracos; as pequenas nações se vêem (...) reduzidas à condição humilde de pigmeus e já se lhes profetiza abertamente um fim obscuro”* (SILVA, 1967, pág. 22). Assim, os países fracos deveriam assumir sua “integração” com os países fortes abrindo mão de rígidos conceitos e já caducos como o de “soberania nacional” (SILVA, 1967, pág. 168). Essa é a base da política externa de Castello Branco, marcada pela defesa da “interdependência” entre Brasil e Estados Unidos, pela ideia de uma “fronteira ideológica” entre os dois países e de uma “barganha leal” por parte do Brasil (SILVA, 1967, pág. 51). Essa “barganha leal” envolvia garantir ao Brasil o controle estratégico da segurança da América do Sul, ou seja, ratificá-lo como principal satélite americano na região ou, como logo veremos, ratificar o *subimperialismo brasileiro*, uma vez que *“também nós podemos invocar um ‘destino manifesto’, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do norte”* (SILVA, 1967, pág. 52). De acordo com Golbery:

Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica (SILVA, 1967, pág. 52).

Golbery analisa detalhadamente outros países sul-americanos e aponta que a Argentina também possui poder geopolítico para competir com o brasileiro e que caberia ao país atrair para sua influência países próximos da Argentina (SILVA, 1967, pág. 55). Assim, o general busca unir um poderoso expansionismo brasileiro a uma submissão aos “irmãos do norte”. Isso fica evidente quando o autor arrola os “objetivos nacionais permanentes” dentre os quais figuram:

- a manutenção do *status quo* territorial na América do Sul, contra quaisquer tendências revisionistas ou a formação de blocos regionais, políticos ou simplesmente econômicos, que possam vir a constituir ameaça à própria paz do continente;
- o robustecimento da solidariedade e cooperação entre os povos da América, para o progresso geral e a defesa continental;
- o fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio da igualdade jurídica entre os Estados, e a crescente projeção do país no exterior com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional (SILVA, 1967, pág. 75).

Em edições seguintes de seu livro, como a de 1960, Golbery menciona o papel importante que a integração econômica da América Latina teria nos seus planos de expansionismo. Caberia ao Brasil cooperar decisivamente para essa integração cujo aspecto inicial teria de ser a integração física da região. Caberia ao país “*articular, sob uma liderança caracteristicamente democrática, as unidades muito menores e de potencial que o cercam...*” (SILVA, 1967, pág. 215). Golbery chega a propor que o Brasil deveria projetar sua influência até a África, com o objetivo de defender as novas nações do socialismo (SILVA, 1967, pág. 193).

As formulações de Golbery, que como mencionamos anteriormente, foram base da política externa de Castello Branco, padeciam de grave anacronismo, uma vez que a *détente* entre Estados Unidos e União Soviética avançou a partir do início dos anos 1960, diluindo as tensões da bipolaridade entre as potências e as tentativas cubanas de exportar a revolução para o continente malogravam (CERVO, BUENO, 2015, pág. 397).

As relações com a América Latina foram secundárias e passaram por momentos tensos como no caso do envio de tropas sob mandato da OEA para a intervenção na República Dominicana em 1965. O Brasil não só enviou um contingente de 1.100 homens como chefiou a missão que instalou um novo governo no país. Além disso, o Brasil insistiu duramente na OEA para a criação de força intercontinental de paz, o que gerou grandes atritos com a diplomacia argentina e venezuelana, que chegou a romper relações diplomáticas com o país (CERVO, BUENO, 2015, pág. 403).

Também houve episódios pontuais em que a política exterior teve uma atuação marcada pelo realismo, como as intervenções da delegação brasileira na UNCTAD e no GATT, a tentativa de ampliar relações comerciais com os países socialistas e com a África Subsaariana (CERVO, BUENO, 2015, pág. 405).

3.2 O conceito de subimperialismo

Ruy Mauro Marini formula seu conceito de subimperialismo imbricado na sua análise sobre os acontecimentos do golpe de 1964. Como vimos, Marini era militante de uma organização política (a Política Operária, POLOP) que se opunha ao etapismo do PCB. Quando o PCB expõe que a tese de que o golpe teria sido simplesmente uma manobra do imperialismo americano e dos latifundiários, Marini busca refletir qual pode ser o papel do imperialismo americano no golpe e qual o papel da burguesia brasileira. Para Ruy Mauro:

a ação dos Estados Unidos no Brasil não se podia entender como alheia à realidade nacional, mas como elemento constitutivo dela e só pudera se tornar efetiva (e, portanto, só se explicava) à luz da luta de classes no país, que fincava suas raízes na economia e determinava o jogo político —e da qual as Forças Armadas eram parte plena.

Incapaz de realizar um amplo conjunto de reformas permitisse ao país assumir plenamente um desenvolvimento capitalista autônomo, a burguesia brasileira se alia às burguesias internacionais. Com isso estrutura-se definitivamente uma divisão do trabalho que já havia se insinuado no governo JK, a saber, o desenvolvimento da indústria articulado a partir da ação das transnacionais produzindo bens manufaturados de tecnologia amortizada. No entanto, com a ditadura há um aspecto novo central para compreender a dependência e o subimperialismo: a profunda desvalorização do salário mínimo. Os instrumentos que a ditadura incorreu para promover essa desvalorização foram diversos: a intervenção nos sindicatos, a aprovação da lei de greve e a nova metodologia do cálculo do salário mínimo. Somada à desvalorização do salário mínimo, o governo Castello Branco desenvolve uma política econômica fortemente recessiva, o que teve como consequência direta a falência de diversas empresas pequenas e médias e o aumento do desemprego. O objetivo implícito era comprimir o volume de recursos que se destinava aos trabalhadores e, com isso, ampliar o total de recursos dos capitalistas.

Por um lado, essa política recessiva, somada às reformas de caráter liberal realizadas pelo governo Castello Branco, abriu espaço para a aquisição de algumas empresas brasileiras por transnacionais, algo caracterizado por Marini como uma “integração imperialista dos sistemas de produção”. Por outro, ampliou ainda mais a capacidade ociosa da indústria.

É nesse momento que surge um dos elementos do subimperialismo, a saber, a exportação de manufaturados. Frente a uma ampla capacidade ociosa e a demanda fortemente comprimida por meio da política econômica recessiva dos ministros Roberto Campos e Octávio Bulhões, a alternativa para a indústria brasileira é se projetar sobre a economia dos demais países da região.

Marini avalia que ocorre a consolidação de uma dupla divisão internacional do trabalho: na primeira, os centros imperialistas transferem parte de sua produção de manufaturados para as periferias. A consequência daquela é que “*cada avanço da indústria latino-americana afirmará (...) sua dependência econômica e tecnológica frente aos centros imperialistas*” (MARINI, 2012b, pág. 65). Já a segunda diz respeito à divisão do trabalho na própria América Latina. Uma vez que a industrialização no Brasil havia avançado muito mais que nos demais países da região, de acordo com Marini, consolida-se também uma divisão de trabalho dentro da América Latina. Quanto a esse caso, Marini afirma que

se estabelecem níveis ou hierarquias entre os países da região, segundo os ramos de produção que se desenvolveram ou estão em condições de se desenvolver, negando aos demais o acesso a ditos processos de produção para torná-los simples mercados consumidores. As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados à metrópole para explorar os povos vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, que atualmente o regime argentino procura imitar (MARINI, 2012b, pág. 65).

Do ponto de vista econômico, podemos notar que, para Marini, o subimperialismo está intimamente conectado a um problema de *realização* de mercadorias. Por um lado a redefinição da divisão internacional do trabalho amplia a oferta de produtos industriais produzidos por meio de tecnologia amortizada, mas por outro, devido à superexploração da força de trabalho e à política recessiva, essa oferta não consegue ser realizada. A integração regional permitira, portanto, interligar os principais mercados consumidores dos produtos brasileiros e realizar as mercadorias.

FIGURA 02 - Campanha de promoção das exportações realizada pela CACEX

FONTE: FGV (1965)

Como utilizar a capacidade ociosa de sua indústria?

Você já considerou sèriamente a possibilidade de exportar os seus produtos? Não seria o meio lucrativo de aproveitar integralmente a capacidade de produção de sua indústria? O mercado internacional é o melhor freguês que você pode encontrar. Exportar é um grande negócio! No “Balcão do Exportador”, da CACEX, você terá orientação, informações e ajuda, sem despesas. Anote êste assunto em sua agenda.

exportar é a solução!

COOPERAÇÃO DESTA PUBLICAÇÃO COM O
CONSELHO NACIONAL DE PROPAGANDA

Vale a pena procurar a CACEX — Av. Pres. Vargas, 328 — Sala 1401 — Rio • Av. São João, 32 — 18.º andar — SP

Marini expõe que a busca por impulsionar as exportações de manufaturados já estava presente antes mesmo do golpe de 1964, mas era um expediente contingente: uma vez

que a economia voltasse e o mercado interno se expandir, a necessidade de expandir as exportações diminuiria. De acordo com Marini:

A partir de Castello Branco, pelo contrário a burguesia trata de compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno coma incorporação extensiva de mercados já formados – como, por exemplo, o uruguaio. A expansão comercial deixa de ser, assim, uma solução provisória e complementar à política reformista e converte-se na própria alternativa às reformas estruturasi (MARINI, 2012b, pág. 129-130).

Isso fica evidente já no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) formulado pelo ministro Roberto Campos nos primeiros meses do governo Castello Branco. No capítulo acerca da política de comércio exterior há seguidas referências à necessidade do país a ampliar suas exportações.

No que diz respeito à exportação, há dois aspectos a considerar: dos preços e do volume físico. Dificilmente as medidas tomadas internamente poderão influir sôbre os primeiros, mas as perspectivas do volume físico são animadoras desde que o país se empenhe num grande esforço de conquista e expansão de mercados, principalmente da ALALC (BRASIL, 1964, pág. 130).

Dentre as propostas do programa do governo de Castello Branco para as exportações, as exportações de manufaturados possuem atenção especial e há previsão de financiamentos à exportação e produção de “manufaturados exportáveis” (BRASIL, 1964, pág. 132).

Podemos perceber que, em sua análise econômica, Marini expõe uma interpretação de como os problemas de uma economia dependente, como a brasileira, são repostos no processo de crescimento econômico sem serem resolvidos. A estratégia de crescimento econômico acelerado aparece como “fuga para frente” em que, *a priori*, o crescimento deveria resolver os problemas da economia, mas acaba aprofundando-os e deformando a sociedade. Junto à exportação de manufaturados, Marini também aponta outros dois expedientes utilizados para contornar o problema de realização:

1. a intervenção cada vez maior do Estado na criação de mercado através de obras de infraestrutura e de interesses social (moradia etc.) e, em determinadas condições, através da compra de armamentos (...);
2. a distribuição regressiva da renda, a fim de aumentar o poder de compra dos altos grupos (MARINI, 2012b, pág. 39).

A teoria do subimperialismo de Marini foi inovadora à sua época, pois apontou que a economia brasileira, e particularmente sua indústria, seguiriam crescendo durante a ditadura, ainda que esse crescimento ocorresse aprofundando as já graves contradições do capitalismo dependente. Logo, representou um importante contraponto as análises de

alguns autores, dentre os quais o principal era Celso Furtado, que formularam a hipótese de que o país poderia passar por um processo de “pastorização” da sua economia após o golpe de 1964, ou seja, a destruição da sua indústria e o avanço da economia agrária (FURTADO, 1979, pág. 16).

O subimperialismo também possui elementos políticos. Marini concentra sua atenção no apoio que o Brasil teria oferecido aos diversos golpes militares que se seguiram ao ocorrido no país (MARINI, 2012, pág. 42-43). Com isso, o Brasil se consolidaria como líder regional e ponte entre os Estados Unidos e a América do Sul. A difusão de ditaduras apoiadas pelo Brasil garantiria certo nível de concertação das políticas regionais sob hegemonia brasileira e americana.

Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra também contribuíram na formulação do conceito de subimperialismo. A análise de Theotonio busca complementar a análise de Marini, uma vez que este teria voltado sua atenção mais para as contradições geradas entre o país subimperialista e aqueles países que seriam objeto de sua dominação do que para as contradições que há entre o centro subimperialista e o centro imperialista (DOS SANTOS, 1973, pág. 101). Para Theotonio, o subimperialismo é um expediente de risco para o próprio centro imperialista, uma vez que

Desarrollar un centro subimperialista como Brasil significa transferir a este país, como unidad nacional, algunos mecanismos de decisión cuya dinámica puede producir una contradicción creciente con la condición dependiente. Si el centro subimperialista adquiere una autonomía relativa muy acentuada, será difícil garantizar su subordinación. Se trata, pues, de un problema de dosificación: limitar las funciones del centro subimperialista. No obstante, si se transfieren ciertos poderes a este centro, permitiéndole cumplir ciertas funciones limitadas, cómo garantizar que estos mismos poderes no sean utilizados contra el centro dominante? Y, em segundo lugar, cómo no depender demasiado de su poder intermediario? (DOS SANTOS, 1973, pág. 101).

As questões levantadas por Theotonio foram precisas e prenunciaram o que foi a resposta dos centros imperialistas à crescente movimentação dos países dependentes nos anos 1970 pela construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional que reformasse as instituições de Bretton Woods e facilitasse o desenvolvimento econômico. Ainda que os países dependentes se articulassem e inclusive conseguissem aprovar resoluções na ONU, elas não conseguiam ter consequências práticas uma vez que os países desenvolvidos não estavam dispostos a negociar os termos do que poderia ser uma nova ordem econômica (CERVO, BUENO, 2015, pág. 421). Como vimos, o neoliberalismo tinha por objetivo controlar os crescentes questionamentos à hegemonia

americana e ao próprio capitalismo que haviam se multiplicado a partir dos anos 1960. Com isso, a partir dos anos 1970 os centros imperialistas tratariam de reafirmar sua hegemonia e controlar, e até mesmo diminuir, a margem de ação que os países dependentes tinham na condução de suas políticas³⁵. Disso não se pode concluir que a nova ofensiva imperialista por meio do neoliberalismo tenha significado o desbaratamento do subimperialismo. Como veremos, assim como a própria economia passou por grandes transformações desde a crise do padrão industrial, também o subimperialismo passou por transformações e assumiu feições mais defensivas que ofensivas.

Quanto aos centros subimperialistas, Theotonio afirma que a expansão dos mercados externos combinada ao pequeno crescimento do mercado interno pode gerar reações nos países subimperialistas, particularmente dos setores populares que passariam a exigir também a dinamização do mercado interno. Com isso o subimperialismo cavaria sua própria cova, uma vez que dificilmente um país de capitalismo dependente conseguiria realizar as reformas necessárias para dinamizar o mercado interno e, na ausência dessas reformas, os movimentos populares nacionais tenderiam a crescer e já não poderiam ser contidos facilmente (DOS SANTOS, 1973, pág. 102). Theotonio não chega a afirmar precisamente, mas há a insinuação que esses movimentos organizados poderiam vir a solapar a própria estrutura do subimperialismo e do capitalismo dependente por meio da tomada de poder.

O autor também aponta que o subimperialismo exacerba o caráter explorador do capitalismo, uma vez que os países mais periféricos estariam sujeitos tanto ao imperialismo dos grandes centros do capitalismo quanto ao subimperialismo. Para Theotonio: *“Los países sometidos tendrían que pagar una carga extra, superior a la que ya tienen”* (DOS SANTOS, 1973, pág. 102).

³⁵Comentando sobre as transformações econômicas ocorridas no capitalismo a partir do fim dos anos 1970, particularmente a reorganização da finança e seu impacto sobre os países dependentes, Cerro e Bueno afirmam que os países desenvolvidos: *“Criaram, ademais, a situação de estrangulamento do processo [de desenvolvimento] como um todo, pela via da espoliação financeira, forma indireta de controle e manutenção da dependência, de impor acomodações nocivas, de limitar a margem de manobra externa dos povos atrasados”* (CERVO, BUENO, 2015, pág. 422). O único reparo que faríamos a essa afirmação diz respeito ao “processo de desenvolvimento” a que os autores fazem menção: ainda que o neoliberalismo tenha sido decisivo para estancar o crescimento das periferias do capitalismo, não podemos ter a ilusão de que o “desenvolvimento” é um expediente que garantiria a superação da dependência, algo que já mencionamos anteriormente quando mencionamos o modelo do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” de André Gunder Frank.

Podemos perceber que a análise de Theotonio aponta que, ao contrário de resolver contradições de determinado país pela projeção internacional, o subimperialismo é um expediente que amplia as contradições do capitalismo dependente. A questão colocada por Theotonio é precisa pois evidencia que qualquer processo de integração exige um exercício de poder por parte dos envolvidos e aí se evidencia como as diferenças econômicas entre os países implicam em diferenças poder político. Ainda que na retórica dos acordos diplomáticos se preze pela afirmação de processos de integração “sem hegemonismos”, não há como negar que as assimetrias existentes mesmo entre países dependentes. De acordo com Theotonio:

En resumen, la hipótesis de la dependencia negociada en sus varidas formas [como o subimperialismo] acarrea un conjunto de contradicciones internas com el centro imperialista que anuncian un período de ajuste muy conflictivo. La visión idílica de la CEPAL, el BID y la UNCTAD, que trata de conciliar los intereses en juego y ignorar los tremendos em este proceso, se ve contrarrestada por el carácter combinado y desigual del desarrollo capitalista, que lleva inevitablemente a la explotación de regiones y sectores más atrasados por los más concentrados y monopólicos. El proceso de integración internacional del sistema y la interdependencia más estrecha de los múltiples sectores productivos no eliminan la feroz competencia entre los diversos grupos económicos, sino que la intensifican. La dependencia se agudiza en los sectores más débiles del sistema, la explotación se acentúa en los más sometidos, y, pese a cierto ascenso general de la producción y la productividad generado por el adelanto técnico, aumentan las distancias entre las grandes masas de los centros explotadores y subexplotadores del sistema (DOS SANTOS, 1973, pág. 104).

A argumentação de Vânia segue pelo caminho proposto por Theotonio de apontar os limites do subimperialismo. A autora reconhece que o subimperialismo está intimamente ligado ao problema do mercado dos países dependentes, particularmente naqueles em que a industrialização tenha mais avançado. Indo para além dos aspectos econômicos, a autora aponta que o subimperialismo também deve ser seguido de uma política nacional de tom chauvinista que justifique o expansionismo do país e cita como exemplo o caso do apoio do governo brasileiro ao golpe na Bolívia em 1971³⁶. No entanto, para Vânia,

36Schilling descreve com detalhes o papel que o Brasil teria cumprido no golpe de 1971: “*O grande estrategista do golpe, o general reformado brasileiro Hugo Bethlem, declarava em junho de 1971, quando da instalação da Assembleia do Povo, na Bolívia: ‘Estou totalmente a favor da intervenção brasileira na Bolívia’ (...). Pouco antes do golpe, O Estado de São Paulo analisava, pragmaticamente a situação: ‘O Brasil não poder perder sua imagem de grande potência. Para tanto, se a situação se tornar grave na Bolívia, cabe assumir o papel de guardião da democracia no continente e fazer valer, se necessário pela força, os fundamentos da civilização ocidental e cristã’*” (SCHILLING, 1981, pág. 66). Ainda de acordo com Schilling, o general Bethlem havia proposto um plano de tutela brasileira sobre a Bolívia “*como uma atitude de irmão maior*” e, para tanto, foram enviados armamentos para os próprios bolivianos realizassem a derrubada de Torres. Uma vez garantido o golpe se iniciou a segunda etapa da ocupação: a econômica, cujo principal expoente também era o general Bethlem que presidia a Câmara de

toda a política expansionista desenvolvida pelos governos militares não seria capaz de resolver as contradições entre os “*interesses do capitalismo enquanto sistema nacional e seu caráter estruturalmente dependente*” (BAMBIRRA, 2013, pág. 203). Dessa forma, o subimperialismo envolveria recorrentes choques com a política exterior americana, uma vez que o Brasil se afirmasse como potência subimperialista, necessitaria dispor:

- 1) da capacidade de decisão sobre a orientação dos investimentos básicos realizados internamente, a fim de poder orientá-los no contexto de uma política econômica que corresponda aos interesses prioritários do capitalismo nacional em seu conjunto;
- 2) da capacidade de implementar, no plano internacional, uma política de concorrência dirigida às metas de conquista do domínio sobre os países vizinhos, que lhe garanta pelo menos uma participação junto à hegemonia imperialista (BAMBIRRA, 2013, pág. 203).

Feita essa breve exposição do conceito do subimperialismo, é importante também apontarmos equívocos gerados pelo conceito. Uma crítica muito comum nos anos 1970 foi a de que não haveria necessidade de desenvolver uma teoria do *subimperialismo*, uma vez que a teoria do *imperialismo* já fornecia os elementos necessário para compreender o fenômeno descrito por Marini. Para o autor:

A teoria leninista do imperialismo – ela própria um desenvolvimento da economia política marxista destinado a explicar as novas tendências do capitalismo mundial no início do século XX – é um ponto de referência obrigatório para o estudo do subimperialismo, mas não pode ser invocada para impedir que este estudo se concretize. E não pode sê-lo, entre outras razões, porque se refere ao *imperialismo*, e não ao *subimperialismo* (MARINI, 2012b, pág. 37).

Nesse esclarecimento, podemos perceber novamente a linha metodológica que perpassa as formulações da teoria marxista da dependência: estabelecer uma visão a partir da periferia para compreender os fenômenos sociais periféricos. A “aplicação” direta de teorias pré-concebidas não explica satisfatoriamente a dinâmica do capitalismo dependente e sua sociedade. Dessa forma, a teoria marxista da dependência reconhece a importância do conjunto de formulações do marxismo, mas não as toma como uma referência dogmática capaz de explicar quaisquer contextos históricos e sociais sem nenhum tipo de mediação teórica.

Outra crítica levantada à teoria do subimperialismo é o nível de autonomia em que operaria esse subimperialismo. O subimperialismo não garante somente maior subordinação à potência hegemônica ou somente maior expansão sobre os países mais

Integração Brasil-Bolívia (CIBRABOL), que em pouco tempo articulou a ida de diversos empresários brasileiros para La Paz e linhas de crédito por meio do Banco do Brasil (SCHILLING, 1981, pág. 67-68).

débeis. O nível de autonomia dentro do qual opera a política exterior segue sendo condicionado por diversos elementos e, portanto, só pode ser inferido a partir da avaliação histórica. Quanto a essa questão, Ruy Mauro aponta que o subimperialismo reproduz em escala mundial a cooperação antagônica que marca a relação entre as diferentes frações da burguesia. De acordo com Marini, os centros subimperialistas

estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico – os Estados Unidos –, ao mesmo tempo que colidem continuamente com este em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados (MARINI, 2012b, pág. 65).

Visto a partir da categoria da cooperação antagônica, o subimperialismo pode ser compreendido com a devida complexidade. Dentro desse binômio, a política externa do governo Castello Branco privilegiou a cooperação, ainda que, como mencionamos anteriormente, em alguns episódios pontuais tenha atuado baseada no realismo. A partir do governo Costa e Silva o antagonismo se acentua à medida que o país buscava ampliar a autonomia da sua política externa e acaba entrando em choque com a diplomacia americana em torno de algumas questões consideradas sensíveis por essa.

Podemos afirmar que o subimperialismo possui tanto elementos ofensivos – ou seja, aqueles que possibilitem uma ascensão na hierarquia da economia mundial, tais como expansão comercial, conquista de novos mercados, maior inserção em fóruns internacionais – quanto defensivos – aqueles que atuam de forma a evitar a queda na hierarquia da economia mundial, tais como perda de mercados externos, evitar grandes derrotas em fóruns internacionais.

Comentando sobre o fio condutor da política exterior brasileira que se inicia no governo Costa e Silva e segue, *grosso modo*, até o governo Sarney, Cervo e Bueno apontam para uma conclusão semelhante à apontada por Marini:

a política brasileira teve chance de movimentar-se externamente com desenvoltura na arena terceiro-mundista, mas suas metas levaram-na a operar igualmente em confronto e cooperação com o Primeiro Mundo, manobrando nas regras da ordem que não se reformava e driblando obstáculos que se sucediam (CERVO, BUENO, 2015, pág. 422).

Quanto à América Latina, a política exterior brasileira foi marcada por um forte conteúdo econômico. O Brasil se beneficiou dos primeiros anos de funcionamento da ALALC, o que fez com que suas exportações de manufaturados para os países da

Associação aumenta-se rapidamente. O periódico *Conjuntura Econômica* (1971) aponta que:

No que tange, de modo específico, à visão da ALALC, do lado brasileiro as perspectivas são excelentes, principalmente, em termos de reserva de mercado para um país de dimensões continentais e em fase de expansão continuada. Por exemplo, as exportações de produtos manufaturados acusam evolução constante – 1967 (43%), 1968 (46%), 1969 (73%) e 1970 previsão (75%). Essa circunstância já visualiza melhor participação no futuro, tendo em vista que o Brasil vem apresentando, no confronto com os demais países membros do Tratado de Montevidéu, características de país nitidamente industrializado, o que configura as vantagens potenciais de comércio que favorecerão a indústria nacional (pág. 53).

Em diversos anos o país apresentou vultosos saldos comerciais com os países da ALALC (a exceção é 1973 quando o país teve um pequeno déficit de US\$0,9 milhão), o que só veio a se alterar a partir de 1982 quando se aprofunda a crise da dívida em toda a região. Em 1984 o país volta a apresentar saldos comerciais com a região.

À medida que o avanço do processo de integração via ALALC vai estagnando, o que ocorre principalmente a partir de 1969 com a criação do Pacto Andino, o país aprofunda sua estratégia bilateral. Um exemplo da política bilateral brasileira do período foi a construção Usina Binacional de Itaipu (CERVO, BUENO, 2015, pág. 445).

Além da América Latina, o Brasil também adota uma postura de diversificação de suas relações econômicas internacionais. Cabe mencionar a ampliação das relações com a Europa Ocidental, particularmente com a Comunidade Econômica Europeia que em 1973 se tornou o principal parceiro comercial do país, e com quem o país negociou diversos acordo nucleares, distanciando-se das diretrizes americanas de congelamento do poderio nuclear (CERVO, BUENO, 2015, pág. 440). O país também aprofundou suas relações com a Europa Oriental e o Japão (CERVO, BUENO, 2015, pág. 442-443). Com efeito, é possível perceber que ao longo dos anos 1960 e 1970 o subimperialismo brasileiro alterou sua forma e o espaço sobre o qual incide.

Enquanto predominou o padrão industrial de reprodução do capital, o subimperialismo apresentou aspectos ofensivos. Quando aquele entra em crise, a partir do início dos anos 1980, esse também altera sua configuração e passa a ser mais defensivo. Com a crise da dívida externa e a aceleração inflacionária, a projeção mundial do país vai minguando e o subimperialismo assume uma feição defensiva. Já não se trata de ganhar novos mercados para os produtos brasileiros, mas evitar a perda de mercados externos e de poder.

Uma vez que os condicionantes históricos se alteraram a própria categoria do subimperialismo deve ser atualizada. Diversas análises recentes tem se debruçado sobre a categoria do subimperialismo e buscado atualizá-la. De acordo com Luce:

como fenômeno histórico, o subimperialismo apresentaria um desenvolvimento ao tempo, interregnos, momentos predominantes diferenciados. Em que cada uma das variáveis se apresenta de forma transformada. Porém, sua capacidade de metamorfosear-se não o desproveria de suas características definidoras, são elas mesmas que, seguindo seu curso em relação com as outras, transformam-se no tempo. Um fenômeno vivo, repleto de contradições, as quais em seu conjunto ajudam a explicar a dinâmica do capitalismo dependente (LUCE, 2011, pág. 192).

Há que considerar que o próprio Marini tratou de atualizar suas formulações acerca do subimperialismo. Em 1977, após se deter na análise da divisão internacional do trabalho que emergia após a Segunda Guerra Mundial, Marini menciona que o esquema centro-periferia, formulado pela CEPAL, em que a periferia produzia bens primários para os mercados centrais e deles importava manufaturas, já não dava conta de explicar a estrutura da economia mundial, uma vez que havia países periféricos que também produziam manufaturas. Surgem centro medianos de acumulação que vão constituir os centros subimperialistas (MARINI, 1977, pág. 8). Com isso, a análise de Marini já não fica mais restrita somente ao caso do Brasil, mas também aponta que o Irã e Israel são centros subimperialistas e que Argentina e México teriam “traços” subimperialistas (MARINI, 1977, pág. 19).

O cientista político norte-americano Daniel Zirker parte das teorias de Ruy Mauro Marini como fundamento teórico para analisar a política externa brasileira dos anos 1980 e reforça que o subimperialismo segue sendo um marco nas relações internacionais do país (ZIRKER, 1994).

Mais recentemente cabe destacar a importante contribuição de Luce (2007; 2011; 2012; 2014), que analisou diversas políticas de integração regional levadas a cabo pelo primeiro governo Lula a partir da perspectiva do subimperialismo de Marini e, mais recentemente se dedicou à análise teórica do assunto. Para Luce

o subimperialismo deve ser compreendido como um nível hierárquico do sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente (sua etapa superior), a partir da qual algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, mas passando também a se apropriarem de valor das nações mais débeis – além de transferirem valor para os centros imperialistas. Essas formações econômico-sociais que ascendem à condição de subimperialista logram deslocar contradições próprias do capitalismo dependente, de modo a assegurar a reprodução ampliada e mitigar alguns efeitos da dependência mediante

formas específicas do padrão de reprodução do capital e uma política de cooperação antagônica com o imperialismo dominante, nas diferentes conjunturas, sem questionar, contudo, os marcos da dependência, mas pleiteando uma autonomia relativa para o Estado subimperialista (LUCE, 2014, pág. 46).

Na definição de Luce, o aspecto econômico enfatizado já não é mais a exiguidade do mercado consumidor nacional, mas a relação que a economia subimperialista dentro da economia mundial, o que a permite capturar valor produzido em economias mais débeis. Logo a formulação de Luce é mais ampla que a de Marini, que formula um caso específico da apropriação internacional de valor. Luce também ressalta o aspecto político do subimperialismo, a saber, a tentativa de dirimir elementos próprios do capitalismo dependente por meio da construção de uma autonomia relativa dentro da economia mundial por meio da cooperação antagônica com o centro imperialista dominante combinada a uma política de conquista de hegemonia regional. Além disso, vemos que na definição de Luce, o subimperialismo aparece vinculado à categoria do padrão de reprodução do capital. Quanto a isso, Luce afirma que:

o subimperialismo, ao reativar a dinâmica do capital na conjunção das suas variáveis, articula-se como uma forma do padrão de reprodução do capital. Em outras palavras, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização são a síntese da lógica subimperialista, cujos traços característicos cumprem uma função no sentido de assegurar a reprodução do capital em escala ampliada (...) Assim, o fenômeno subimperialista ocorre quando, na conjunção de suas variáveis, é reativada a dinâmica da valorização, contornando as contradições do capitalismo dependente. Em outras palavras, no contexto das contradições de uma economia medianamente industrializada do capitalismo dependente, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização dão forma subimperialista ao padrão de reprodução do capital (LUCE, 2011, pág. 13).

Uma vez que os fundamentos da teoria do subimperialismo “*restaram dispersos no conjunto dos escritos de Marini, sem um texto que trouxesse a palavra final do autor para o significado assumido pela categoria que ele cunhou*”, Luce também busca analisar mais precisamente quais seriam as condições necessárias para que uma economia dependente pudesse ser considerada subimperialista. De acordo com o autor:

podemos identificar cinco elementos determinantes, mediados pela ação do Estado, para a manifestação histórica do subimperialismo, na sua dimensão de política expansionista relativamente autônoma: a) a ascensão de um país dependente (...) para a condição de subcentro regional respondendo pelas pautas de acumulação mundial, ao se converter em subcentro da indústria pesada com certa escala de produção interna e certo grau de operação do capital financeiro; b) a unidade entre frações burguesas, por meio do deslocamento das suas contradições internas; c) a formulação de um projeto nacional subimperialista; d) a formação de trustes capitalistas nacionais, com a atuação do Estado como instrumento de intermediação

na vinculação da economia dependente ao imperialismo; e e) a condição de economia dependente que não apenas representa transferência de valor para as economias imperialistas, mas também se apropria de valor das nações mais débeis (LUCE, 2014,pág. 52-53).

Outra atualização necessária à teoria do subimperialismo diz respeito à questão da exiguidade do mercado interno, a ser compensada pelas exportações para o mercado externo. De acordo com Bueno e Seabra, a reestruturação produtiva ocorrida nos anos 1990 acompanhada de uma ampla centralização de capitais gerou e/ou impulsionou grandes empresas transnacionais brasileiras (Ambev, Gerdau, Ultragás, Cosan, Vale, Marcopolo, OAS, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, PETROBRAS), que passaram a disputar mercados internacionais. Dessa forma:

O aumento da composição orgânica das empresas brasileiras multinacionais ampliou a escala da massa de valor em busca de valorização, recolocando a insuficiência e estreiteza do mercado interno brasileiro para a continuidade do processo de acumulação, não mais relacionada à realização das mercadorias (esfera da circulação) como teorizou originalmente Marini, mas à insuficiência de oportunidades de novos investimentos no mercado interno, remetendo diretamente à esfera da produção. Este processo se reflete na brusca elevação dos investimentos diretos brasileiros – IDB no exterior (...) (SEABRA, BUENO, 2009, pág. 7)

As mudanças no formato do subimperialismo brasileiro ocorrem em linha com as mudanças ocorridas dentro da política externa a partir do fim dos anos 1980. Com o avanço do neoliberalismo, a política exterior brasileira iria passar por um longo período de reformulação e busca de uma nova identidade, algo definido por Cervo como uma “dança de paradigmas” em que se notabilizaram duas posições principais: aquelas mais próximas à continuidade do processo de abertura da economia brasileira com o mundo e aquelas mais críticas ao neoliberalismo no campo das relações internacionais. Por fim, cabe perceber que a primeira linha que ganhou mais força dentro do Itamaraty, particularmente com as gestões de Celso Lafer, a gestão de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Felipe Lampreia (CERVO, BUENO, 2015, pág. 490).

Dentro dessa nova configuração da política exterior brasileira ocorre uma aproximação com os países desenvolvidos, principalmente por meio da integração de novos temas à política exterior como direitos humanos, aceitação de restrições a questões militares, meio ambiente e propriedade intelectual. No caso do governo Collor, houve uma grande aproximação com os Estados Unidos e um afastamento dos países “terceiro-mundistas” (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011, pág. 71). Com isso, o Brasil teria deixado de buscar ser “o primeiro entre os últimos” para ser o “último entre os primeiros”.

Contraditoriamente, um aspecto importante da política exterior do governo Collor e que se mantém nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso é a aproximação com a América do Sul. De acordo com Doratioto e Vidigal:

Quanto à vizinhança, Collor concebia que o grande espaço imediato era a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul, daí a crescente importância do processo de integração latino-americana que pretendia aprofundar em seu governo, o qual seria acompanhado da modernização das economias da região, vinculando-a aos protagonistas das mudanças internacionais (...) Collor tentaria, por meio do abandono dos princípios do desenvolvimentismo e da adesão ao liberalismo mais puro, agir simultaneamente em favor da integração regional e da vinculação da região ao mundo globalizado (DORATIOTO, VIDIGAL, 2014, pág. 115).

Desde sua gestão como chanceler que FHC havia explicitado a importância que o MERCOSUL teria para o Brasil. Já à época, Cardoso interpretara o MERCOSUL como uma *“plataforma de inserção competitiva no plano mundial, e a perspectiva da possibilidade de integração com outros países da região”* (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011, pág. 97). Dessa forma, é possível concluir que junto à aproximação ocorrida com os países desenvolvidos, particularmente os Estados Unidos, a política externa brasileira para a América do Sul *“não deixa dúvidas sobre a continuidade do processo de integração platina, cone-sulina e sul-americana, sob inspiração brasileira”* (DORATIOTO, VIDIGAL, 2014, pág. 122).

O segundo mandato de FHC assume uma postura mais “sul-americana”. Essa inflexão da política exterior brasileira deve ser compreendida como desdobramento da crise econômica de 1998/1999, que forçou o país a promover a desvalorização cambial e aumentou a dívida externa cotada em dólares. Essas mudanças no cenário macroeconômico fazem com que FHC, parafraseando o grito do Ipiranga, declare que *“é exportar ou morrer”*³⁷. A escolha por se aproximar aos países sul-americanos para promover as exportações brasileiras novamente permitem antever seu caráter subimperialista. O auge desse “momento sul-americano” de FHC é a I Reunião de Presidentes da América do Sul, ocorrida nos dias 31 de agosto e 1 de setembro de 2000 em Brasília.

Com essa reunião o Brasil evidenciou sua disposição de construir uma “Nova América do Sul”. Em artigo publicado no *Valor Econômico* no dia 30 de agosto de 2000, o então presidente FHC afirma que *“A integração – comercial e física – é fator essencial para o*

³⁷Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-exportar-ou-morrer-diz-fhc,20010823p39526>> Acessado em 31/12/2016.

futuro da América do Sul” (CARDOSO, 2000, pág. 228). Quanto à primeira, FHC menciona a intenção de constituir um “espaço econômico ampliado” na região por meio do estabelecimento de um tratado de livre-comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. De acordo com Cardoso, esse acordo seria a “espinha dorsal” da América do Sul. Já quanto à integração física, na reunião de Brasília ocorre o lançamento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA). O resultado do avanço dessa integração seria o “*redesenho da geografia econômica da América do Sul*” (CARDOSO, 2000, pág. 228-229).

Quanto ao tratado de livre-comércio entre os dois blocos, eles foram realizados principalmente entre o MERCOSUL e os demais países da região, o que fez com que já ao fim do governo Lula a América do Sul fosse praticamente uma zona de livre-comércio (MRE, 2010). Quanto à IIRSA, de acordo com Padula, as formulações iniciais da IIRSA estão atreladas ao regionalismo aberto cepalino³⁸ (PADULA, 2011, pág. 151). A IIRSA previa a criação de 10 “Eixos de Integração e Desenvolvimento”³⁹ e dentro de cada um desses eixos estavam detalhadamente descritos diversos projetos de infraestrutura e de marcos regulatórios a serem implementados que potencializariam a integração sul-americana. Dos 10 “eixos” apenas 3 não contemplam diretamente ações no território brasileiro. Em 2002, com a II Reunião de Presidentes Sul-Americanos mais detalhes quanto ao funcionamento e financiamento da IIRSA são acordados e em 2003 se inicia a execução dos projetos.

É nesse contexto de uma inflexão “sul-americana” iniciada ainda no governo FHC e de crise do neoliberalismo na região que Lula vence as eleições em 2002 e aprofunda a diplomacia Sul-Sul e, com ela, o subimperialismo brasileiro.

38O regionalismo aberto foi uma teoria desenvolvida pela CEPAL no início dos anos 1990 em que se nota claramente a influência do neoliberalismo e a defesa do livre comércio. De acordo com o documento *O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe*, o regionalismo aberto seria um “*processo que surge ao serem conciliados a interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial e a que é basicamente impulsionada pelos sinais de mercado, resultantes da liberalização comercial em geral. O que se busca com o regionalismo aberto é que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas tendentes a elevar a competitividade internacional, além de complementares a ela*”(CEPAL, 2000, pág. 945). A diferença entre o regionalismo aberto e a simples abertura comercial é que “*ele inclui um ingrediente preferencial, refletido nos acordos de integração e reforçado pela proximidade geográfica e pela afinidade cultural dos países da região*” (BIELSCHOWSKY, 2000, pág. 945).

39Os eixos são os seguintes: Eixo Andino, Eixo do Sul, Eixo Interoceânico Central, Eixo Mercosul-Chile, Eixo Peru-Bolívia-Brasil, Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, Eixo do Escudo Guiano, Eixo Andino do Sul, Eixo Interoceânico de Capricórnio, Eixo do Amazonas

Há que fazer menção também ao duplo papel que a finança cumpre dentro do subimperialismo atualizado. Se levarmos em consideração que importantes fundos de pensão são relevantes acionistas dessas transnacionais brasileiras (a título de ilustração podemos citar a Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, que é acionista da Vale, BRF, AMBEV, PETROBRAS, EMBRAER, dentre outras) vemos que, por um lado, a finança impulsiona o subimperialismo. No entanto, levantamos a hipótese de que a parcela de valor apropriada das nações mais débeis por meio do subimperialismo atualizado é diminuta frente aos vultosos recursos destinados à finança,

Dessa forma, o subimperialismo atualizado, assim como o anterior, não representa uma superação das contradições próprias do capitalismo dependente. O avanço da finança e as transformações que se seguiram na economia e no Estado, elementos discutidos no capítulo 2, fazem com que a dependência frente ao imperialismo hegemônico seja potencializada, o que fica evidente nos elevados pagamentos de juros da dívida interna. De acordo com Paulani:

não precisamos mais da troca desigual [até 1930], que caracterizou a segunda e, parcialmente, também a terceira fase de nossa inserção externa [até o fim dos anos 1970], para transferir renda para o Centro (...). Tampouco precisamos dos juros escorchantes cobrados pelos credores externos, característicos da quarta fase [a partir de 1979]. A combinação de câmbio flutuante com elevadíssimas taxas de juros faz isso agora de modo muito mais eficiente (PAULANI, 2012, pág. 98).

Na seção a seguir analisaremos como o subimperialismo se desenvolveu durante o governo Lula por meio das ações do Estado como sua política externa, sua política econômica e atuação de estatais.

3.3 O subimperialismo no governo Lula

Pouco antes do fim de 2010, todos os ministérios do governo Lula divulgaram um amplo balanço das ações desenvolvidas entre 2003 e 2010. O balanço elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores inicia mencionando as conquistas da política exterior do governo Lula e alguns elementos importantes para compreendê-la. O documento afirma que a política externa foi orientada pela concepção de que “*o Brasil deve assumir um papel crescente no cenário internacional, projetando sua imagem externa ativa e soberana*” (MRE, 2010, pág. 18). O balanço busca articular as políticas internas e externas, particularmente a partir da crise econômica de 2008, momento em que o país teria contrariado “*preceitos neoliberais, reagindo com indispensáveis intervenções do*

Estado, internamente, e propondo maior coordenação das políticas internacionais” (MRE, 2010, pág. 18).

A coerência da política externa teria sido garantida por meio do estabelecimento de quatro eixos fundamentais: a) afirmação da América do Sul como eixo prioritário e do MERCOSUL como núcleo central da política externa; b) retomada das relações com a África Ocidental; c) percepção da Ásia como novo centro dinâmico da economia mundial e d) manutenção das relações históricas com América do Norte e Europa, particularmente no esforço de reforma da *governança* política e econômica global (MRE, 2010, pág. 18). A seguir resumiremos algumas das ações relacionadas à América do Sul.

O balanço realizado pelo Itamaraty é explícito ao afirmar a integração sul-americana como um *“objetivo estratégico da política externa brasileira”* e ao postular a expectativa de que a integração resulte em desenvolvimento socioeconômico, maior competitividade das economias nacionais e a preservação da paz na região (MRE, 2010, pág. 18). No entanto, percebe-se que a integração regional não é um fim em si mesma para a política externa brasileira, uma vez que se espera que ela permita o *“fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais”* (MRE, 2010, pág. 18). Ou seja, se por um lado o Brasil espera ganhos econômicos com a integração, por outro, ela é vista como um objetivo intermediário para a projeção mundial da política externa.

Ao mencionar a cooperação regional em termos de infraestrutura, o documento reconhece que *“vários projetos na América do Sul são executados em parte, ou no todo, por construtoras brasileiras”* (MRE, 2010, pág. 19). De acordo com o documento, há mais de 80 financiamentos realizados para empreendimentos de infraestrutura na região, o que totaliza cerca de US\$ 10 bilhões em projetos já aprovados (MRE, 2010, pág. 22).

O documento reforça a importância da integração física da região por meio da construção de pontes internacionais e por meio de corredores de exportação que possibilitem a conexão dos oceanos Atlântico e Pacífico, o que *“trará diversas externalidades positivas para o continente”* (MRE, 2010, pág. 19).

Por um lado beneficiará a logística de exportações da região ao abrir alternativas de escoamento da produção, com menores distâncias, custos mais baixos e, consequentemente, maior competitividade dos produtos no mercado internacional. (...) Outra importante iniciativa brasileira para a integração física sul-americana

concentra-se na concessão de financiamentos a projetos de infraestrutura. Vários financiamentos oficiais brasileiros de exportações de bens e serviços são destinados a projetos de infraestrutura na região (MRE, 2010, pág. 19)

De acordo com o balanço, o resultados dessas iniciativas pode ser percebido no comércio e nos investimentos brasileiros para região. As exportações brasileiras cresceram 267,6% entre 2003 e 2010, passando de US\$10,1 bilhões para US\$37,1 bilhões. Durante o período, o superávit comercial com a região também aumentou: em 2003 ele foi de US\$2,5 bilhões e em 2010, US\$ 11 bilhões. Um aumento de 340%.

O estoque de investimentos brasileiros na região também aumentou durante o período: em 2003 o total de investimentos era US\$5,8 bilhões na região e em 2010, US\$12,8 bilhões. Cabe ressaltar que proporcionalmente, a parcela do investimento estrangeiro brasileiro para a região caiu: em 2003 ele era 10,6% do total dos investimentos estrangeiros brasileiros e em 2010, 6,8%. Essa queda ocorreu porque os investimentos brasileiros em outras regiões aumentou mais rapidamente, particularmente em paraísos fiscais (SEVERO, 2015, pág. 262).

Há que se destacar que as interpretações quanto à política exterior do governo Lula são diversas. Descartando as críticas conservadoras que reclamam o retorno de algum tipo de alinhamento com os países do centro do capitalismo, há três grandes interpretações acerca da política exterior de Lula: primeiramente, há aquelas que respaldam a política exterior e apontam sua ruptura com o paradigma anterior; as interpretações que respaldam as mudanças na política exterior, mas que apontam sua insuficiência e a necessidade aprofundar seus elementos “desenvolvimentistas” e, por fim, aquelas que se posicionam criticamente frente a política exterior.

No primeiro grupo estão as formulações de importantes intelectuais vinculados diretamente ao Partido dos Trabalhadores (GARCIA, 2010), ao governo Lula (GUIMARÃES, 2006; AMORIM, 2011) ou intelectuais desenvolvimentistas (FIORI, 2013; VISENTINI, 2010).

Na interpretação de Garcia, a ascensão internacional do país estaria intimamente relacionada com as mudanças ocorridas nos elementos internos do país como sua política econômica que combinava “*a retomada do crescimento com forte distribuição de renda – a volta do desenvolvimento –, o controle da inflação, a redução da relação dívida interna/PIB*” (GARCIA, 2010, pág. 158).

Junto a essas mudanças internas a própria política exterior havia passado por importantes mudanças em suas diretrizes, cuja nova prioridade passou a ser “*uma forte aproximação com os 12 países que integram a América do Sul, dez dos quais fazem fronteira com o Brasil*” (GARCIA, 2010, pág. 159). A aproximação justificava-se pelo grande potencial energético da região, reservas de minerais, capacidade de produção de alimentos, reservas aquíferas e sua biodiversidade “*até agora pouco explorada*” (GARCIA, 2010, pág. 160). Além disso, a América do Sul também representava um grande mercado consumidor potencial, uma vez que as políticas dos governos da região apontavam para a redução da pobreza e da desigualdade (GARCIA, 2010, pág. 161). No entanto, para “explorar” esse potencial seria necessária uma ampla integração física, energética e produtiva da região. Aqui há uma referência implícita ao papel da IIRSA, impulsionada fortemente durante o governo Lula.

Bem reveladoras são também as posições expostas na tese de doutorado de Aloizio Mercadante, integrante do governo e um dos formuladores de tais políticas, “*As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: uma análise do governo Lula (2003-2010)*” (OLIVA, 2010). Trata-se de um documento com mais de quinhentas páginas que segue a mesma linha de Marco Aurélio Garcia. Na seção “*Novo Desenvolvimentismo no Brasil e Inserção Internacional Soberana*” lê-se o seguinte trecho:

Nesse sentido, o Novo Desenvolvimentismo no Brasil, embora contenha elementos nacionalistas, dada a sua ênfase política na soberania nacional e na eliminação da dependência e da vulnerabilidade externa, é decididamente mais internacionalista que o velho nacional-desenvolvimentismo, pois apoia a construção da nação na integração regional, em uma diversificação cada vez maior de parcerias comerciais e diplomáticas e em um protagonismo intenso nos foros de governança global e no cenário internacional. (OLIVA, 2010, pág. 33)

Marco Aurélio Garcia reconhece o papel central que o Brasil teria no avanço da integração regional, uma vez que

O fato de ser maior impõe ao Brasil maiores responsabilidades. Por ter compreendido e assumido essas responsabilidades diferenciadas é que o governo brasileiro se portou adequadamente em seus relacionamentos com a Bolívia, quanto à questão do gás, ou com o Paraguai, a respeito do uso da energia elétrica, para citar dois episódios com grande repercussão e alvos de incompreensão e da oposição de alguns (GARCIA, 2010, pág. 163).

Garcia reconhece que a integração regional exige do Brasil o exercício de poderes sobre a região de modo a garantir a convergência das políticas dos demais países rumo à integração. Podemos mencionar diferentes formas de exercício desse poder:

primeiramente, por meio de uma postura expansiva e assimétrica ou por meio de algum tipo de cooperação entre os países envolvidos, denominada por Padulla de “liderança hegemônica” (PADULLA, 2011, pág. 215). Essa liderança hegemônica envolve inclusive a concessão em determinados pontos por parte do país líder, de forma neutralizar as resistências ao avanço mais amplo da sua liderança. A nosso ver, esse é o papel que o Brasil cumpriu na América do Sul durante o governo Lula, o que é aceito pelo próprio chanceler Celso Amorim

Entre as dimensões do poder, está o desejo de exercer o poder. Se não houver esse desejo – não é dominar; é você falar, ter influência, contribuir para a solução de questões – ,todas as condições objetivas podem estar dadas, mas não valerão de muito. Essa é também uma das características da atual política externa do presidente Lula: há um desejo de exercer o poder. Poder é uma palavra muito pesada, dá a impressão de que você vai desembarcar com tropas ou impor sanções econômicas. Não é isso. Estou falando de exercer sua influência positivamente. Em geral, temos feito isso. Foi assim em relação à Venezuela e à Bolívia (AMORIM, 2011, pág. 34).

Amorim também aponta a mudança estratégica que houve em aprofundar os contatos com a América do Sul e não com a América Latina, região a que a Constituição Federal de 1988 faz menção em suas cláusulas pétreas⁴⁰. Com a entrada em vigor do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA) que incluiu o México, a ideia de integração latino-americana ficou mais distante, uma vez que houve um aprofundamento das relações desse país com Estados Unidos e Canadá e certo distanciamento quanto ao restante da América Latina.

Quanto a América do Sul, havia dois projetos de integração em disputa: a ALCA e as tentativas de constituição de um “*espaço econômico-político sul-americano*” algo que seria uma “*expansão do Mercosul*” (AMORIM, 2013, pág. 125). Quanto à primeira, Amorim aponta que as negociações tomaram um curso que se mostrava muito preocupante para o Brasil, uma vez que as demandas brasileiras não eram aceitas pelos Estados Unidos. Frente a essa constatação o ex-chanceler afirma que buscou construir “*uma alternativa aceitável à proposta da Alca que estava sobre a mesa*” (AMORIM, 2013, pág. 61). A proposta de Amorim recebeu o apelido de “ALCA *light*”. Curiosamente, Amorim menciona que as maiores resistências não vieram dos negociadores americanos, mas do *front* interno particularmente do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que se mostrava aberto à aceitação da proposta americana

⁴⁰Em seu artigo 4º, parágrafo único, a CF/88 determina que: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

(AMORIM, 2013, pág. 69). Aqui fica evidente que a posição do governo Lula quanto a ALCA não foi simplesmente de oposição, mas de uma tentativa de contornar as divergências e atenuar as propostas que afetavam negativamente a economia brasileira. Na avaliação de Amorim

ao defendermos a transformação do projeto original da Alca em algo mais pragmático e compatível com a manutenção de nossa autonomia para traçar projetos de desenvolvimento, demos um golpe de jiu-jítsu nas negociações. É que o projeto da Alca, como concebido originalmente, não era para ser nem pragmático nem equilibrado. Tinha natureza política além de econômica. Visava criar um espaço integrado em que os interesses econômicos norte-americanos continuassem a predominar, ao mesmo tempo em que demarcava nitidamente uma área de hegemonia dos Estados Unidos (AMORIM, 2013, pág. 74).

Essa postura se faz clara, por exemplo, quanto ao rumo das negociações sobre a Rodada de Doha, em que o governo brasileiro transpareceu aceitar a ampliação da abertura comercial nacional em troca do fim dos subsídios agrícolas dos países centrais.

Talvez nenhuma outra área de comércio esteja sujeita a tanta discriminação quanto a agricultura. Distorções no comércio agrícola não apenas causam malefícios aos países em desenvolvimento ao negar-lhes oportunidades de acesso a mercados. (AMORIM, 2011, pág. 28)

Na realidade, o chanceler Celso Amorim parece aceitar o livre-comércio entre os países como princípio básico das relações econômicas internacionais. No entanto, há a tentativa de regular o comércio internacional de modo a garantir que ele cumprisse algum tipo de função social, somando à racionalidade econômica do custo-benefício aspectos sociais e de equidade. Em discurso na V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio, Amorim afirma que a política externa brasileira buscaria

...fazer do comércio e da liberalização comercial instrumentos de mudança social. O comércio precisa ser uma ferramenta não apenas para a geração de riqueza, mas também para a sua distribuição de maneira mais equitativa. (AMORIM, 2011, pág. 27).

Quanto à proposta do “espaço econômico sul-americano”, havia a percepção de que ele não poderia ficar restrito ao Cone Sul e com o governo Lula houve grande esforço diplomático de convencer os diversos países da região a iniciar os diálogos para ampliar a integração comercial e de infraestrutura da região. O grande contraponto ao formato de integração comercial proposto pelo Brasil era a Venezuela, que via nesse formato a continuidade de posturas neoliberais (AMORIM, 2013, pág. 126). Um primeiro fruto das tratativas de integração regional foi a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) que em 2008 seria substituída pela UNASUL.

Junto à prioridade conferida à América do Sul, Garcia também menciona a prioridade dada pelo governo Lula à África, algo para o que Amorim também chama atenção ao mencionar que o Brasil teria uma “dívida histórica” para com o continente devido aos milhões de negros escravizados enviados ao país (GARCIA, 2010, pág. 166; AMORIM, 2013, pág. 159). No entanto, o que se revela mais revelador da menção de Garcia sobre a África é seu oxímoro de que durante o governo Lula teria havido uma “*ofensiva diplomática*” sobre o continente por meio da qual: “*registrou-se não só um considerável incremento do comércio, mas também a crescente presença de empresas brasileiras na África*” (GARCIA, 2010, pág. 166). Novamente, a posição de Garcia converge com a de Amorim quando esse teve de rebater as críticas de que a política exterior brasileira havia tido um giro “terceiro-mundista”. De acordo com o ex-chanceler: “*O que alguns descartavam como ‘terceiro-mundismo’ constituía, na verdade, a projeção de nossos interesses (acompanhados de forte sentimento de solidariedade) junto a um continente repleto de oportunidades*” (AMORIM, 2013, pág. 146). Uma das empresas que percebeu que a África era um “continente repleto de possibilidades” foi a Odebrecht. De acordo com seu diretor Miguel Peres

As missões brasileiras à África eram impressionantes! Tinha missão a cada três meses. Há países, como a República Centro-Africana e Burkina Faso, aonde a gente nunca iria se não fossem as missões que o governo brasileiro tinha época. A gente só foi pra Gana porque o presidente Lula foi para lá primeiro (ROSSI, 2015, pág. 59).

A política externa brasileira também teria buscado atuar numa perspectiva multilateral que alterasse a geografia política mundial. Para tanto, Amorim menciona a criação do G-20 ainda nas negociações da Roda de Doha da OMC, o Ibas (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul) que serviria de base para o famoso BRICS, a que se juntaram Rússia e China (GARCIA, 2010, pág. 167; AMORIM, 2013, pág. 111). O reconhecimento de que a política externa do Brasil teria sido exitosa nessa empreitada seria a conversa ocorrida entre Obama e Lula na reunião do G20 em Londres, em que o presidente americano afirmou: “*That’s my man*”, ou seja, “*Esse é meu homem*”.

No segundo grupo de interpretações estão as formulações de Costa (2007; 2011), Padulla (2011) e Pomar (2013). Esses autores apontam os limites dos projetos de integração física, particularmente a IIRSA, que implicam numa maior ligação do subcontinente com os mercados externos e em que haveria pouca participação dos Estados nacionais em sua elaboração e execução (PADULLA, 2011, pág. 278). Sem formas de planejamento e financiamento estatais esses projetos poderiam ampliar a

dependência dos países em relação aos países centrais, uma vez que importantes elementos estratégicos seriam planejados alhures e tendo em mente objetivos que não necessariamente seriam convergentes com políticas de desenvolvimento de longo prazo (PADULLA, 2011, pág. 176).

A integração física deveria ser compreendida como um momento da integração econômica regional, que deveria ser marcada pela ampla retomada da industrialização por meio de um “keynesianismo regional” (PADULLA, 2011, pág. 264) que priorizasse um tipo de comércio “intrarregional estratégico”, ou seja, que ampliasse a possibilidade de industrialização dos países da região e não a simples abertura comercial unilateral, que havia gerado a desindustrialização regional e a especialização produtiva (PADULLA, 2011, pág. 242).

Para tanto, o Estado deveria ser fortalecido e dotado de ampla capacidade de planejamento e execução de programas industrializantes que permitissem a utilização dos amplos recursos disponíveis na região. Pomar chega a propor um “PAC latino-americano” que impulse o aspecto de “esquerda” da política externa brasileira e dirima os elementos “subimperialistas” presentes nela (POMAR, 2010, pág. 33). É importante notar que Pomar reconhece que os interesses privados brasileiros se reverberam na política externa brasileira por meio do subimperialismo. Para evitar esse avanço da direita na política externa seria importante: abrir espaços para que a esquerda hegemonizasse as políticas de Estado; estimular um viés latino-americano e caribenho; reafirmar o caráter imperialista da política das metrópoles; impulsionar a dimensão cultural e popular de massa do internacionalismo e apoiar a política externa e manter uma “*atitude de permanente ‘vigilância e pressão’*” (POMAR, 2010, pág. 35). O papel do Estado também é evidente nas formulações de Pomar. O Estado dotado de instrumentos de planejamento e execução de políticas públicas poderia ser capaz de atingir uma forma de racionalidade mais ampla que a dos capitalistas particulares. Com isso, o Estado seria um instrumento muito importante no desenvolvimento capitalista de longo prazo, algo que, para Pomar, é pré-requisito para uma revolução socialista. De acordo com o autor:

às vezes se trata também de defender os interesses do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, contra os capitalistas individuais que buscam o lucro imediato e impedem uma atuação de longo prazo do Estado, mesmo naquilo que os interessa no longo prazo. Por exemplo, as concessões feitas ao Paraguai e à Bolívia, no médio

e longo prazo serão úteis ao grande capital brasileiro, inclusive para os que reclamaram (POMAR, 2010, pág. 35).

As formulações do engenheiro Darc Costa nos parecem guardar semelhança com aquilo que Ianni chamara de “modelo neobismarckiano” de desenvolvimento do capitalismo (IANNI, 1984, pág. 55) em que a ideia de Estado planejador e de nacionalismo atingem o paroxismo. Costa prevê o surgimento de um “Megaestado” por meio da integração sul-americana e que terá forte caráter expansionista. De acordo com Costa:

A integração dos países sul-americanos, dará para o Megaestado resultante desse conjunto de países, primieramente, as seguintes condiçionantes estratégicas:

- Domínio da massa territorial sul do Hemisfério Ocidental;
- Domínio do Atlântico Sul e de suas ligações com o Índico e com o Pacífico Sul;
- Projeção sobre a África Ocidental, América Central e Caribe (pág. 95).

Junto a isso há que se considerar o “que” chauvinista de sua definição de “brasileiro”, que aguarda semelhanças com a de um “bandeirante”, que deveria povoar o interior do continente⁴¹:

somos de origem ibérica, o que nos faz todos apólogos do pensamento ocidental, Dons Quixotes, de onde podemos explicar o porquê de que no imaginário brasileiro, todos nós, brasileiros, somos todos heróis; ou seja, somos aqueles que buscamos o queremos ser e o somos (COSTA, 2007, pág. 88).

Por fim, há as formulações que nomeamos “críticas” à política exterior do período dentre as quais podemos destacar a de Dos Santos (2016) e Katz (2016). Em seu provocativo ensaio, Santos inicia sua crítica à política “ativa e ativa” mencionando que, para muitos, a política exterior do governo Lula era tida como um dos últimos traços progressistas do governo do Partido dos Trabalhadores (DOS SANTOS, 2016, pág. 48). Havia claras mudanças em relação a política exterior do governo FHC, mas “*as bases nas quais se assentou a proposição do ‘regionalismo desenvolvimentista’ são igualmente frágeis e contraditórias*” (DOS SANTOS, 2016, pág. 48).

O autor ressalta, como fizemos acima, que a opção pela América do Sul não se iniciou propriamente no governo Lula, já tendo emergido no governo FHC, particularmente por meio da IIRSA. A IIRSA foi impulsionada pelo governo Lula e agregada à UNASUL por meio do seu Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) com a intenção de aprofundar a influência dos Estados sul-americanos na elaboração e

41“Não exageramos ao afirmar que, povoar o interior do continente será a medida fundamental da eficácia de qualquer programa de desenvolvimento, e essencial para a integração e produtividade da indústria sul-americana” (COSTA, 2011, pág. 16)

execução dos projetos. Anteriormente, eles estavam a cargo principalmente de instituições multilaterais como o Bando Interamericano de Desenvolvimento.

No entanto, para Santos a motivação da IIRSA não deve ser buscada exatamente na integração física da região *per se*. Na realidade, a IIRSA⁴² seria um instrumento para ampliar a internacionalização das empresas brasileiras e aumentar suas exportações para a América do Sul, o que constituiria parte da famosa política do BNDES de promoção das “campeãs nacionais” (SANTOS, 2016, pág. 51).

Em 2003, o banco alterou seu estatuto para ofertar uma nova linha de crédito especial estimulando a inserção externa destas empresas, desde que promovessem as exportações brasileiras. Entre 2003 e 2009, o crédito com esta finalidade por meio do programa BNDES Exim saltou de 42 milhões de dólares para 1,26 bilhão de dólares, um aumento de cerca de 3000% (DOS SANTOS, 2016, pág. 51).

Assim, por meio da ação do BNDES e de outras instituições formuladores da política econômica, as grandes empresas brasileiras receberam vultosos recursos com o objetivo de ampliar a inserção internacional brasileira. Santos aponta que a política externa “ativa e altiva” representou

a pretensão de abrir brechas no espaço sul-americano que permitam conciliar soberania e imperialismo, replicando no plano internacional a mágica que o lulismo pretende operar no plano doméstico, conciliando capital e trabalho, burguesia e nação (DOS SANTOS, 2016, pág. 52)

Além de favorecer a inserção internacional brasileira, a política “ativa e altiva” ajudava a neutralizar articulações políticas mais à esquerda como a diplomacia do petróleo venezuelana e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).

Por último, cabe a mencionar a crítica de Katz que aponta o substrato economicista também das grandes expectativas existentes em torno da integração regional e de como

42De acordo com estudo desenvolvido pela Fundação Rosa Luxemburgo: “A IIRSA não deve ser vista como um pacote de projetos físicos. Mais do que isso, ela é uma ferramenta política do imperialismo que, por dentro dos Estados nacionais sul-americanos, de forma coordenada, impulsiona acordos econômico-políticos, para aumentar a escala dos atuais corredores de exportação e criar novos, especialmente na Amazônia, onde o jogo político é mais visível com o desmonte da regulamentação ambiental, com a imposição de restrições às territorializações impeditivas da territorialização única dos grandes negócios, e com a regularização da grilagem e do latifúndio e de todas suas práticas e modos criminosos, em suas ‘posses’ e em seus ‘Estados’. Isso quer dizer que a IIRSA oferece, além dos eixos físicos dos corredores de escoamento, novos marcos regulatórios para os setores de infra-estrutura (desde sempre estratégicos), novas formas de regulamentação social e ambiental, e, até mesmo, um nível admissível de ‘direitos’. A IIRSA é uma arma imperialista/sub-imperialista inteligente com embalagem de desenvolvimento e integração” (RLS, 2009, pág. 200).

A IIRSA já foi amplamente analisada inclusive por autores que se vinculam à teoria marxista da dependência e que afirmam seu caráter subimperialista como Luce (2007).

ela poderia ajudar a dirimir as graves contradições do capitalismo dependente latino-americano. Katz inicia sua crítica questionando: “*o enlace regional torna as metas que não foram alcançadas em cada nação mais viáveis? Por que o capitalismo regional corrigiria essas carências?*” (KATZ, 2016, pág. 252).

O questionamento de Katz vai de encontro à proposta do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães de que, para a política exterior do Brasil “*o objetivo, talvez maior, é não só promover a integração da região, mas promover o desenvolvimento econômicos desses países*” (GUIMARÃES, 2010, pág. 19). Como poderia a integração levar a um tipo de “desenvolvimento” que superasse a dependência, aspecto central das grandes contradições sociais latino-americanas? O raciocínio de Samuel possui duas faces que idealmente são facilmente combináveis, mas que na prática mostram-se contraditórias: por um lado predomina entre os Estados uma ampla competição pelos excedentes econômicos e pelo poder político, mas, por outro, na relação do Brasil com os demais países da região essa competição seria facilmente substituída por uma solidariedade. A questão é que dentro dos limites do modo de produção capitalista essa passagem da competição entre países para a solidariedade é praticamente impossível.

O argumento se torna mais crível se aceitarmos que a submissão à hegemonia brasileira seria um “mal menor” a submissão à hegemonia americana, por exemplo, o que também é algo questionável.

Katz responde o questionamento apontando a justificativa oficial que “*ressalta a maior escala dos mercados e a crescente capacidade de negociação internacional de um bloco regional*” (KATZ, 2016, pág. 252). Resta o questionamento: quem se beneficiaria de um mercado mais amplo e de maior capacidade de negociação internacional? Uma vez que as assimetrias regionais são mantidas e reproduzidas dentro dos blocos regionais, é de se imaginar que em ambos os casos o beneficiário principal seria o capitalismo brasileiro.

A título de balanço, é importante notar que as interpretações que respaldam a política exterior do governo Lula apontam que o contorno assumido pela política exterior do governo Lula teria dado cabo de gerar um novo momento para o país dentro da economia mundial, o que nos parece uma leitura exagerada.

Os intérpretes que reclamam de medidas tímidas e que é necessário aprofundar a ação do Estado na economia de forma a reindustrializar a economia parecem partir de uma

avaliação voluntarista: bastaria uma ampla ação política para que a indústria voltasse a se desenvolver e a economia brasileira finalmente voltaria ao caminho de onde saíra no início dos anos 1980, quando as forças políticas nacionais simplesmente abandonaram a industrialização. O argumento é parcialmente acertado porque a crise do padrão industrial de reprodução do capital envolveu uma determinada escolha política que preteriu a política econômica de industrialização. No entanto, há um componente que não pode ser desprezado que diz respeito as alterações ocorridas no próprio modo de produção capitalista, particularmente a reorganização das finanças.

A nosso ver as interpretações críticas quanto à política exterior do governo Lula se mostram mais coerentes com a realidade do período. Em importante levantamento dos investimentos estrangeiros realizados por empresas brasileiras entre 2000 e 2010, Santos e Sposito detectaram 104 operações de investimento brasileiro na América do Sul, das quais 8 eram realizadas por estatais (basicamente, operações da PETROBRAS). As demais 96 operações concentraram-se em operações de empresas de construção civil e indústrias de baixa tecnologia como indústria têxtil e plásticos (SANTOS, SPOSITO, 2012, pág. 246). Se levarmos em consideração a concentração regional dos investimentos produtivos estrangeiros poderemos notar que em 2010 a região concentrou 31% do total desses investimentos (FDC, 2011, pág. 15).

Quanto ao comércio exterior entre o país e a América do Sul podemos notar um padrão que sugere um mecanismo de *trocas desiguais*. O Brasil exporta para os países sul-americanos manufaturados, ao passo que importa principalmente produtos básicos. Esse padrão mostra-se muito particular, uma vez que quando analisamos o comércio exterior agregado do Brasil com o resto do mundo, em que predominam as exportações de *commodities* e as importações de manufaturados de alta tecnologia. De acordo com Carcanholo e Saludjan:

Un análisis de los datos del comercio entre Brasil y las otras economías de la región, para el período 1985-2009, muestra que el primero exporta cerca de 80% de productos industrializados para el resto de América del Sur, y que estos productos son bienes que contienen alta o media tecnología. El saldo comercial entre Brasil y el resto de América del Sur también vislumbra ese proceso para esas dos categorías (4 y 9 mil millones de dólares, respectivamente). Esta modificación ocurrió principalmente durante la década de 2000 (CARCANHOLO, SALUDJAN, 2013, pág. 60).

Para os autores, a consequência imediata dessa troca desigual é o estabelecimento de uma “dependência regional”. Junto ao subimperialismo os autores também apontam um

outro fenômeno que está ocorrendo na região: o avanço da reprimarização da pauta exportadora. A principal razão para essa especialização regressiva é o aumento da demanda de *commodities* por parte da China. Com efeito, isso torna mais evidente o aspecto defensivo do subimperialismo: as exportações de manufaturados para a América do Sul surgem como alternativa para evitar maiores perdas com a reprimarização das exportações. No entanto, como já vimos, o subimperialismo é um expediente contraditório e que não oferece uma alternativa a longo prazo para a economia dos centros subimperialistas. Os investimentos chineses na América Latina giram em torno de US\$ 10 bilhões, o que permite antever um avanço maior da presença chinesa na região nos próximos anos intensificando a competição com os manufaturados brasileiros.

3.4.O subimperialismo para além do Itamaraty

3.4.1 BNDES

O primeiro presidente do BNDES durante o governo Lula foi o economista Carlos Lessa, vinculado historicamente ao desenvolvimentismo cepalino. Ainda que sua passagem tenha sido curta pelo comando do banco, de janeiro de 2003 a novembro de 2004, foi na sua gestão que se iniciou a atuação do banco para financiamentos destinados para a América do Sul. No relatório anual de 2003 é possível perceber a menção que “*em consonância com as prioridades do governo federal, o BNDES participará da integração sul-americana e do fortalecimento das empresas brasileiras no cenário internacional*” (BNDES, 2004, pág. 17).

O BNDES tem sido um instrumento importante do processo de integração dos países do continente, ao dar suporte às ações integradoras, ora em fase de proposição e desenvolvimento. Nesse sentido, destacam-se o Acordo Marco assinado com o governo da Venezuela, o Memorando de Entendimentos firmado com o governo da Argentina e só entendimentos que vêm se desenvolvendo com o Peru e a Bolívia (BNDES, 2004, pág. 43).

Para a América do Sul, o banco menciona acordos com a Venezuela para exportação de equipamentos de geração de energia e serviços de engenharia num total de US\$ 145 milhões. Para o Equador, há menção ao financiamento para a construção da Hidroelétrica de San Francisco, no valor US\$ 245 milhões e para o Peru, um financiamento de US\$ 102,6 milhões para a exportação de tubos de aço para a construção de um gasoduto do projeto Camisea (pág. 43).

No relatório de 2004 não há menção à América do Sul. Na publicação de 2005, quando o presidente do banco era o economista Guido Mantega, já se nota algo previsto no relatório anual de 2003: a prioridade que o banco daria a financiamentos de exportação para a América do Sul. Da linha de apoio a exportações (um total de US\$ 5,8 bilhões), 84% foi destinado para bens e serviços destinados à América do Sul particularmente para os “*grandes projetos de infra-estrutura no âmbito da integração da América do Sul*” (BNDES, 2006, pág. 151). Além disso, houve um aumento de 52% para a linha de apoio para exportações em relação ao ano anterior. Começam a figurar na publicação a aceitação dos Convênios de Crédito Recíproco, um instrumento financeiro criado nos anos 1980 pela ALADI para facilitar o comércio intrarregional, mas que haviam tido pequena relevância até então⁴³. Dentre os projetos financiados está a ampliação de gasodutos na Argentina, a ser executada pela Odebrecht (US\$ 170 milhões) e a exportação de tubos de aço (US\$ 67 milhões), a construção do Aeroporto de Tena no Equador pela Odebrecht num financiamento de US\$ 50,4 milhões e atividades de modernização da agricultura venezuelana (BNDES, 2006, pág. 153)

Em 2006, para a América do Sul há a contratação de financiamentos num total de US\$ 690 milhões para a expansão de dois gasodutos na Argentina (BNDES, 2007, pág. 30). Em 2007, a carteira de operações do banco na América do Sul totalizavam US\$ 11,5 bilhões. É importante ressaltar que em novembro de 2007 é inaugurado o escritório do BNDES em Montevidéu com o objetivo de consolidar “*parcerias com outras instituições financeiras e agências de fomento, no apoio a projetos voltados à integração regional*” (BNDES, 2008, pág.84).

Em 2008 importantes alterações são realizadas na linha de exportações do banco, que totalizava US\$ 6,6 bilhões. O limite de empréstimo anual de US\$ 50 milhões por grupo econômico foi retirado, o que permitiu que o valor desembolsado nessa linha dobrasse em relação a 2007 (pág. 120), mesmo no ano em que a crise econômica mundial se inicia. Também nesse ano é criada a Área Internacional do banco e 2009 é aberta a subsidiária do banco em Londres (BNDES, 2010, pág. 150). Em 2010, o volume total da

43De acordo com o documento de balanço da política exterior brasileira, “*Nos últimos 10 anos, o curso de financiamentos oficiais brasileiros pelo CCR já viabilizou, com custos atrativos para países da América do Sul, bem como para a República Dominicana e o México, o enquadramento de mais de 40 operações, em valor superior a US\$ 8 bilhões, destinados à concretização de projetos de transporte, energia e saneamento, além da exportação de aeronaves e outros equipamentos de transporte*” (MRE, 2010, pág. 53).

linha de exportações atingi seu recorde histórico desde sua criação em 1990, US\$ 11,3 bilhões.

A partir dessa breve análise dos *Relatório Anuais* do BNDES, torna-se mais evidente que o banco foi um poderoso instrumento utilizado pelo país para financiar a expansão de suas grandes empresas seja indústrias ou construtoras na América do Sul. De acordo Novoa:

a absorção de mercados residuais dos países latino-americanos tornou-se crucial aos capitais que triangulam. O aprofundamento da abertura de mercados e a flexibilização das regulamentações domésticas acelera o reposicionamento das cadeias produtivas “brasileiras” no sub-continente e no mundo (NOVOA, 2009, pág. 197).

Se o BNDES irrigou as empresas brasileiras como maiores financiamentos para expandirem seus negócios com a região, a PETROBRAS representa um caso particular dessa expansão uma vez que o governo brasileiro possui papel decisivo na formulação dos planos da estatal. Ou seja, a expansão da PETROBRAS sobre a região representa a condensação das decisões de mercado com as decisões do Estado. Na próxima seção analisaremos Relatórios de Gestão da empresa.

3.4.2 PETROBRAS

A partir de 2005, com a nomeação de Sergio Gabrielli para a presidência da PETROBRAS, a companhia “*intensificou suas atividades na África, na América do Sul e nos Estados Unidos, fortalecendo sua presença internacional*” (PETROBRAS, 2006, pág. 2). Nesse ano ocorreram compras de ativos na Colômbia, no Uruguai e no Paraguai e buscou consolidar sua posição na Argentina, onde já possuía negócios (pág. 49). Dessa forma, em 2005 na América do Sul a PETROBRAS operava na Argentina, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Equador, Paraguai, Peru e Chile.

Na Argentina, a PETROBRAS operava em toda a cadeia própria de uma empresa integrada de petróleo e gás natural. Na Bolívia, o núcleo da estratégia da PETROBRAS eram “*as atividades de exploração e produção de gás natural para exportação, como parte da estratégia de integração dos mercados no Cone Sul*” (PETROBRAS, 2006, pág. 56). À época, a PETROBRAS Bolívia era a maior empresa do país. Na Colômbia, a PETROBRAS já desenvolvia atividades de exploração e produção (18 contratos ao todo) e havia se lançado na distribuição de derivados de petróleo. Na Venezuela, a companhia ampliou sua atuação na exploração submarina.

As atividades da PETROBRAS no Uruguai se iniciaram em 2004 com a aquisição da Conecta S.A., a titular da concessão governamental para distribuição de gás natural e gás liquefeito de petróleo (GLP). À época, a companhia estava concluindo a aquisição de uma outra distribuidora de gás natural (Gaseba Uruguay S.A.) e preparando seu ingresso na distribuição de derivados. No Paraguai, a empresa atuava na distribuição de derivados. No Peru, a companhia operava 5 blocos de exploração. Por fim, no Chile, a empresa havia aberto naquele ano um escritório em Santiago que deveria prospectar negócios no país (pág. 59).

Uma vez que a escala dos projetos da indústria petroquímica é muito grande, não há grandes mudanças nas informações anuais da empresa. No entanto, é possível notar que de 2006 a 2008 ocorre um aumento da produção de barris de petróleo por parte da empresa e sua expansão na distribuição de derivados de petróleo na América do Sul.

Em 2009, a companhia adquire os ativos de distribuição da Esso Chile Petrolera, num total de US\$ 400 milhões, e os ativos da Chevron Chile SAC, por cerca de US\$ 12 milhões. Além disso, a PETROBRAS adquiriu a concessão de dois blocos no Uruguai e arrematou duas áreas de exploração na Patagônia argentina.

Um caso em que ficaram evidentes os aspectos negativos do avanço da PETROBRAS na região foi a exploração dos blocos 18 e 31 no Equador. A exploração de ambos os blocos possuía um longo histórico de fraudes técnicas e de corrupção junto às autoridades equatorianas antes mesmo que os blocos fossem detidos pela companhia brasileira. Em 2002, a PETROBRAS adquiriu a empresa Pérez Companc que detinha autorização para explorar o bloco 18. Em meio a denúncias de irregularidades em processos relacionados ao nome da empresa e à venda irregular de parte de participação no Bloco, foi solicitada a caducidade do contrato da PETROBRAS. Nesse momento o governo brasileiro interveio diretamente na questão e realizou um acordo bilateral com o Equador de forma a garantir os interesses da PETROBRAS. Há diversas denúncias de danos ambientais e de precariedade do trabalho (ALMEIDA, 2009, pág. 31).

Quanto ao bloco 31, cerca de 70% dele encontra-se dentro do Parque Nacional Yasuní, *“território ancestral do povoado indígena Waorangi e lugar de passagem dos povoados Tagaeri e Taromenane que se encontram em isolamento voluntário”* (ALMEIDA, 2009, pág. 36). Também há que mencionar que o Parque Yasuní abriga uma grande biodiversidade. A entrega da concessão do bloco 31 à PETROBRAS em 2007 causou

grande indignação na sociedade equatoriana, uma vez que pouco tempo antes, o governo havia lançado a proposta de manter o petróleo do Parque Yasuní intocado (ALMEIDA, 2009, pág. 38). Novamente houve diversas denúncias de impactos ambientais, danos trabalhistas e também dados à população indígena. Em 2008, o governo equatoriano e a PETROBRAS estabelecem um acordo para o fim da concessão do bloco 31, que retornou ao Estado equatoriano.

3.4.3 Secretaria de Assuntos Estratégicos

A Secretaria de Assuntos Estratégicos ganhou status de ministério em 2007 e, de acordo com sua lei de criação (Lei n. 11.754/08), deveria assessorar a Presidência da República em questões relacionadas ao “*planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional*”.

No texto oficial do Programa Brasil 2022 elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, no período em que era chefiada pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, pode-se ler o intrigante trecho: “*A América do Sul é a nossa região, onde nos encontramos e de onde jamais sairemos. O futuro do Brasil depende da América do Sul e o futuro da América do Sul depende do Brasil.*” (SAE, 2010, pág. 33). Ainda que do ponto de vista espacial esse trecho seja um simples senso comum, também pode ser lido como demarcação de território, um “destino manifesto” tropical.

O Programa Brasil 2022 tinha por objetivo proceder análises do que seria o cenário nacional e internacional no segundo centenário da independência do país e traçar objetivos para a política do país. Quanto a América do Sul, o plano é enfático ao afirmar que “*em 2022, quer se queira ou não, devido a razões econômicas, políticas e sociais, o Brasil se encontrará inserido na América do Sul de forma muito mais intensa, complexa e profunda, tanto política quanto economicamente, do que se encontra hoje*” (SAE, 2010, pág. 50).

Junto a esse cenário de uma inserção “inevitável”, o Plano reconhece as assimetrias existentes entre o Brasil e os demais países da região e menciona explicitamente o temor de que essas assimetrias desembocuem numa “*eventual hegemonia brasileira ou a suspeita de uma vocação brasileira para o imperialismo ou para o exercício de um sub-imperialismo*” (SAE, 2010, pág. 49).

É possível notar um impasse nas formulações do Plano e que não chega a ser solucionado: por um lado há a menção explícita ao temor do subimperialismo brasileiro nos países vizinhos, mas por outro o plano aponta como alternativa ao cenário regional de subdesenvolvimento a integração regional sob égide brasileira.

em grande número dos Estados da América do Sul, em especial naqueles de menor população e território, as tendências econômicas, sociais e políticas continuarão a ser as mesmas que hoje se apresentam, enquanto que as características estruturais se manterão. Somente um esforço político e econômico muito pertinaz, intenso e grande, em que o Brasil teria especial responsabilidade, poderá começar a reverter essa situação (SAE, 2010, pág. 52).

Novamente vemos um certo internacionalismo “solidário” que predominaria com os países sul-americanos oposto ao internacionalismo competitivo que marcaria a relação com os demais países. No entanto, há que se questionar quais as reais possibilidades desse internacionalismo “solidário” dentro dos marcos do modo de produção capitalista, particularmente na atual configuração do capitalismo.

CONCLUSÃO

Uma vez analisados alguns elementos do capitalismo mundial contemporâneo, particularmente a finança e seus impactos no Estado burguês e na divisão internacional do trabalho, e a inserção da economia brasileira dentro dele podemos compreender de forma mais precisa os limites dos governos do Partido dos Trabalhadores e de sua política externa.

Como vimos, a partir dos anos 1970 a finança se torna um elemento central no modo de produção capitalista. Longe de ser um elemento “parasitário” ou uma disfuncionalidade do capitalismo “produtivo” apontamos que a produção e a finança estão intimamente ligados, seja porque a remuneração da finança parte da produção, seja porque finança e capital “produtivo” encontram-se imbricados. Com isso, a finança passa a coordenar a própria produção e a impor-lhe profundas reestruturações para que a rentabilidade da produção convirja com a da finança. Com efeito, produção, realização e mesmo localização espacial passam a ser organizadas a partir da finança (HARVEY, 2013, pág. 504).

Dentro dessa nova configuração do capitalismo, as relações econômicas internacionais ganham ainda mais relevância uma vez que se intensifica a concorrência entre os diferentes Estados-nação pelo capital que se circula livremente pelas praças financeiras. Essa concorrência torna ainda mais evidente o caráter desigual do desenvolvimento capitalista. As tentativas de integração regional devem ser compreendidas dentro desse marco geral: a tentativa de conformar um certo “capitalismo regional” passa a ser a alternativa à globalização unilateral.

Vista dessa forma, a integração regional poderia ser compreendida inclusive como um elemento de resistência ao imperialismo neoliberal. Aqui há que se diferenciar dois tipos de integração: aquela que busca impulsionar elementos populares e anticapitalistas e outra que busca melhorar a inserção de seus países *no capitalismo*. Na nossa perspectiva, a política externa do governo Lula em relação à América do Sul pode ser enquadrada dentro dessa segunda perspectiva.

A partir da análise das formulações de importantes membros do governo Lula, como seu chanceler Celso Amorim ou seu assessor Marco Aurélio Garcia, ou de documentos de estatais como a PETROBRAS ou o BNDES é possível notar que a América do Sul é percebida pela política externa brasileira como uma região que deve ser articulada

política e economicamente a partir do Brasil: ou seja, a partir do capital brasileiro e das formulações de Brasília. Não nos parece algo fortuito que a IIRSA tenha sido lançada em Brasília, financiada pelo BNDES e tivesse suas obras executadas em grande parte por construtoras brasileiras. Tampouco é irrelevante que “o homem” de Obama tenha sido Lula e não Chávez: a política externa brasileira recorrentemente buscou credenciar-se junto ao Departamento de Estado americano como contraponto à radicalidade da política venezuelana. Isso é notório na reação brasileira à proposta venezuelana de criação do Banco do Sul ou ainda quanto à ALCA e a tentativa de Amorim de criar uma “ALCA light”.

Uma integração que busque um “lugar ao Sol” no capitalismo dificilmente conseguirá articular de forma coerente o discurso de uma integração benéfica para todos os países, com a prática de que o poder econômico e político que terão a decisão final quanto aos caminhos que essa integração tomará. O subimperialismo aparece como um elemento incontornável da integração capitalista e dependente.

Não se trata de demonizar a política externa *do governo Lula*, mas de apontar que uma vez aceitos os estreitos limites do modo de produção capitalista e da finança, essa opção transborda para a política externa. Que a integração regional tenha avançado particularmente em seus elementos comerciais e físicos é uma evidência dessa opção: a finança impõe uma maior rotação do capital, o que pode ser obtido por meio da integração regional.

Uma vez aceitos os limites do capitalismo, a integração regional difundirá relações capitalistas, as quais, de acordo com Walter Benjamin, são inevitavelmente relações de “cultura e de barbárie”. A integração pode ter ajudado a aumentar as “riquezas” capitalistas da América do Sul, particularmente do Brasil, mas, como pudemos perceber, junto a esse legado está uma grande destruição ecológica, violações de direitos dos trabalhadores e acordos juridicamente questionáveis.

As grandes empresas brasileiras integradas à finança conseguiram elevados lucros em que a ação do Estado (seja por parte do Itamaraty ou de outras instituições) revelou-se fundamental, seja para iniciar tratativas com diferentes governos da região, financiar grandes projetos e proteger investimentos brasileiros. No andar superior do capitalismo subimperialista brasileiro notaremos a íntima relação entre o grande capital, que, como

afirmamos anteriormente, possui uma costela nacional e outra internacional, fundos de pensão, que são acionistas dos grandes grupos nacionais, e o Estado.

Após essa análise de aspectos das políticas econômicas internas, da política externa e da relação entre elas, podemos notar que elas buscavam reconciliar elementos dificilmente compatíveis: nacionalmente, capital e trabalho, e, internacionalmente, integração econômica capitalista e solidariedade.

Uma vez que essa tentativa conciliação estava assentada na possibilidade de uma expansão da economia, não é difícil notar que ela possuía uma data de validade. A combinação da longa crise econômica mundial, com o esgotamento do “neodesenvolvimentismo” e os limites do projeto de conciliação de classes dos governos do Partido dos Trabalhadores foi um duro golpe no subimperialismo brasileiro e sua aspiração de desenvolver um capitalismo regional sob sua hegemonia. Antes mesmo da derrubada do governo Rousseff a atuação do país como “potência regional” já havia estava em descenso (SARAIVA, 2014).

Vimos como o contraditório “neodesenvolvimentismo” buscou fortalecer determinadas indústrias nacionais intensivas em recursos naturais e baixa tecnologia. Com o isso, buscou-se abrir espaço para as empresas brasileiras nos setores em que isso era elas possuíam algum tipo de vantagem competitiva.

Isso ficou evidente nas relações com a América do Sul. O país aprofundou sua projeção econômica e política sobre a região, mas novamente nos setores em que isso era possível. Uma vez que a economia brasileira é a mais industrializada da região, os manufaturados brasileiros mostraram-se um grupo de produtos que ganhou muito espaço nas relações comerciais, bem como serviços de engenharia. Também buscou aprofundar sua participação em setores intensivos em recursos naturais, como o petróleo. Politicamente, por meio de iniciativa brasileira aprofundaram-se as relações entre os países da região, particularmente por meio da criação da UNASUL. Como vimos, a tentativa brasileira de firmar sua hegemonia política sobre a região estava intimamente relacionada com uma busca de ampliar seu espaço político mundial, o que nos permite levantar a hipótese de que a articulação política regional também agiu como um amortecedor político das forças políticas imperialistas, mas também como uma plataforma de projeção mundial do país.

É possível constatar que esse conjunto de ações visava *ajustar* o funcionamento do modo de produção capitalista de forma a garantir um pouco mais de espaço ao líder regional, o Brasil. Com efeito, faz-se claro um limite, agora externo, da política externa do governo Lula. O ajuste buscado pela diplomacia brasileira não visava criar elementos anti-capitalistas ou criar resistências ao capitalismo. Assim como o PT crescentemente foi deixando de ser um partido “anti-capitalista” para ser um partido “anti-neoliberal”, o que nem isso se pode afirmar plenamente do governo Lula, sua política externa também assumiu esse espectro de crítica. Já não se tratava de uma atualização de um “internacionalismo socialista” para o atual momento, mas uma crítica à “globalização neoliberal”.

Uma vez compreendidos os estreitos limites que a finança impõe sobre as políticas econômicas particularmente dos países dependentes e a acomodação ação do governo do Partido dos Trabalhadores aos limites da democracia burguesa, é possível perceber que o malogro que as tentativas de *combinar* elementos tão conflituosos desaguardaria numa grave crise.

Os acontecimentos recentes da política brasileira têm representado duros retrocessos à classe trabalhadora. Isso que exigirá por parte dos setores populares grande capacidade de articulação política e de formulações teóricas que estejam para além de certo anacronismo militante que busca encaixar a realidade nos seus rígidos conceitos. Na prática, isso significa perceber que só chegamos à grave situação que vivemos não só pela ofensiva do grande capital, que sempre esteve à espreita, mas também por atos e omissões dos governos do Partido dos Trabalhadores. Humildade, ousadia e criatividade serão elementos fundamentais para a resistência.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Tales. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2011
- ACOSTA, Alberto. *O bem viver*. São Paulo: Elefante, 2015.
- ALMEIDA, Alexandra. *Petrobras no Equador*. In: RLS (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 27-41
- AMARAL, Marisa; CARCANHOLO, Marcelo. *Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente*. In: Carla Ferreira; Jaime Osorio; Mathias Luce. (Org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, v. , p. 87-102.
- AMSDER, Alice. *A ascensão do resto*. São Paulo: UNESP, 2009.
- AMORIM, Celso. *Conversas com jovens diplomata*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- _____. *Breves narrativas diplomáticas*. São Paulo: Benvirá, 2013.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: 2015.
- ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 2009.
- AVERBURG, André. *Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90*. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 11-41
- BAMBIRRA, Vânia. *Teoria de la dependencia: una anticrítica*. Cidade do México: ERA, 1978.
- _____. *Capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
- BARBOSA, Nelson; SOUZA, José A. P. (2010). *A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda*. In: SADER, Emir; GARCIA (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo.
- BASTOS, Carlos P.; BRITTO, G. *Introdução*. In: Agarwala, A.N., Singh, S.P. (Coord.) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Julio. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- BELLUZZO. Luiz Gonzaga. *O senhor e o unicórnio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BENAKOUCHE, Rabah. *Bazar da dívida brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BERCOVICI, G.; MASSONETO, L. F. *A constituição dirigente invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica*. Boletim de Ciências Econômicas, Coimbra, v. XLIX, p. 57-77, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: LÖWY, Michael. *Aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BIDERMAN, Ciro; REGO, José Marcio; COZAC, Luis Felipe. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016

_____. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (et al.). *O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e Caixa Econômica Federal, 2011.

BLOMSTROM, Magnus; HETTNE, Bjorn. *Development Theory in Transition: the dependency debate and beyond*. Nova York: Zed Books, 1984.

BNDES. *Relatório anual*. Rio de Janeiro: BNDES. Diferentes anos.

BRAGA, José Carlos. *Qual conceito de financeirização compreende o capitalismo contemporâneo*. In: BARROSO, Aloísio S; SOUZA, Renildo (org.). *A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

BRAGA, Marcio Bobik. *Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL*. São Paulo: Annablume, 2012.

BRAGA, Ruy. *A política do proletariado*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Brasília: Presidência da República, 1962

_____. *Plano de Ação econômica do Governo*. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1964.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *A Doença Holandesa*. In: BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Globalização e Competição: Por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 141-171.

_____. *Do Estado patrimonial ao gerencial*. In: SACHS, I; WILHEIM, J; PINHEIRO, J. Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 222-258.

COUTINHO, Maurício. *Lições de economia política clássica*. Tese (Livre Docência em Economia). Campinas: Unicamp, 1991.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003

CANO, Wilson; SILVA, Ana. *Política industrial do governo Lula*. In: CORECON. *Os anos Lula*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CANO, Wilson. *América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. In: FIORI, José Luis (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2012

CAPELATO, Maria Helena. *O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 285-317.

CARCANHOLO, Marcelo; SALUDJAN, Alexis. *Integración latino-americana, dependencia de China y sub-imperialismo brasileño en América latina*. Mundo Siglo XXI - Revista del Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales del Instituto Politécnico Nacional, v. 29, p. 43-62, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de despedida do Senado*. Brasília, 1994.

_____. *O Brasil e uma nova América do Sul*. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 87, Segundo Semestre, 2000, p. 227-230.

CARNEIRO, Ricardo. *O desenvolvimento em crise*. São Paulo: Unesp, 2002

CEPAL. *A cooperação internacional na política de desenvolvimento latino-americana*. Nova York: Nações Unidas, 1954.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

CHESNAIS, François. *Finance capital today*. Londres: Brill, 2016

_____. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

COSTA, D'arc. *Caminhando para o futuro: o Megaestado sul-americano*. In: *Obras de integração física na América do Sul*. Brasília: MRE, 2007. p. 84-101.

_____. *A estratégia da integração*. In: COSTA, D'arc (org.). *América do Sul: integração e infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011. p. 7-27.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Jōji. *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.

CUEVA, Augustín. *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia* [1974]. In: *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Bogotá: Clacso, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE MELLO, Fernando Collor. *Mensagem presidencial para o Congresso*. Brasília, 1990.

_____. *Mensagem presidencial para o Congresso*. Brasília, 1991.

DOELLINGER et al. *A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967/1973*. Brasília: IPEA, 1973.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos. *História das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

DOS SANTOS, Theotonio. *Dependencia y cambio social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

_____. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015.

_____. *Memorial*. Universidade Federal Fluminense, 1996.

DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. *Para além do PT*. São Paulo: Elefante, 2016.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *As grandes empresas fragilizadas pela finança*. In: CHESNAIS, François. (Org.). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital*. São Paulo: Editora 34, 2000.

ENGELS, Friedrich; MARX, Engels. *Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007a

_____. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007b.

FDC. *Ranking das Transnacionais Brasileiras*. Belo Horizonte: FDC, 2011.

FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação: O PT e o rumo do socialismo*. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Muniz. *A mundialização dos mercados e as relações internacionais na reflexão marxiana*. In: FERREIRA, M; PINHEIRO, M; PINHO, J. *Marx: Intérprete da contemporaneidade*. Salvador: Quarteto, 2009.

FGV. *Conjuntura Econômica*. Diversas edições.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. *Modelo Liberal-Periférico e Bloco no poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula*. In: CORECON. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.

FIORI, José Luis. *O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI*. In: SADER, Emir. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 31-53.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010

FRANCO, Itamar. *Mensagem presidencial para o Congresso*. Brasília, 1993.

FRANK, André Gunder. *The development of underdevelopment*. Monthly Review, New York, v.18, n.4, p.17-31, 1966.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *O longo amanhecer*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCIA, Marco Aurélio. *O lugar do Brasil no mundo - A política externa em um momento de transição*. In: SADER, Emir; GARCIA (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perseu Abramo e Boitempo, 2010.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GOLDENSTEIN, Lidia. *Uma avaliação da reestruturação produtiva*. In: SACHS, I; WILHEIM, J; PINHEIRO, J. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 210-220

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. *O desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTR, 2013.

GUIMARÃES, Claudia Maria Cavalcanti de Barros. *1964 estado e economia : a nova relação*. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: Unicamp, 1991.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Uma política externa para enfrentar as vulnerabilidades e disparidades*. In: JAKOBSEN, Kjeld. *A nova política externa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

_____. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- _____. *Para entender o capital: volumes II e III*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- IBGC. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. São Paulo: IBGC, 2010.
- IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo*. São Paulo: Expressão Popular e Perseu Abramo, 2016.
- _____. *Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?* In: CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 57-79.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LOWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismos – da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.
- _____. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.
- LUCE, Mathias Seibel. *O subimperialismo brasileiro revisitado*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- _____. *A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- _____. *Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?*. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, Apr. 2013
- _____. *O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente*. In: Tensões mundiais. Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014
- LUXEMBURGO, Rosa. *Acumulação de Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984
- MARINGONI, Gilberto. *Rumo à direita na política externa*. In: SINGER, André (et. al). *Por que gritamos golpe?*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARINI, Ruy Mauro. *A crise do desenvolvimentismo*. In: CASTELO, Rodrigo. *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- _____. *O ciclo do capital na economia dependente*. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSORIO, Jaime. *Padrão de reprodução do capitalismo: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012b.

_____. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. In: Cuadernos Políticos, v. 12, 1977.

MARTINS, Cardos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl. *O Capital: crítica à economia política*. Vol. I. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAZZUCHELLI, Frederico. *Os dias de Sol*. Campinas: FACCAMP, 2013.

MRE. *Balanco da Política Externa de 2003 a 2010*. Brasília: MRE, 2010.

_____. *Obras de integração física na América do Sul*. Brasília: MRE, 2007.

MUNTEAL, Oswaldo. *Ser ou não ser subdesenvolvido: a dialética da dependência e a história do Brasil*. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotônio dos (Org.). *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 330.

NOVOA, Fernando. *O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul*. In: RLS (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.187-203.

OLIVA, Aloizio. *O Brasil pós-real*. Campinas: IE-Unicamp, 1998.

_____. *As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas, 2010.

OSORIO, Jaime. *O estado no centro da mundialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *Dependência e superexploração*. In: MARTINS, C; VALENCIA, A. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009. p.167-187.

_____. *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSORIO, Jaime. *Padrão de reprodução do capitalismo: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-85.

_____. *América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região*. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSORIO, Jaime. *Padrão de reprodução do capitalismo: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 103-133.

_____. *O marxismo latino-americano e a teoria da dependência*. In: SEABRA, Raphael. *Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 105 a 135.

OURIQUES, Nildo. *Por uma teoria marxista da dependência*. In: SEABRA, Raphael (org.). *Dependência e marxismo*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 137 a 155.

PADULA, Raphael. *Uma concepção de integração regional, papel da infraestrutura e ocupação dos espaços*. In: D'arc Costa. (Org.). *América do Sul: Integração e Infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011, v. 1, p. 209-300.

_____. *As visões dominantes sobre a integração regional: o Regionalismo Aberto e a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)*. In: Darc Costa. (Org.). *América do Sul: Integração e Infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011, v. 1, p. 143-208.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonias às avessas*. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história*. *Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA)*, n.10, abril 2012

PCB. *PCB: vinte anos de política (1958-1979)*. São Paulo: Lech, 1980.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves Do. *O Brasil e a América do Sul- relações regionais e globais*. Rio de Janeiro: Altabooks, 2015

PEDROSA, Mário. *Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PETROBRAS. *Relatório de Gestão*. Brasília: PETROBRAS. Diferentes anos.

PINHEIRO, A; GIAMBIAGI, F; GOSTKORWIECZ, J. *O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90*. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

PINHEIRO, Armando. *Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando?* In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

POMAR, Valter. *Um PAC latino-americano*. In: JAKOBSEN, Kjeld. *A nova política externa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2010

_____. Pomar, Valter, (2013a), *Notas sobre a política internacional do PT*. Secretaria de Relações Internacionais do PT, Textos para debate 7, São Paulo, 2013.

PREBISCH, Raúl. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

RODRIGUES, Octavio. *Informe sobre las críticas a la concepción de la CEPAL*. Programa Nacional de Capacitación Tecnológica de la Secretaría de la Presidencia, Curso de Planificación y Desarrollo, México, 1974.

ROSSI, Amanda. *Moçambique, o Brasil é aqui*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SADER, Emir. *Brasil, de Getúlio a Lula*. In: SADER, Emir; GARCIA (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perseu Abramo e Boitempo, 2010.

SAE. *Brasil 2022*. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2010.

SARNEY, José. *Mensagem presidencial para o Congresso*. Brasília, 1986.

SEABRA, Raphael Lana; BUENO, Fábio Marvulle. *A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea*. In: VI Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009, Campinas. VI Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009.

SEABRA, Raphael Lana. *Notas metodológicas sobre a antecipação mariateguiana à teoria da dependência*. In: SEABRA, Raphael (org.). *Dependência e marxismo*. Florianópolis: Insular, 2016, p. 23-77

SEVERO, Luciano Wexell. *Integração e desenvolvimento da América do Sul*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro*. São Paulo: Global editora, 1981

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. *O equilibrista e a política: o partido da classe operária (PCB) na democratização (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101-140. v.2.

SILVA, Heloisa Conceição Machado. *Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979*. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 46, n. 1, p. 39-65, Junho, 2003.

SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967

SILVA, Luiz Inácio. *Carta ao Povo Brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Evolução da economia e vinculação internacional*. In: SACHS, I; WILHEIM, J; PINHEIRO, J. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SONNTAG, Heinz. *Duda, certeza, crise*. Caracas: Nueva Sociedad, 1989.

SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. *O Capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto Lopes; BADIN, Luciana. *O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário*. In:

CORECON. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 249-286.

TAVARES, Maria da Conceição. *Industrialização e acumulação de capital no Brasil*. Tese (Livre Docência em Economia). Campinas: Unicamp, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição; MIRANDA, José Carlos. *Brasil: estratégias de conglomeração*. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das Nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Teoria da Dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*. Bauru: Práxis, 2008.

_____. *A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho*. Uberlândia: UFU, 2009.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, Gabriel. *A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Unesp, 2011.

VISENTINI, Paulo. *Para uma nova política exterior brasileira*. In: JAKOBSEN, Kjeld. *A nova política externa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

ZIRKER, Daniel. *Brazilian Foreign Policy and Subimperialism. During the Political Transition of the 1980s. A Review and Reapplication of Marini's Theory*. In: *Latin American Perspectives*, Issue 80, Vol.21, No.1, Winter 1994, pp.115-31.